

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

CAMILA FERNANDES PINHEIRO

ESTADO, EXTENSÃO RURAL E ECONOMIA DOMÉSTICA NO BRASIL
(1948-1974)

Niterói

2016

CAMILA FERNANDES PINHEIRO

ESTADO, EXTENSÃO RURAL E ECONOMIA DOMÉSTICA NO BRASIL
(1948-1974)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense, como requisito à obtenção do título de Mestra em História.

Orientadora: Professora Doutora Sonia Regina de Mendonça

Niterói
2016

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

P654 Pinheiro, Camila Fernandes.

Estado, extensão rural e economia doméstica no Brasil (1948-1974)
/ Camila Fernandes Pinheiro. – 2016.

173 f. : il.

Orientadora: Sonia Regina de Mendonça.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense,
Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de História,
2016.

Bibliografia: f. 162.

1. Estado. 2. Extensão rural. 3. Economia doméstica. 4. Gênero.
I. Mendonça, Sonia Regina de. II. Universidade Federal Fluminense.
Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.

CAMILA FERNANDES PINHEIRO

ESTADO, EXTENSÃO RURAL E ECONOMIA DOMÉSTICA NO BRASIL
(1948-1974)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense, como requisito à obtenção do título de Mestra em História.

Aprovada em _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Sonia Regina de Mendonça - UFF
(orientadora)

Profa. Dra. Rachel Soihet - UFF
(arguidora)

Profa. Dra. Regina Landim Bruno - UFRRJ
(arguidora)

Prof. Dr. Rodrigo Cruz Lamosa - UFRRJ
(suplente)

às mulheres feministas que lutaram pra que eu pudesse estar aqui

AGRADECIMENTO

Cada trabalho acadêmico é certamente um trabalho coletivo, fruto de muitas trocas, conexões e construções feitas a muitas mãos e cabeças. E este não fugiria a tais características. É chegado o momento de agradecer às pessoas mais próximas que foram essenciais à sua materialização.

Agradeço primeiramente à professora Sonia Mendonça por toda a caminhada feita comigo até aqui, desde 2010. Digo feita comigo porque, apesar de ser uma das maiores historiadoras brasileiras, ela nunca se colocou como um ser iluminado e distante. Ao contrário, em demonstrações de extrema generosidade com o seu conhecimento, sempre se esteve disposta a debater, construir um pensamento crítico e explicar do mais simples ao mais complexo dos temas sem nenhuma arrogância acadêmica. Conviver com a Sonia é ver a vida pulsar! E que privilégio temos tido nós, os seus orientandos, nestes anos de convivência.

Gostaria de agradecer à minha mãe, Marisa, essencial à conclusão deste trabalho, por seu apoio emocional, material, tátil, olfativo e todos os sentidos que representam a maternidade neste mundo machista em que vivemos. Obrigada por todas as renúncias, certamente não foi fácil. Obrigada pela preocupação constante, pela atenção que garantia a presença mesmo na ausência, pelas horas no telefone que aliviavam a dureza da vida, pelas irmãs caninas e por sempre ser a minha casa, independente do endereço. E ao meu irmão Renan, a melhor coisa que já me aconteceu nesse mundo. São dores e alegrias que nos ligam tão profundamente a ponto de ser quase impossível expressar num agradecimento. À Aline, que chegou na família com a bola rolando e é tão integrada e maravilhosa que parece fazer parte desse time desde as categorias de base.

Agradeço ao Fábio por ser o meu leitor crítico, editor, redator, técnico de informática, carnavalesco, parceiro de dias cansativos e noites mal dormidas, de paternagem/maternagem, angústias e profundas alegrias. Obrigada por seu meu companheiro de vida! Agradeço também ao nosso Menezes, que embora tenha me boicotado roendo fontes de computador, livros, artigos e lapiseiras, conseguiu proporcionar a felicidade que me dava forças para continuar.

Devo um grande agradecimento também ao Saulo, amigo de muitos anos e pai por absoluta grandeza de coração. Seu apoio foi constante e essencial pra que os últimos sete anos de estudo se realizassem.

Às amigas que fazem a vida valer a pena, Laura, Fabíola, Priscila, Fernanda, Mariana, Paula, Renatta e Miriam eu agradeço não somente pelo apoio nos últimos dois anos, mas por todo o construído e a construir.

Duas historiadoras têm suas ideias e corações neste trabalho. A primeira é Natália Guerellus, marco na minha trajetória como aluna. Uma das melhores disciplinas cursadas na graduação, oferecida por uma doutoranda extremamente humanizada e comprometida tornou as reflexões sobre o gênero inspiradoras e necessárias. À professora Suely Gomes Costa agradeço pela acolhida de braços abertos ao longo do primeiro ano e pelas sugestões valiosas que permitiram o amadurecimento das reflexões iniciais e por vezes ingênuas das minhas problemáticas de partida. O primeiro capítulo não teria existido se não fosse a sua disponibilidade e generosidade.

Agradeço aos pesquisadores de Núcleo de Estado e Poder no Brasil pelas generosas leituras deste trabalho e contribuições e por terem sido interlocutores ativos na construção e solução dos meus problemas de pesquisa. Aprendi muito com vocês.

Às professoras Rachel Soihet e Regina Bruno por terem aceitado participar de minha banca de defesa, pelas leituras e disposição para o diálogo. E ao professor Rodrigo Lamosa, pela gentileza de também aceitar participar.

Ainda devo agradecer à Margareth por todo o trabalho que viabilizou os meus estudos neste último ano e pela alegre companhia de sempre.

Por fim, agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior por ser a mediadora entre mim e a população brasileira, que viabilizou através da bolsa a realização dessa pesquisa e as minhas participações em congressos. Agradeço também ao Programa de Pós-Graduação em História da UFF, por me acolher nestes dois anos.

RESUMO

Este trabalho tem como tema central a análise das políticas públicas perpetradas pelo Estado brasileiro, especificamente, por uma agência do Estado Restrito, qual seja, o Ministério da Agricultura, no imediato pós Segunda Guerra Mundial. O contexto da Guerra fria e da formação do bloco ocidental propiciou ao Brasil acordos de cooperação técnica que tinham como objetivo a aproximação dos Estados Unidos ao país. Para o campo brasileiro estes acordos geraram a Extensão Rural, prática marcada pelo produtivismo e assistencialismo, que tinha no trabalho de agrônomos e economistas domésticas sua principal atuação. Tais profissionais frequentavam as pequenas propriedades rurais e, separadamente, ensinavam aos homens e mulheres do campo modelos de comportamento que permitiriam, segundo os propagadores do Extensionismo, a superação de problemas que impediriam a elevação de seu nível de vida. Os saberes difundidos pelos extensionistas eram profundamente marcados pelas relações de gênero, onde a propriedade rural e a casa eram encarados separadamente. Emerge desta política uma nova disciplina, a Economia doméstica e um novo campo de trabalho fundamentalmente feminino. Analisaremos a relação entre a Economia Doméstica acadêmica e a extensionista.

Palavras-chave: Estado, Extensão Rural, Economia Doméstica, Gênero.

ABSTRACT

This work is focused on the analysis of public policies perpetrated immediately after the World War II by the Brazilian government, specifically by the Ministry of Agriculture, an agency of the Restricted State. The context of the Cold War and the formation of the Western bloc propitiates to Brazil agreements of technical cooperation that aimed at the US approach to the country. For the Brazilian countryside these agreements led to the Rural Extension, a practice marked by high productivity and welfare, with the performance of agronomist and domestic economists as the main field of actuation. Such professionals attending the small farms and separately taught to rural men and women role models that would allow, according to the propagators of Extensionism, overcoming problems that would prevent the rise of their life standards. The knowledge disseminated by these extensionists was deeply marked by gender relations, with a view that separates the farm from the house. The Home Economics, a new academic discipline, and a new female labor field emerged from this policy. Our work analyses the relationship between the Home Economics and the Rural Extension.

Key-words: State; Rural Extension; Home Economics; Gender.

Sumário

Introdução	1
Dos capítulos	6
Capítulo I: Questões importantes para a compreensão da Extensão Rural no Brasil	10
1. O campo na formação social brasileira: Latifúndio/ Escravidão/ Monocultura.....	10
O que seria um camponês no Brasil?.....	13
A Extensão Rural e seu público alvo.....	17
2. No que Gênero e Classe ajudam na compreensão da Extensão Rural?.....	18
Identidades se formam na práxis	31
3. Trabalho e feminismos no Brasil.....	36
4. O Trabalho Reprodutivo.....	43
O trabalho de care.....	48
Uso do tempo.....	51
Algumas contribuições da História Global do Trabalho	54
Capítulo II: O papel da Economia Doméstica dentro da Extensão Rural	58
1. O contexto de implantação da Extensão Rural no Brasil e suas práticas	58
2. Economia Doméstica e Extensão Rural.....	68
A formação em Economia Doméstica	71
A Economia Doméstica nos anos 1950: uma profissão em construção	78
A Economia Doméstica nos Clubes 4-S.....	99
Os anos 1960 e a Economia Doméstica: um período rupturas	104
A Economia Doméstica a partir de 1966: o período da revista Extensão Rural	115
Capítulo III – A Formação de Economistas Domésticas para Atuar em Extensão Rural	120
1. Da ESA à UREMG.....	120
Os Land-Grand Colleges e a Home Economics	122
A inserção do modelo norte-americano no Brasil	124
2. A Escola Superior de Ciências Domésticas.....	126
A ESCD nos “anos de chumbo”	148
Considerações Finais	157
Bibliografia.....	162

Introdução

Esta pesquisa visa resgatar a história do processo de implantação e consolidação da Extensão Rural no Brasil, em especial, no que se refere ao ensino de Economia Doméstica às mulheres do meio rural, como uma política estatal marcada por questões de classe e gênero. A Extensão Rural constituiu no país uma política pública levada a cabo pelo Ministério da Agricultura, tida como atividade “educacional” complementar, cujo público alvo compunha-se, em tese, do chamado pequeno agricultor.

A relevância da dissertação aqui apresentado se dá em três elementos principais: 1) a compreensão dos aspectos políticos das políticas públicas viabilizadas por uma agência do Estado Restrito, o Ministério da Agricultura; 2) a emergência da utilização do conceito relacional de Gênero para a análise histórica; e 3) pela conformação de gênero se tratar de tema inédito na historiografia especializada sobre Extensão.

Este tipo de abordagem para o estudo das relações entre Estado e a Extensão Rural configura-se numa investigação História do Estado Ampliado no Brasil, tomando como recorte temático a conformação das relações de gênero e como limites cronológicos os anos de 1948 (quando da instauração da prática Extensionista no país) e 1974 (ano em que a ABCAR¹, agência que geriu a nacionalização da política nascida regionalmente, encerrou suas atividades, tendo como sucessora a EMBRATER²). Visamos resgatar a trama de contradições políticas concernentes à atuação da ABCAR no país.

Tratou-se, tal como a documentação analisada evidencia, de tentar destacar a necessidade, ao mesmo tempo simbólica e política, de certos agentes sociais de disseminar, através das práticas de Extensão/Economia Doméstica, um conjunto de

¹ Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural

² Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural

códigos de comportamento e visões de mundo que assegurassem não só o disciplinamento da força de trabalho rural, como também o discurso de “modernização” do ambiente doméstico como instrumento capaz de reproduzir a dominação masculina. Em suma, adotou-se um enfoque voltado para a politização do papel da Economia Doméstica, enquanto política estatal, superando a dicotomia público/privado.

Secundarizar o aspecto político desta iniciativa, incidiria em uma análise empobrecida do processo histórico, que estuda o Estado sem considerar as disputas que o constituem. Assim, a análise historiográfica alijada deste aspecto parece “prescindir” de atores sociais concretos, inseridos em redes de agentes ou agências dotados de trajetórias e propriedade de posição distintas³. Logo, nosso mote é a apreciação enquanto elementos inseparáveis da organização de interesses de vários segmentos sociais, urbanos e rurais, comprometidos em atender suas demandas específicas.

Este trabalho foi viabilizado graças ao corpo de documentos levantado sobre o tema, localizado principalmente na Biblioteca Nacional, situada no Rio de Janeiro, na Biblioteca Nacional de Agricultura (Binagri) e no Arquivo Central e Histórico da Universidade Federal de Viçosa. Diante das fontes foi possível analisar o discurso político relativo à Extensão no que se refere à conformação de gênero ensinada a partir dos documentos da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural. As fontes e sua análise também possibilitaram identificar o projeto de estrutura familiar disseminado pelo Estado Brasileiro e sua relação com o modelo norte-americano, bem como a estreita relação entre a Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (atual UFV) e o extensionismo rural.

Trabalhar a temática da Economia Doméstica em Extensão Rural no Brasil nas décadas de 1950 a 1970, a partir de uma perspectiva feminista, demandou uma série de

³ Sobre este tema ver BOURDIEU, P. *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo: Perspectiva: 1977 e *Razões Práticas*. São Paulo: Papyrus, 1996.

reflexões sobre o trabalho desempenhado no âmbito doméstico, o trabalho reprodutivo, o trabalho doméstico não pago e seu valor, além da feminização de profissões ligadas aos cuidados. Ademais, compreender as bases do extensionismo, à luz da matriz gramsciana de Estado, permitiu traçar a gama de interesses colocados nas suas práticas e situando o papel da Economia Doméstica dentro do Sistema Brasileiro de Extensão Rural, bem como sua estreita ligação com a institucionalização desta disciplina no ensino superior do país.

As análises já produzidas sobre o objeto aqui estudado se dividem basicamente em dois grandes temas: 1) uma historiografia especializada em extensionismo; e 2) estudos sobre a Economia Doméstica como campo do saber, sua trajetória institucional e produção acadêmica. Raras são as abordagens que relacionam os dois temas e, quando há esta preocupação, geralmente é produzida por profissionais da área, com uma abordagem diferente dos estudos historiográficos.

Entre a historiografia especializada em extensionismo está Cyro Rodrigues⁴, que delimitou três momentos distintos da Extensão Rural no Brasil, que vão de 1948 a 1991, extrapolando recorte aqui proposto. Ao estabelecer o Estado como coordenador do sistema capitalista, o autor não mapeou os interesses de classe que o compõem, criando um quadro em que o aparelho estatal aparece como um agente interessado na política pública.

Além de Rodrigues, Mauro Marcio de Oliveira⁵, embora seja extensionista, fez uma crítica ao caráter classista e desigual da Extensão Rural, contradizendo os argumentos de que ela se direcionava aos pequenos agricultores e mostrando que, ao contrário, era uma política que atendia aos interesses de grandes proprietários de terras,

⁴ RODRIGUES, Cyro. Estado e seletividade das políticas públicas: uma abordagem teórica e evidências empíricas ao nível da política de extensão rural no Brasil. Tese de doutorado, UnB., 1994.

⁵ OLIVEIRA, Mauro Márcio. As circunstâncias da criação da extensão rural no Brasil. In: Caderno de Ciência e Tecnologia, Brasília, v. 16, n. 2, maio/ago, 1999.

aliados a agências internacionais. Estes interesses culminaram no estabelecimento de linhas de crédito e tecnologia, que beneficiavam, de fato, os grandes proprietários.

Na obra de Maria Tereza Fonseca⁶, há a preocupação em descortinar os interesses estrangeiros na implementação do extensionismo e o conflito entre capital e trabalho que a Extensão Rural representou, com base na expropriação do saber e do trabalho de uma grande massa agrícola, em benefício da classe dominante.

Soma-se ao grupo da historiografia especializada em extensionismo o trabalho mais recente - e completo do ponto de vista da perspectiva por nós adotada - de Pedro de Oliveira⁷, baseado na orientação gramsciana de percepção do Estado. Ele mapeou os interesses classistas levados adiante por agências e agentes na consolidação do extensionismo, revelando em que medida eles estavam ligados às frações agrárias da classe dominante e à conjuntura da Guerra Fria, exatamente dentro dos marcos cronológicos ora investigados.

Afastados das contribuições do gênero como categoria de análise histórica, todos estes estudos têm em comum uma indiferenciação do trabalho, que aparece como universal. Neles, o conflito capital *versus* trabalho não traz à baila as especificidades do trabalho feminino em relação ao masculino, nem dentro do Serviço de Extensão, nem junto aos produtores rurais.

O segundo ramo de obras que versam sobre nosso tema refere-se à Economia Doméstica enquanto disciplina. Ela aparece nas inúmeras análises sobre a trajetória institucional da Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (UREMG) – atual Universidade Federal de Viçosa – e nos estudos específicos sobre o curso, em geral produzidos pelas próprias economistas domésticas. Este é o caso de Maria de Fátima

⁶ FONSECA, M. T. L. da. *A extensão rural no Brasil, um projeto educativo para o capital*. São Paulo: Loyola, 1985, p. 39.

⁷ OLIVEIRA, Pedro Cassiano Farias de. *Extensão rural e interesses patronais no Brasil: uma análise da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural – ABCAR (1948-1974)*. Dissertação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

Lopes⁸, base da estrutura narrativa do nosso terceiro capítulo. Trabalho mais completo até então produzido sobre a fundação do curso universitário de Economia Doméstica, a tese de Lopes é uma obra de fôlego que se propõe a enriquecer, com relatos biográficos, a análise sobre a consolidação de um campo de estudos feminino na UREMG. A autora não contempla, no entanto, as articulações entre os interesses locais e entidades internacionais, especialmente norte-americanas, na formação do curso. Em sua tese, no depoimento de uma das pioneiras da Escola Superior de Ciências Domésticas (ESCD), o nome Coradel Hamilton é mencionado sem que seja explicada sua importância para a Escola ou seu vínculo institucional. Encontramo-la em documentação da FAO⁹, entre seus quadros técnicos.

Ainda entre os pensadores de dentro da área, há muitas pesquisas publicadas sobre o desenvolvimento institucional e as permanências/rupturas político-pedagógicas do mesmo. José Carlos do Amaral Junior¹⁰ fez uma análise histórica dos ensinamentos do curso à luz dos estudos de gênero e, assim como Lopes, não se voltou para as ligações externas travadas pela ESCD e pelo Departamento de Economia Doméstica. O economista doméstico esteve preocupado em problematizar os rumos a serem seguidos pelo curso e sua legitimação social.

O historiador Fábio Simão produziu uma tese sobre a história do curso de Economia Doméstica, que será publicada em 2016¹¹. Nos artigos do autor disponíveis sobre o assunto, há a incorporação dos estudos de gênero desenvolvidos nos últimos vinte anos, nos quais se avançou sobremaneira nas reflexões. Por outro lado, o autor

⁸ LOPES, Maria de Fátima. *O Sorriso da Paineira: Construção de Gênero em Universidade Rural*. Tese de Doutorado. PPGAS. Museu Nacional. UFRJ. Rio de Janeiro, 1995.

⁹ *Food and Agriculture Organization of the United Nations*.

¹⁰ AMARAL JÚNIOR, José Carlos. Educação para mulheres: análise histórica dos ensinamentos de Economia Doméstica no Brasil. Revista HISTEDBR On-line, v. 13, p. 275-285, 2013.

¹¹ SIMÃO, Fábio. Tornar-se mulher: a Escola Superior de Ciências Domésticas, feminilidade, doutrina e representações de gênero. In: *Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos)*, Florianópolis, 2013, p. 2.

demonstra uma visão menos crítica, em prol de um enaltecimento da Universidade, e até do curso, dentro da história acadêmica brasileira, em virtude do pioneirismo da UREMG em aspectos como o tripé ensino, pesquisa e extensão.

Outras formas de encontrar a trajetória da Economia Doméstica de Viçosa são através das muitas pesquisas sobre a história da UREMG, como é o caso dos trabalhos da socióloga Maria das Graças M. Ribeiro¹². Estes estudos, embora tragam dados sobre as agências internacionais e os interesses regionais atendidos com a criação daquela universidade, não têm enfoque no curso de Economia Doméstica em si, carecendo de maiores análises sobre as suas especificidades.

Dos capítulos

Esta dissertação é composta por três capítulos. No primeiro, intitulado *Questões importantes para a compreensão da Extensão Rural no Brasil*, dedicamo-nos a entender o contexto social brasileiro após a segunda Guerra Mundial, que permitiu a emergência das políticas aqui investigadas. Neste sentido analisamos a influencia estadunidense sobre os países da América Latina em meio à formação do bloco ocidental e os rearranjos internos propiciados pelo esforço de guerra. Situamos a atuação das mulheres no mundo do trabalho na conjuntura de industrialização brasileira do período, influenciada pela noção de desenvolvimento. Nossa hipótese preliminar era de que as mulheres do campo brasileiro acompanharam a tendência das trabalhadoras urbanas de profissionalização em algumas áreas específicas – como é o caso da economista doméstica –, principalmente a de cuidados. O trabalho extensionista voltado para as

¹² RIBEIRO, Maria das Graças M. *Caubóis e Caipiras. Os land grant colleges e a Escola Superior de Agricultura de Viçosa. História da Educação, ASPHE/FaE/UFPEL*, Pelotas, n. 19, p. 105-120, abr. 2006. Disponível em: <http://fae.ufpel.edu.br/asphe> e RIBEIRO, Maria das Graças M. *A USAID e o ensino agrônomo brasileiro: o caso da Universidade Rural do Estado de Minas Gerais*. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum., Belém, v. 4, n. 3, p. 453-463, set.- dez. 2009.

produtoras rurais foi pautado em uma ampliação das suas atividades produtivas, concomitante à manutenção do trabalho doméstico não pago.

A bibliografia analisada neste capítulo é bastante variada. Em primeiro lugar temos textos teóricos sobre o papel do campo na formação social brasileira¹³, o trabalho reprodutivo e o trabalho doméstico, além de estudos sobre o *care*, com vistas a entender a atuação feminina no ambiente doméstico e os signos de sua valorização/desvalorização baseada em estereótipos sexistas¹⁴. Em segundo lugar, está a bibliografia referente à história das mulheres no Brasil e sua inserção nos mundos do trabalho¹⁵, que complementaram a finalidade de situar nosso objeto de pesquisa na conjuntura brasileira da década de 1950, quando da nacionalização da Extensão Rural.

No Segundo capítulo, *O papel da Economia Doméstica dentro da Extensão Rural*, elaboramos uma síntese do que foi a Extensão Rural e das justificativas para sua implementação como política pública, que evidenciam o movimento de aproximação do Brasil em relação aos Estados Unidos¹⁶. A partir disto, nos voltamos para as atividades

¹³ CARDOSO, C. F. *Escravo ou camponês? O protocampesinato negro nas Américas*. São Paulo: Brasiliense, 2004.; FORMAN, S. *Camponeses, sua participação no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.; MATTOS, H. *Ao sul da história. Lavradores pobres na crise do trabalho escravo*. São Paulo: Brasiliense, 1987.; MELO E SOUZA, L. *Os desclassificados do ouro. A pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.; PRADO JR., C. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 2004. e QUEIROZ, M. I. P. *O campesinato Brasileiro. Ensaios de civilização e grupos rústicos no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1976. entre outros

¹⁴ SOIHET, Rachel. Movimento de mulheres: a conquista do espaço público. In: PINSKY, Carla Bassanezi & PEDRO, Joana Maria (orgs.). *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012, GIULANI, P.. “Os Movimentos de Trabalhadoras e a Sociedade Brasileira”. In: DEL PRIORE, M. (Org.). *História das Mulheres no Brasil*. Contexto, 1997; PINSKY, Carla. “As Mulheres dos Anos Dourados”. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997. pp. 607-639; COSTA, Ana Alice. “O movimento feminista no Brasil. Dinâmicas de uma intervenção política”. *Labrys Estudos Feministas*. Jan/Jul. 2005; MATOS, Maria Izilda; BORELLI, Andrea. Espaço feminino no mercado produtivo. In: PINSKY, Carla Bassanezi & PEDRO, Joana Maria (orgs.). *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012.

¹⁵ PRIORE, Mary Del. *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004; SAFFIOTI, Heleieth I. B. *A Mulher brasileira na sociedade de Classes: mito e realidade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1976; PINTO, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012.

¹⁶ ESCOBAR, A. *Encountering Development – the Making and Unmaking of the Third World*. New Jersey: Princeton University Press, 1995; LEAVITT, H U. S. Technical Assistance to Latin American Education. *Phi Delta Kappa*; FONSECA. M. T. L. da. *A extensão rural no Brasil, um projeto educativo para o capital*. São Paulo: Loyola, 1985; United Nations. Department of Social and Economics Affairs. *Measures for the Economic Development of Underdeveloped Countries*, Washington: 1951; LATTA, M.

desempenhadas pelas economistas domésticas dentro dos escritórios regionais – e das pequenas propriedades –, a partir da documentação publicada pela ABCAR¹⁷, como cartilhas e manuais de trabalho das extensionistas, além dos encontros da categoria, nos quais eram traçadas diretrizes para a área. Partimos da hipótese de que os modos de vida ensinados aos pequenos produtores e produtoras rurais carregavam um paradigma de família no qual cabia à mulher as tarefas relativas aos cuidados, enquanto a produção ficava a cargo do homem. Para tanto, foi necessária a análise dos documentos relativos a cursos de formação e aos encontros das economistas domésticas que trabalhavam na Extensão Rural¹⁸, localizados no acervo da Biblioteca Nacional de Agricultura (Binagri), em Brasília.

No Capítulo III, *A formação de economistas domésticas para atuar em Extensão Rural*, analisamos o surgimento do curso superior de Economia Doméstica na UREMG, em 1952. Para atender à demanda da Extensão Rural, e a partir do Programa Ponto IV¹⁹, foi criado na Universidade Rural de Minas Gerais – atual Universidade Federal de Viçosa – o primeiro curso de graduação em Economia Domésticas do Brasil. Analisamos o currículo desta nova graduação, à década de 1950, cujas fontes estavam

Point Four: a Modest Program. Education. Gilman: vol. 71; LATTA, M. Point Four: a Modest Program. Education. Gilman: vol. 71; COLBY, Gerald & DENNET, Charlotte. *Seja Feita a Vossa Vontade*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1998.

¹⁷ *Revista de Extensão Rural*. Rio de Janeiro: ABCAR, 1966-1974; ABCAR. *Planejamento em extensão rural: diretrizes*. Rio de Janeiro, ABCAR, 1968; ABCAR. *Reunião Nacional de Técnicos em Extensão Rural e Crédito Supervisionado. Conclusões*. Recife: ABCAR, 1959; ABCAR. *Sistema brasileiro de extensão rural*. Rio de Janeiro, ABCAR, 1965.

¹⁸ ABCAR. *Reunião sobre diretrizes para o trabalho de economia doméstica em extensão rural*. Documento Básico. Rio de Janeiro, 1967; ABCAR. *Reunião Nacional de Economia Doméstica*. Congresso realizado em Turrialba, Costa Rica. Rio de Janeiro, 1963; ACAR-PA. *Guia de educação alimentar*. Belém, 1972. Secretaria de Agricultura. *Cartilha do agricultor*. v. 2 - A casa e os haveres, a terra. Porto Alegre, 1970; ACAR-SC. *Alimentação e preparo de alimentos*. Florianópolis, 1965; ACAR-MG. *Alimentação e preparo de alimentos*. Belo Horizonte, publicado depois de 1962; ACAR-SC. *Economia doméstica no serviço de extensão rural*. Florianópolis, 1961; ABCAR. *Projeto de economia doméstica*. Rio de Janeiro, 1960; Serviço de Informação Agrícola. *Economia Doméstica*. Rio de Janeiro, 1958, série clubes agrícolas, no. 20; Serviço de Informação Agrícola. *Encontro de Economia Doméstica*. Encontro realizado em 22 de julho de 1960. Série documentária, no. 13. Rio de Janeiro, 1961; ABCAR. *Reunião Nacional de Economia Doméstica*. Série D. Rio de Janeiro, 1963.

¹⁹ Lançado pelo governo Truman, em 1949, foi uma grande iniciativa de acordo com a América-Latina, com o mote de reestruturar os serviços de “cooperação” agrícola.

localizadas no Arquivo Central Histórico desta universidade. Além do currículo, trabalhamos com a documentação referente ao corpo docente e discente, disponível no Arquivo Histórico Prof. Padre Mendes, organizado por alunos do curso de História da Universidade Federal de Viçosa, e no Arquivo Central e Histórico da mesma universidade.

O objetivo ao compulsar tais fontes foi situar a documentação específica da Escola Superior de Ciências Domésticas em relação aos projetos políticos vigentes na Pasta da Agricultura quando a graduação fora criada, momento em que a Sociedade Nacional da Agricultura ainda detinha preponderância no Ministério, como demonstrado por Sonia Mendonça²⁰. Partimos da hipótese de que a organização curricular desta graduação, em seus anos iniciais, pautava-se pelas demandas emanadas das parcerias público-privadas do Ministério da Agricultura com agências internacionais, de acordo com os interesses da fração de classe dominante hegemônica na pasta até então. Exemplos disto foram os projetos desenvolvidos pelo Escritório Técnico de Agricultura (ETA) - criado em 1953 - junto à UREMG e a entidades internacionais, especialmente a Universidade de Purdue e os serviços de extensão norte-americanos.

²⁰ MENDONÇA, Sonia Regina de. *Estado, Educação Rural e Influência Norte-Americana no Brasil (1930-1961)*. Niterói: UFF, 2010.

Capítulo I: Questões importantes para a compreensão da Extensão Rural no Brasil

1. O campo na formação social brasileira: Latifúndio/ Escravidão/ Monocultura

Os estudos mais atuais sobre o papel do campo na formação social brasileira têm contribuído para “desmistificar” as explicações baseadas unicamente no tripé Latifúndio – Escravidão – Monocultura, pois focalizam setores produtivos à margem da estrutura agroexportadora²¹.

Há de se prestar tributo a *Casa Grande & Senzala*, obra pioneira de Gilberto Freyre, em relação ao que havia sido produzido pela intelectualidade brasileira até então, quando ainda ecoavam pelo país as teorias positivistas, evolucionistas e deterministas que deram suporte ao racismo científico, diretamente relacionado ao projeto nacional em construção no período²². O que nos interessa na obra de Freyre neste estudo, entretanto, é como o autor evidencia, a partir do levantamento de aspectos cotidianos da vida colonial, a existência de parcelas da população que não se resumiam pura e simplesmente ao “senhor” ou ao “escravo”. A obra expõe a vivência de uma população livre²³ em difíceis condições de nutrição²⁴.

²¹ Entre estes autores podemos destacar: CARDOSO, C. F. *Escravo ou camponês? O protocampesinato negro nas Américas*. São Paulo: Brasiliense, 2004.; FORMAN, S. *Camponeses, sua participação no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.; MATTOS, H. *Ao sul da história. Lavradores pobres na crise do trabalho escravo*. São Paulo: Brasiliense, 1987.; MELO E SOUZA, L. *Os desclassificados do ouro. A pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.; PRADO JR., C. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 2004. e QUEIROZ, M. I. P. *O campesinato Brasileiro. Ensaio de civilização e grupos rústicos no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1976. entre outros.

²² SCHWARCZ, L. M. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 18. A autora discute o debate travado no século XIX e início do XX sobre a “mestiçagem” brasileira como um problema nacional a ser resolvido através do branqueamento da população.

²³ A esta ideia de população livre, para além do latifúndio, Freyre dá continuidade em *Sobrados & Mucambos*. FREYRE, G. *Sobrados & Mucambos*. São Paulo: Global Editora, 2006, p.668.

Do que pouco ou nenhum caso essa sociologia, mais alarmada com as manchas da mestiçagem do que com as da sífilis, mais preocupada com os efeitos do clima do que com os de causas sociais suscetíveis de controle ou retificação, e da influência que sobre as populações mestiças, principalmente as livres, terão exercido não só a escassez de alimentação, devida à monocultura e ao regime do trabalho escravo, como a pobreza química dos alimentos tradicionais que elas, ou antes, que todos os brasileiros, com uma ou outra exceção regional, há mais de três séculos consomem, é da irregularidade no suprimento e da má higiene na conservação e na distribuição de grande parte desses gêneros alimentícios.²⁵

Assim como Freyre, Caio Prado Júnior também se dedicou a estabelecer relações entre o Brasil contemporâneo e o período Colonial. Extrapolando as questões raciais – marxista que o era – explicou esta formação a partir das relações sociais de produção, onde a economia condicionada pela colonização baseava-se na exportação de gêneros tropicais para a Europa. Prado Júnior apresenta-nos a Agricultura de Subsistência, que coexistia com a grande lavoura, complementando-a, uma vez que se destinava a abastecer o, ainda que incipiente, mercado interno²⁶. *Formação do Brasil Contemporâneo* inova ao identificar outros setores produtivos que envolviam populações para além de “senhores” ou “escravos”.

Estruturada de formas distintas, a grande lavoura ocupava grandes porções de terra (fazendas, engenhos) e empregava grande quantidade de mão-de obra, enquanto a de subsistência, pequena, podia variar em suas modalidades de organização (quantidade de trabalhadores, domínio sobre a terra, etc.). Prado Jr. relata a existência da pequena produção tanto dentro das fazendas, quanto fora delas.

Vai desde a grande propriedade, aproximando-se neste caso, nos seus caracteres exteriores, da grande lavoura – o que é menos frequente – até a insignificante roça, chácara ou sítio, onde não há escravos ou assalariados e onde o proprietário ou simples ocupante é ao mesmo tempo o trabalhador. É preciso distinguir entre estes dois casos do proprietário e do mero ocupante, pois este último ocorre frequentemente sob a forma do agregado dos grandes domínios. O agregado é um trabalhador rural a quem o proprietário cede, em geral a título gratuito e em troca apenas de uma espécie de vassalagem e

²⁴ FREYRE, G. *Casa-Grande & Senzala*. São Paulo: Global Editora, 2003, pp. 95-96.

²⁵ *Idem*, p. 97.

²⁶ PRADO JR., C. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 155.

prestação de pequenos serviços, o direito de se estabelecer e explorar uma parte inaproveitada do domínio²⁷.

O autor esclarece sobre o *status* deste trabalhador rural que, com maior ou menor independência, “faz as vezes de um pequeno produtor autônomo”. Localizado fora da exploração típica do latifúndio e da escravidão é, porém, subsidiário a ela. Eram estes trabalhadores e suas culturas variadas que asseguravam o abastecimento interno, de boa parcela da população da Colônia.

No mesmo sentido de trazer à tona a complexidade do que existiu além do latifúndio, convergem os trabalhos de historiadores como Ciro Flamarion Cardoso, Laura de Mello e Souza e do crítico literário Roberto Schwarz. No caso específico do Brasil, Cardoso situa a “brecha camponesa” – concessão de parcelas de terra para trabalhar, geralmente uma vez por semana, em prol de sua subsistência – por seu caráter estrutural e sua lógica subjacente ao escravismo. Não se tratava, portanto, de uma subversão à estrutura produtiva, mas cumpria uma função definida no quadro do escravismo colonial: diminuir o custo de reprodução da força de trabalho²⁸. Laura de Mello e Souza, em estudo sobre o contexto da mineração do século XVIII, mostra o crescimento do que ela chama de camada média²⁹ em Minas Gerais, graças à urbanização e também dos “desclassificados do ouro”, frutos do escravismo e da superexploração do trabalho. Como mão-de-obra alternativa aos escravos, análoga a um exército industrial de reserva, os desclassificados eram tidos como vadios³⁰.

²⁷ *Idem*, p. 157.

²⁸ CARDOSO, C. F. *Escravo ou camponês? O protocampesinato negro nas Américas*. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 97.

²⁹ Neste ponto a autora observa avanço alcançado por Caio Prado Júnior em relação à “camada intermediária”, como primeiro autor a se voltar para o tema. Ver em MELO E SOUZA, L. *Os desclassificados do ouro. A pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Graal, 1982, pp. 14-15.

³⁰ A ideologia da vadiagem, segundo a autora, surge a partir da ressignificação do trabalho, no fim da Idade Média. Vadio tornou-se “etiqueta injuriosa”.

Já Schwarz volta sua atenção para a parcela livre da população colonial - na verdade dependente dos grandes proprietários - e para a lógica do favor³¹ que presidiu tais relações sociais, mesmo no caso dos profissionais liberais. Consolidada nos tempos coloniais, uma ideologia da dependência constituirá as relações sociais brasileiras até o período republicano.

O que seria um camponês no Brasil?

Os autores e trabalhos supracitados nos ajudam a tentar traçar as origens do campesinato brasileiro, a partir da compreensão de que havia homens livres não proprietários desde os tempos coloniais. Eles representavam uma parcela considerável da população e, apesar da dificuldade³² em estudá-los, seja pela escassez de documentação direta ou por não estarem registrados nas fontes tradicionalmente usadas pelos estudiosos do período, têm sido objeto de análise de pesquisadores brasileiros nos últimos trinta anos, pelo menos³³.

Os “sitiantes” descritos por Maria Isaura Pereira de Queiroz³⁴, “camada sócio-econômica intermediária entre os fazendeiros e os trabalhadores rurais”, em nada se parecem com o sertanejo isolado sobre o qual Euclides da Cunha ajudou a construir todo um imaginário marcado pelo heroísmo. Formavam bairros de famílias conjugais e autárquicas, cada uma trabalhando em sua terra de maneira independente, integrados tanto entre si, quanto regionalmente. Tais famílias deslocavam-se bastante e estabeleciam relações locais, regionais e inter-regionais. Mesmo os mais reclusos não poderiam ser considerados isolados, devido aos contatos econômicos que eram

³¹ SCHWARZ, R. *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Duas Cidades, 1977, p.16.

³² MELO E SOUZA, L. *Os desclassificados do ouro. A pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Graal, 1982, p. 222.

³³ Referimo-nos aqui à obra *Os desclassificados do ouro*, publicada em 1983. Entretanto, não podemos deixar de registrar a produção de *Homens livres na ordem escravocrata*, de Maria Sylvia de Carvalho Franco, mencionado pela própria Laura de Mello e Souza, que fora publicado ainda em 1969.

³⁴ QUEIROZ, M. I. P. *O campesinato Brasileiro. Ensaio de civilização e grupos rústicos no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1976, p. 13.

obrigados a travar. Emergidos dos tempos coloniais, os camponeses estiveram presentes na história brasileira como “camada intermediária livre”, coexistindo com a monocultura e a criação de gado. Foram responsáveis pelo abastecimento dos povoados e, inclusive, das grandes propriedades³⁵. Para a autora

Economicamente, define-se, pois, o camponês pelo seu objetivo de plantar para o consumo. Sociologicamente, o campesinato constituiu sempre uma camada subordinada dentro de uma sociedade global – subordinação econômica, política e social.³⁶

Em sua defesa de que existe um campesinato no Brasil, Queiroz nos traz as duas principais orientações para a definição do conceito. A primeira, de cunho histórico, fora estabelecida por Marc Bloch, referente ao caso francês e diretamente ligada ao senhorio; a segunda, de caráter sócio-antropológico, refere-se à posição do campesinato em relação a diferentes tipos de sociedade. Na segunda posição, Robert Redfield define o camponês a partir de sua posição quanto a tipos diferentes de sociedades, na coexistência entre campo e cidade, o primeiro subordinado à segunda. Graças a uma relação de complementação econômica, para ele, não há camponês sem cidade. Além disso, são definidos por modos de vida que comportam a valorização do trabalho, da procriação e da segurança. Assim, para Queiroz, o campesinato brasileiro, ora está em situação semelhante àquela escrita por Bloch, em oposição a uma camada superior de produtores, ora se aproxima da descrição de Redfield, em dependência das cidades, enquadrando-se em ambas as definições.

No caso brasileiro, segundo a autora, a relação com a terra e o proprietário poderia variar. Em alguns casos os sitiantes cultivavam para sua própria subsistência em terras dos grandes proprietários pagando seu aluguel com parte da colheita, além da prestação de jornadas de trabalho na lavoura do proprietário. Quando isso ocorria em fazendas de criação de gado o pagamento poderia ocorrer na forma de participação nas

³⁵ *Idem*, p.26.

³⁶ *Idem*, p.30.

lutas em que se envolvia o proprietário - uma espécie de milícia. Existiam também sitiantes independentes que abasteciam as fazendas de víveres e formavam reserva de mão-de-obra para diversos tipos de serviço; sua dependência em relação aos proprietários é peculiar, compunham uma espécie de clientela dos fazendeiros³⁷. Nas regiões em que não havia grandes propriedades estabelecia-se uma hierarquia entre os próprios sitiantes, baseada em critérios econômicos. Além dos camponeses proprietários, havia os posseiros, os parceiros (pagavam aluguel), os arrendatários (o aluguel era fixo), os moradores e agregados das monoculturas (pagavam em dias de serviço). Ou seja, as formas dessa relação variavam e a dimensão de seus lotes também. O denominador comum de todas essas relações é a dependência com relação às figuras do poder local - fazendeiros, criadores de gado, chefes políticos locais, etc.³⁸

Estes lavradores não proprietários, em constante deslocamento, impossibilitados do acesso formal à terra, acabavam por contrair relações de dependência com os grandes proprietários fundiários em busca de posse informal. Este é o cerne da dependência dos favores dos coronéis e da lógica do favor que se instituiu na história do Brasil.³⁹

Somavam-se à subordinação vivida pelas “camadas intermediárias” desde a Colônia, elementos que seriam determinantes para o campesinato brasileiro do século XX. As soluções políticas tomadas para garantir a transição do escravismo agravaram o quadro de instabilidade no campo. A *Lei de Terras* de 1850, que tornou a compra o único mecanismo viável de acesso e dificultou a situação dos trabalhadores rurais livres⁴⁰, se tornaria posteriormente um agravante das condições de vida do campesinato. O “aquecimento” do mercado de terras propiciado pela lei, já em fins do século XIX

³⁷ *Idem*, p. 26.

³⁸ *Idem*, p. 28.

³⁹ SCHWARZ, *Op. Cit.*, p. 16.

⁴⁰ MOTTA, M. M.; MENDONÇA, S. R. “Continuidades nas rupturas: legislação agrária e trabalhadores rurais no Brasil no início da República”. In: *Revista Brasileira de Pós-Graduação em Ciências Sociais*. Ano VI, Brasília: Instituto de Ciências Sociais, 2002, p.128.

trazia problemas aos sitiantes, que, embora ocupassem suas terras há bastante tempo, não detinham propriedade formal ou a comprovação jurídica de sua situação, e mesmo, quando tentavam regularizar institucionalmente sua posse, deparavam-se com o mandonismo⁴¹ dos proprietários locais, que exerciam o controle político social da comunidade.⁴²

Não à toa a Primeira República foi marcada pelo fenômeno do coronelismo⁴³, acirramento da lógica do favor prestado pelos coronéis, gestado pela dependência da população rural em relação aos grandes proprietários de terras. No caso do coronelismo, o elemento central era a troca de favores entre o poder público e os “senhores” de terras, em um sistema político que envolvia desde o poder federal até a esfera municipal. Os empobrecidos eleitores do meio rural, embora determinantes para o resultado das eleições, representavam o elo mais fraco da corrente de favores, manifesta pelo voto de *cabresto*.⁴⁴ Essas relações de subordinação marcaram a nascente República brasileira e jogam luz sobre as condições de vida dos pequenos produtores rurais não-proprietários e as soluções políticas de tais condições. Dentre elas estaria a Extensão Rural, iniciada em 1948 em Minas Gerais e, posteriormente, nacionalizada.

⁴¹ Segundo José Murilo de Carvalho, o mandonismo “Refere-se à existência local de estruturas oligárquicas e personalizadas de poder. O mandão, o potentado, o chefe, ou mesmo o coronel como indivíduo, é aquele que, em função do controle de algum recurso estratégico, em geral a posse da terra, exerce sobre a população um domínio pessoal e arbitrário que a impede de ter livre acesso ao mercado e à sociedade política”. Tratava-se, portanto, de uma perseguição a adversários. Ver CARVALHO, J. M. de. *Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: uma discussão conceitual*. Rio de Janeiro: Dados vol. 40 nº2, 1997, p. 231.

⁴² MATTOS, H. *Ao sul da história. Lavradores pobres na crise do trabalho escravo*. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 31.

⁴³ LEAL, V. N. *Coronelismo, enxada e voto. O município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Alfa-ômega, 1986, p. 20.

⁴⁴ Na troca de benefícios entre o poder privado e o público, que vinha se fortalecendo progressivamente com o federalismo, liderança do coronel se expressa pela quantidade de votos de cabresto que comanda, os quais lhe conferem prestígio político como um “natural coroamento” da já privilegiada situação econômico e social de proprietário de terras.

A Extensão Rural e seu público alvo

A Extensão Rural existe como prática, no Brasil, até os dias atuais. Entretanto, interessam-nos aqui as razões de sua implantação e o público ao qual, então, se destinava, ou seja, os pequenos produtores rurais⁴⁵, cultivando em regime de trabalho autônomo com mão-de-obra principalmente familiar. Segundo a opção metodológica de Queiroz⁴⁶, para quem, no período pós-colonial, define-se como campesinato a “camada intermediária” da população rural brasileira, colocada entre fazendeiros e trabalhadores sem-terra, os “beneficiários” do projeto extensionista poderiam ser entendidos como camponeses.

Emergentes da cultura do favor⁴⁷ e da dependência em relação aos latifundiários⁴⁸, os pequenos produtores submetiam-se, através da Extensão Rural, a um projeto em que eram “tutelados” pelo Estado, situação observada em perspectiva histórica por Martins, que a denominou usurpação política⁴⁹. Além da subordinação do trabalho ao capital, que permitia a expansão das relações capitalistas no campo, o trabalhador rural não proprietário de terras se dirigia às cidades, tornando-se exército industrial de reserva.⁵⁰

⁴⁵ O público alvo do extensionismo eram os pequenos produtores, fossem eles proprietários de terras ou não. Entretanto, para ter acesso ao crédito rural supervisionado era imprescindível ter uma pequena propriedade.

⁴⁶ QUEIROZ, *Op. Cit.*, p.31.

⁴⁷ SCHWARZ, *Op. Cit.*, p.16.

⁴⁸ Embora o fenômeno estudado por Leal seja historicamente datado, ainda se verificava no pós-Guerra forte poder político dos grandes proprietários de terras no país, tendo em vista o peso que entidades patronais como a Sociedade Nacional de Agricultura e a Sociedade Rural Brasileira tinha no Ministério da Agricultura no período. Ver MENDONÇA, S. R., *Patronato rural no Brasil recente (1964-1993)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010, p. 32.

⁴⁹ MARTINS, J. S. *Os camponeses e a política no Brasil. As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. Petrópolis: Vozes, 1983, p.18.

⁵⁰ *Idem.*, *ibidem.*, p.59.

O conceito de campesinato grassa ainda de muito debate e procuramos seguir no presente capítulo as indicações de Cardoso, especificando as características dessa camada na formação social brasileira⁵¹.

Da transição do escravismo e pauperização durante a Primeira República se desdobraria o pequeno produtor da chamada redemocratização pós 1945. O modelo da Extensão Rural e do Crédito Rural Subsidiado associados, além da subordinação do trabalho ao capital - sobretudo a partir dos anos 1950 - facilitaria a expansão de relações capitalistas no campo.⁵²

2. No que Gênero e Classe ajudam na compreensão da Extensão Rural?

As discussões acerca da questão de gênero na área das Ciências Humanas no Brasil nascem a partir do acúmulo conquistado com a construção de uma História das Mulheres, forjada no contexto político da luta feminista na década de 1960. Em um artigo fundamental para essas discussões, Joan Scott define gênero como

Um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e (...) uma forma primeira de significar as relações de poder. (...) O gênero é, portanto, um meio de decodificar o sentido e de compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana”.⁵³

Tal relação seria, assim, constituída por símbolos e normas sociais, bem como por noções políticas e identidades subjetivas. Nos termos de Bourdieu, a dominação do gênero masculino sobre o feminino consiste em violência simbólica, ou seja, uma

⁵¹ CARDOSO, C. F.: “Camponês, campesinato: questões acadêmicas, questões políticas”. IN: CHEVITARESE, André Leonardo (Org). *O campesinato na História*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ, 2002.

⁵² MARTINS, *Op. cit.*, p.59.

⁵³ SCOTT, Joan. “Gênero: uma categoria útil para análise histórica”. *Gender and the Politics of History*. New York: Columbia University Press, 1989. Tradução de Christine Dabat e Maria Ávila, pp. 21 e 23.

relação de poder desigual constituinte do nosso *habitus*⁵⁴, mascarando, desta maneira, a dominação incorporada pelos próprios dominados. O “arbitrário cultural” é tido como natural e permite que situações flagrantes de violência se perpetuem no tecido social⁵⁵. Em outras palavras, relações sociais apareceriam como sendo, segundo Scott, pretensamente naturais⁵⁶. Utilizaremos, portanto, na combinação das análises supracitadas, um conceito que expressa a dominação masculina, qual seja, o de patriarcado⁵⁷.

A naturalização do cultural, que leva à compreensão da mulher como reprodutora e socializadora dos filhos tem implicações também junto ao trabalho feminino. A profissionalização das mulheres nas áreas de cuidado, como no caso da Economia Doméstica, tem sido objeto das Ciências Sociais nas últimas três décadas⁵⁸.

Referindo-se às categorias de masculino e feminino, o gênero deve ser entendido de um ponto de vista relacional. As características de cada um são constituídas a partir da exclusão do outro e, portanto, não podem ser consideradas separadamente.

Segundo Louise Tilly, no campo da disciplina histórica, a História das Mulheres, relacionada ao conceito de gênero desde o surgimento deste, tem um caráter majoritariamente descritivo e interpretativo, cabendo executar uma viragem para um comportamento analítico e explicativo ligado à História Social, que conecte o gênero a outras relações sociais.

⁵⁴ “O *habitus* seria um conjunto de esquemas implantados desde a primeira educação familiar, e constantemente repostos e reatualizados ao longo da trajetória social restante, que demarcam os limites à consciência possível de ser mobilizada pelos grupos e/ou classes, sendo assim responsáveis, em última instância, pelo campo de sentido em que operam as relações de força. Para além da “comunicação das consciências”, os grupos e/ou as classes compartilham das inúmeras competências que perfazem seu capital cultural, como uma espécie de princípio que rege as trajetórias possíveis e potenciais das práticas”. BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2007, p. XLII.

⁵⁵ Ver em especial BOURDIEU, Pierre. *A Dominação Masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

⁵⁶ SCOTT, J. *Op. Cit.* p. 26.

⁵⁷ Para maiores referências acerca do debate em torno do conceito de patriarcado ver COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Antonio L. (orgs.). *Dicionário crítico de gênero*. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2015, p. 515.

⁵⁸ A este respeito ver HIRATA, Helena; GUIMARÃES, N. A (Orgs.). *Cuidado e Cuidadoras. As várias faces do trabalho do care*. São Paulo: Atlas, 2012.

Os melhores trabalhos sobre história das mulheres (...) não estudam a vida das mulheres de uma maneira isolada: eles se esforçam por vincular estas vidas a outros temas históricos, como o poder das ideias ou as forças que governam as transformações estruturais.⁵⁹

A análise de gênero foi dividida por Scott em seu artigo em três grandes correntes: 1) as teóricas do patriarcado, que concentram sua atenção na “necessidade” do macho dominar a mulher e veem a fonte da opressão no papel reprodutivo desta; 2) as correntes ligadas à psicanálise, seja a anglo-saxã relacionada à *object relation-theory*, ou a francesa pós-estruturalista baseada em Lacan; 3) as feministas marxistas, criticadas por Scott por verem o gênero como subproduto das causalidades econômicas⁶⁰. A própria autora, filiada ao pós-estruturalismo, afirma a necessidade de pensar no gênero a partir de um conceito disperso de poderes em relações desiguais constituídas pelo discurso nos “campos de força”, à maneira de Michel Foucault⁶¹.

Para Tilly, ao se filiar ao método pós-estruturalista da desconstrução e dos micro- poderes, Scott

...recusa a explicação, considerando-a um outro método de dominação. Se queremos compreender o poder, precisamos de uma análise das formas do poder, em termos de causas e consequências, que pesquise quais são as condições que tornam a desigualdade mais ou menos pronunciada e quais são os fatores associados a esta variação.⁶²

Para além de defender, como Tilly, uma História Social, buscamos a associação com o materialismo histórico, afirmando a necessidade de entender as bases materiais do exercício do poder – qualquer poder. Neste sentido, é importante nos debruçarmos sobre a corrente das feministas marxistas. Para além da crítica de Scott, a corrente inspirada na obra de Marx também afirma a necessidade de ligar a questão de gênero a outras relações sociais, tanto econômicas quanto extraeconômicas.

⁵⁹ TILLY, Louise. “Gênero, História das Mulheres e História Social”. *Cadernos Pagu*. N. 3. 1994. pp. 29-62. Citação da p. 41.

⁶⁰ SCOTT, J. *Op. Cit.* pp. 8-19.

⁶¹ Referências tanto em FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1989. Quanto em trilogia _____. *História da Sexualidade*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

⁶² TILLY, L. *Op. Cit.* p. 51.

Dentre as feministas materialistas brasileiras, podemos citar Heleieth Saffioti, que utiliza a categoria patriarcado⁶³ simultaneamente às contribuições do materialismo histórico. Para a autora, é útil e necessária a utilização das categorias marxianas ultrapassando as análises que tomam o problema da desigualdade de gênero como superestrutural, mera ideologia machista⁶⁴. A ela esteve colocada a tarefa de lidar concomitantemente com o problema das relações de gênero e das classes sociais. Para tanto, utilizou em suas análises a concepção de dominação-exploração – propiciada pelo patriarcado e o capitalismo – evitando dissociá-las ou hierarquizá-las na compreensão da realidade. Este conceito ainda seria enriquecido pela autora com as problemáticas raciais. O patriarcado é então, nesta acepção, um regime de dominação-exploração das mulheres pelos homens, enquanto o gênero aparece como um conceito aberto, podendo operar como categoria histórica, de análise, identidade subjetiva, uma gramática sexual, entre outros. No que há de consenso entre as feministas, gênero é a construção social sobre masculino e feminino⁶⁵.

Aliás, já em *A mulher na sociedade de classes* (1969), Saffioti recorre à comparação da condição da mulher no Brasil e no mundo em diferentes tempos históricos, com vistas a compreender em que medida a inferiorização social da mulher vincula-se estruturalmente ao capitalismo ou persiste como permanência do pré-capitalismo. A socióloga constata que houve um aumento das diferenças entre homens e mulheres na transição do feudalismo ao capitalismo, enquanto a lei dá a elas, na sociedade competitiva, apenas a liberdade de vender sua força de trabalho⁶⁶.

⁶³ SAFFIOTI, Heleieth I. B. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

⁶⁴ SAFFIOTI, Heleieth I. B. “Feminismos e seus frutos no Brasil” IN: SADER, Emir (coord.). *Movimentos Sociais na Transição Democrática*. São Paulo: Cortez Editora, 1987. p. 109.

⁶⁵ Idem, *Gênero, Patriarcado, Violência*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 44.

⁶⁶ SAFFIOTI, Heleieth I. B. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. São Paulo: Expressão Popular, 2013, p. 58.

Ao tratar da relação entre os conceitos de classe (central no materialismo histórico) e gênero, Ellen Wood afirma que a lógica capitalista é que cria a noção de que a classe é apenas uma categoria econômica, quando, na realidade, ela está ligada umbilicalmente a várias relações extraeconômicas. A autora ressalta, todavia, que o capital não necessita de formas extraeconômicas de extração do excedente (como a submissão de gênero) para seu funcionamento, muito embora se aproveite de qualquer destas formas para aumentar sua capacidade de explorar a força de trabalho e a produção de mais-valor⁶⁷. Já Saffioti entende que o modo de produção dominante não pode prescindir do trabalho doméstico não pago⁶⁸, ou seja, do benefício gerado pela desigualdade de gênero.

Entender que, no capitalismo, as relações de classe são estruturantes e lançam seus matizes sobre outras formas de dominação significa lembrar sempre que há diferentes formas de poder articuladas às diferenças classistas. Sendo assim, no capitalismo as mulheres estão, simultaneamente, sujeitas ao capital e ao patriarcado, que não são autônomos, porém imbricados em um mesmo sistema opressivo. A centralidade da produção de mercadorias ressaltada por Marx n’*O Capital* é tão intensa que afeta todos os aspectos da vida social, inclusive as relações de gênero.

A opressão do patriarcado, todavia, existe mesmo antes do capitalismo. Engels afirma que a primeira divisão social do trabalho é a sexual, configurando a exploração masculina⁶⁹ que, assim como outras categorias originárias do pré-capitalismo, adquire um significado diferente sob o Modo de Produção baseado na reprodução ampliada do capital.

⁶⁷ WOOD, Ellen. *Democracia contra Capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2005. p. 241.

⁶⁸ SAFFIOTI, “Feminismos e seus frutos no Brasil”, *Op. Cit.*, p. 108.

⁶⁹ ENGELS, Friedrich. *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

A divisão sexual do trabalho inicialmente propagada pela lógica capitalista é aquela da separação de gênero entre trabalho doméstico (feminino) e trabalho assalariado (masculino). Há um debate entre as feministas marxistas sobre a importância do trabalho doméstico para a reprodução do capital, já que os serviços do lar seriam necessários para a manutenção da força de trabalho. Além disto, manter a mulher em casa – muitas vezes justificado na questão biológica de que ela seria responsável pela gestação, que ampara a questão cultural da criação dos filhos – geraria um maior exército industrial de reserva, possibilitando a diminuição nos salários masculinos⁷⁰. Neste aspecto encontramos contribuição de Saffioti sobre a mistificação engendrada pela divisão sexual do trabalho:

A grande maioria dos homens, centrando sua visão sobre a mulher como sua concorrente real no mercado de trabalho, deixa de perceber a situação feminina, e a sua própria, como determinadas pela totalidade histórica na qual ambos estão inseridos. Deixando-se mistificar pelo prestígio que lhe é conferido se obtiver pelo seu trabalho remuneração suficiente para permitir-lhe manter a esposa afastada das funções produtivas, não percebe que a mulher não ativa economicamente pode significar uma ameaça ao seu emprego enquanto trabalhadora potencial e que o trabalho não pago que ela desenvolve no lar contribui para a manutenção da força de trabalho tanto masculina quanto feminina, “diminuindo para as empresas capitalistas, o ônus do salário mínimo de subsistência cujo capital deve pagar pelo emprego da força de trabalho”⁷¹.

O interesse das classes dominantes na reprodução contínua do capital e da estrutura de exploração de classe leva, segundo Mary McIntosh, o Estado a desempenhar um papel de suporte a uma forma particular de família (aquela do marido provedor com mulher e filhos dependentes), fazendo com que as mulheres executem o trabalho doméstico não pago. Segundo a autora isto, por um lado, permitiria o aumento do exército industrial de reserva e o pagamento de salários menores às mulheres e, por

⁷⁰ Para esta discussão, ver ARMSTRONG, P. & ARMSTRONG. “Beyond Sexless Class and Classless Sex: Towards Feminist Marxism”. *Studies in Political Economy*. 10. Inverno, 1983. pp. 7-44.

⁷¹ SAFFIOTI, *A mulher na sociedade de classes*, *Op. Cit.*, p.74.

outro, estabeleceria o gênero feminino como responsável pela economia familiar e, assim, pela reprodução da força de trabalho⁷².

Jane Jenson reafirma a importância da economia doméstica para a reprodução da força de trabalho e para os interesses do Estado⁷³, com a manutenção de suas tropas para possíveis guerras e a criação de uma mão-de-obra saudável e disciplinada, por exemplo. Isto faria com que o aparelho de Estado sustentasse um esforço para criar um padrão determinado de relação familiar⁷⁴ que, para o período abarcado por este trabalho, foi propagandeado durante a Guerra Fria e determinou a política educacional difundida pelo Extensionismo - e a consequente necessidade de Economistas Domésticas - relacionada à Extensão Rural no Brasil.

A própria maternidade – utilizada como fator determinante para a definição de gênero – é afetada no capitalismo pela política estatal:

Os Estados buscam organizar a única atividade que é inevitavelmente de gênero – o parto. Na medida em que o Estado capitalista se preocupa com sua população nacional, a construção social da maternidade tornou-se uma área provável da atividade estatal. A questão da criança e da proteção maternal surgiu no contexto da preocupação generalizada com o declínio da natalidade, a mortalidade infantil e a saúde pública, e ocupou os políticos em muitos países a partir do último quartel do século XIX.⁷⁵

O tratamento dado ao conceito de Estado por Jenson e McIntosh é, no entanto, insuficiente, já que elas parecem trata-lo a partir de uma visão monolítica, que apreende o aparelho estatal apenas como “braço superestrutural” da classe dominante. Sem descartar a dominação de classe, acreditamos ser mais frutífero ver o conceito de Estado “*no seu sentido orgânico e mais amplo*”, segundo a definição do marxista sardo Antonio Gramsci:

⁷²MCINTOSH, Mary. “The State and the Oppression of Women”. In: KUHN, Annete & WOLPE, Annmarie. *Feminism and Materialism. Women and Modes of Production*. Londres e Nova York: Routledge, 1978. pp. 254-289. Citação referente à p. 279.

⁷³ Esta perspectiva de Estado agente, que “atua” segundo interesses uníssonos será criticada em breve a partir das contribuições de Antônio Gramsci.

⁷⁴ JENSON, Jane. “Gender and Reproduction: Babies and the State”. *Studies in Political Economie*. 20. Inverno, 1986. pp. 9-46.

⁷⁵ *Idem. Ibidem*. p. 15.

A unidade histórica das classes dirigentes acontece no Estado e a história delas é, essencialmente, a história dos Estados e dos grupos de Estados. Mas não se deve acreditar que tal unidade seja puramente jurídica ou política, ainda que também esta forma de unidade tenha sua importância, e não somente formal: a unidade histórica fundamental, por seu caráter concreto, é o resultado das relações orgânicas entre Estado ou sociedade política e “sociedade civil”.⁷⁶

Gramsci incorpora ao Estado Ampliado as tensões de classe existentes na esfera da sociedade civil⁷⁷ a partir das disputas travadas entre os chamados Aparelhos Privados de Hegemonia pela construção do consenso na sociedade civil, pelo aparelhamento de seus porta-vozes junto à sociedade política (ou Estado restrito) e o controle das políticas públicas.

Em que tal concepção de Estado ajuda no estudo específico da construção de gênero através de políticas públicas voltadas para a formação de um novo tipo de especialistas – as Economistas Domésticas – a serem envolvidas nas práticas do Extensionismo Rural? É importante ressaltar que tais políticas tomam a sociedade civil como ponto de partida para criar/difundir uma concepção hegemônica de gênero feminino ligada ao trabalho doméstico, auxiliar na reprodução do capital. Além disto, a mesma sociedade civil é palco de disputas entre diferentes projetos para o meio rural brasileiro, defendidos por dirigentes dos aparelhos privados de hegemonia de classes e frações da classe dominante agroindustrial, como a Sociedade Nacional de Agricultura e a Sociedade Rural Brasileira. Tais aparelhos buscam inscrever-se junto a instituições do Estado Restrito como a Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR) e a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR), ligadas ao Ministério da Agricultura.

⁷⁶ GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Vol. V. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 139.

⁷⁷ Importante lembrar que Gramsci supera a definição liberal de sociedade civil, que liga tal esfera somente à vida privada. Isto é imprescindível para nosso estudo, no sentido em que as definições de gênero defendidas pelas classes dominantes e disseminadas pelo Estado constroem a esfera privada da atividade doméstica, familiar e materna. Para além disto, o conceito gramsciano também supera, como mostra Álvaro Bianchi a divisão entre estrutura e superestrutura, entendendo que a sociedade civil também é palco de relações econômicas. Ver BIANCHI, Álvaro. *O Laboratório de Gramsci. Filosofia, História e Política*. São Paulo: Alameda, 2008. pp. 178-187.

Em relação à Extensão Rural, à educação/ “modernização” dos produtores rurais brasileiros e a construção de um padrão de gênero, é importante lembrar o papel educador do Estado ressaltado por Gramsci:

Tarefa educativa e formativa do Estado, cujo fim é sempre o de criar novos e mais elevados tipos de civilização, de adequar a “civilização” e a moralidade das mais amplas massas populares às necessidades do contínuo desenvolvimento do aparelho econômico de produção e, portanto, de elaborar também fisicamente novos tipos de humanidade.⁷⁸

A política desenvolvimentista⁷⁹ no Brasil foi acompanhada por modificações em relação à questão de gênero. As mulheres urbanas brasileiras seguiram as tendências internacionais de emancipação feminina derivadas da necessidade gerada pelo esforço da Segunda Guerra Mundial e pelo crescimento econômico. Todavia, a partir do final da década de 1940 e nos anos 1950, o Brasil parece ter convergido com a política estadunidense de restabelecimento do papel doméstico das mulheres⁸⁰. Ora, a transmissão dos códigos e visões de mundo propiciadas pelo Imperialismo e a Guerra Fria, estendia-se ao âmbito do privado que, como enunciava a geração de feministas da chamada segunda onda, também é político⁸¹.

Em outros termos, as sociedades do terceiro mundo, além de vivenciarem de forma mais aguda todas as contradições atuantes nos países industrializados do Ocidente, pois as desigualdades internas são maiores, sofrem todos os efeitos da dominação que as nações hegemônicas exercem sobre as

⁷⁸ *Idem, Ibidem.* p. 23.

⁷⁹ Comumente, o desenvolvimentismo é associado às teorias elaboradas pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e compreendido no Brasil a partir da década de 1950, com os governos de Getúlio Vargas e, especialmente, Juscelino Kubitschek. Há ainda autores que não identificam profundas rupturas entre o período desenvolvimentista e regime civil-militar instaurado em 1964 (MENDONÇA, 1986, p. 91). Em relação ao ideário, Fonseca destaca que o desenvolvimentismo brasileiro fora composto por três características essenciais associadas entre si, são elas: defesa da industrialização; do intervencionismo pró-crescimento e do nacionalismo. A associação deste conjunto de ideias pauta uma política consciente e deliberada, na qual o governo passa a buscar o desenvolvimento econômico (FONSECA, 2012, p. 22). Ver MENDONÇA, Sonia. *Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Graal, 1986 e FONSECA, Pedro Cezar D. “Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil”. In: BASTOS, Pedro Paulo Z. & FONSECA, Pedro Cezar D. (orgs.). *A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade*. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

⁸⁰ MCINTOSH, Mary. *Op. Cit.* A respeito das campanhas de retorno ao lar nos EUA após a Segunda Grande Guerra ver FRIEDAN, Betty. *Mística Femina*. Petrópolis: Vozes, 1971.

⁸¹ COSTA, Ana Alice. “O movimento feminista no Brasil. Dinâmicas de uma intervenção política”. *Labrys Estudos Feministas*. Jan/Jul. 2005, p.2.

periféricas. Cabe dizer que esta dominação apresenta múltiplas dimensões: econômica, política, ideológica, social, cultural.⁸²

Nesse sentido, o modelo de Extensão Rural consolidado no país – que apontava para a necessidade de uma nova categoria profissional, a das Economistas Domésticas – reforçava a ideia de que o papel da mulher se restringia a estereótipos consagrados como femininos, notadamente a concepção de **cuidado** no mais amplo sentido que pudesse abranger, fosse com os filhos, casas ou maridos. Seriam elas, segundo as fontes oficiais, responsáveis pela redução de doenças, pelos cuidados com hortas e animais domésticos e pela alimentação da família. Como faces da mesma moeda, seu complemento era o ensino direcionado aos homens, referido à utilização de técnicas “modernas” em prol do aumento da produtividade do trabalho.

A Extensão Rural, como trabalho educativo, é uma forma de investimento. Aquêles conhecimentos e habilidades difundidos entre as populações rurais valem, na verdade, como fatores de produção e de melhoria das condições de bem-estar.⁸³

A partir da fonte citada e da prática extensionista percebemos que os “fatores de produção” estavam a cargo dos homens das famílias às quais o extensionista se dirigia, ao passo que se considerasse “melhoria nas condições de bem-estar”, cabia às mulheres. O modelo de família cristalizado por tal política traz o homem como responsável pelo sustento, enquanto a mulher dedica-se ao trabalho do lar e ao cuidado dos filhos, numa realidade em que a maternidade era vista como “obrigação social”⁸⁴. Uma organização como esta determina o pai como chefe da família e detentor do poder sobre a prole e a esposa – arranjo reconhecido/imposto, inclusive, pela legislação vigente à época, vide o *Código Civil* de 1916, que seria alterado apenas em 1962, pela Lei 4.121, conhecida

⁸² SAFFIOTI, “Feminismos e seus frutos no Brasil”, *Op. Cit.*, p. 123.

⁸³ ABCAR. Sistema Cooperativo de Extensão Rural. *Avaliação do Plano Diretor 1961-65*. Rio de Janeiro, 1968, p.2.

⁸⁴ PINSKY, Carla. “As Mulheres dos Anos Dourados”. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997. pp. 607-639. A citação refere-se à p. 633.

como *Estatuto Civil da Mulher Casada*⁸⁵. Ainda que através da modificação tenha sido reconhecido o direito das mulheres de serem economicamente ativas e partilhar o pátrio poder sobre os filhos, o marido permanecia como chefe do casal. A rigor, o Estado endossava a perspectiva da mulher como segundo sexo⁸⁶, o “outro”, que está preso à “armadilha” da domesticidade e da maternidade.

Em publicação oficial do Serviço de Informação Agrícola do MA, sob o emblemático título de “Problemas Agrícolas em Foco”, o órgão nos faz saber qual a sua posição sobre o ideal da mulher do campo. “Ser dona de casa, mãe e educadora, ainda é o mais alto ideal da mulher, sobretudo nos meios rurais.”⁸⁷

Nas cidades, a submissão do trabalho doméstico feminino ao assalariado masculino perfazia uma visão na qual o labor da mulher era subsidiário ao do homem. Isto coadunava com o caráter primariamente materno da esposa, já que o trabalho assalariado feminino poderia atrapalhar suas atividades domésticas, tidas então como seus “verdadeiros deveres”. O modelo para o gênero feminino era a esposa recatada, boa mãe e prendada no trabalho doméstico. Tal modelo era presente não só no Brasil da década de 1950, como nos EUA e fundamentalmente divulgado no contexto da guerra fria como parte integrante do *american way of life*⁸⁸. Esta mística feminina tem forte contribuição da psicanálise e muitos erros científicos que ligam o destino da mulher à sua anatomia. Ela nutre-se e é difundida, também, por uma parcela das Ciências Sociais, que, na década de 1950, ainda atribuía fatores sociais aos psíquicos e estes aos biológicos⁸⁹.

⁸⁵ LIMA, Lana Lage G. & SOUZA, Suellen André de S. “Patriarcado”. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Antonio L. (orgs.). *Dicionário crítico de gênero*. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2015, p.518.

⁸⁶ BEAUVOIR, Simone de, *O segundo sexo*. (2 volumes). São Paulo, Difusão Européia do Livro, 2ª Edição, 1960, p.23.

⁸⁷ BRASIL, Serviço de Informação Agrícola. *Problemas Agrícolas em foco*. Rio de Janeiro, 1959, p. 97.

⁸⁸ FRIEDAN, Betty. *Mística Femina*. Petrópolis: Vozes, 1971. pp. 32-33.

⁸⁹ SAFFIOTI, *A mulher na sociedade de classes*, *Op. Cit.*, p. 411.

Na Extensão Rural podemos encontrar as formas de controle social da mulher elencadas por Saffioti - para manutenção do equilíbrio das sociedades capitalistas – e promovidas pelos mitos. Os padrões legitimados pelos mitos têm as seguintes funções:

1. Restringir a um mínimo possível a interferência do sistema de parentesco no sistema ocupacional, isto é, permitir a ligação entre os dois sistemas apenas através do chefe da família, a fim de preservar a compatibilidade entre as duas estruturas envolvidas;
2. Mistificar a mulher no seu papel de esposa e mãe, de modo a que ela se sinta plenamente realizada enquanto tal;
3. Colocar barreiras à ascensão profissional da mulher, de modo a mantê-la em condições desiguais de concorrência com os homens;
4. Enaltecer a atividade feminina em setores ocupacionais não disputados pelos homens quer porque não remuneram satisfatoriamente, quer porque não conferem suficiente grau de prestígio;
5. Manter baixas as aspirações femininas a fim de não provocar o surgimento de tensões suficientemente intensas para promover a mudança das estruturas vigentes;
6. Impedir a extensão dos mecanismos de competição ao grupo familiar não apenas porque isso significaria introduzir mudanças radicais na estrutura da família, mudanças estas de consequências imprevisíveis para a estrutura de classes, mas ainda porque a ampliação do jogo competitivo encontra sérios limites na manutenção do equilíbrio psicológico dos indivíduos⁹⁰.

Segundo a autora, ainda que pareça paradoxal, a mística feminina desempenha nas sociedades competitivas, baseadas na ciência e na tecnologia, funções altamente integradoras. As famílias não devem tornar-se incompatíveis com a estrutura de classes destas sociedades.

No caso do mundo rural brasileiro, Paola Giuliani⁹¹ ressalta não ter havido uma distinção entre os limites das atividades domésticas e agrícolas. Assim, as políticas públicas chamadas aqui de retorno ao lar e “educação” rural para a Economia Doméstica não implicavam na diminuição da força de trabalho do produtor rural, mas numa sobrecarga para as mulheres, antecipando para elas a experiência da dupla jornada de trabalho. Isto é mais importante se considerarmos que até os anos 1960 metade da população brasileira ainda se encontrava no campo, submetida a regimes de trabalho de

⁹⁰ *Idem, ibidem*, p. 429.

⁹¹ GIULANI, P.. “Os Movimentos de Trabalhadoras e a Sociedade Brasileira”. In: DEL PRIORE, M. (Org.). *História das Mulheres no Brasil*. Contexto, 1997. p.640.

produção familiar ou assalariamento informal, num contexto em que o poder do patriarcado⁹² extrapolava o espaço doméstico, negando, muitas vezes, às mulheres a participação política em cooperativas ou associações de produtores rurais⁹³.

Muito embora as mulheres brasileiras tenham conquistado sua cidadania política⁹⁴ ainda em 1932 (antes de países como França e Itália), a cidadania em seu aspecto social permaneceu, até 1964⁹⁵, vinculada ao emprego assalariado urbano, deixando o enorme contingente de trabalhadores rurais excluídos, por exemplo, dos direitos previdenciários. Em relação aos programas sociais e de assistência, o Estado admitia como interlocutores apenas algumas categorias e os chefes de famílias institucionalmente constituídas. Desta maneira, segundo Giuliani, a maior parte das mulheres continuava sendo contemplada indiretamente como cidadãs, uma vez que dependiam da mediação dos maridos para acessar programas sociais e de assistência⁹⁶. No contexto específico do campo brasileiro, então, o gênero feminino estava sujeito a uma dupla exclusão da cidadania: por serem mulheres e também trabalhadoras domésticas/rurais⁹⁷.

Por fim, outro aspecto que contribui para a problematização deste trabalho é a questão da raça/etnia, uma vez que ela propicia o desafio de incorporar à análise da realidade, a complexa noção de interseccionalidade, que imbrica de forma complexa as

⁹² Patriarcado ou patriarquia é o conceito que “*ênfatisa a inter-relação entre os vários modos em que os homens têm poder sobre as mulheres*” conforme a definição presente em BOTTOMORE, Tom & OUTHWAITE, William (Edits). *Dicionário do Pensamento Social do Século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993. pp. 561-562.

⁹³ GIULANI, Paola. “Os Movimentos de Trabalhadoras e a Sociedade Brasileira”. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *Op. Cit.* pp. 640-668. Citação referente às pp. 642-646.

⁹⁴ Aqui, obedece-se a divisão estabelecida por T.H. MARSHALL entre *cidadania civil*, correspondente aos direitos ligados às liberdades individuais; *cidadania política*, ligada ao exercício dos direitos políticos, em especial o voto; e *cidadania social*, relacionada tanto ao bem-estar econômico quanto à possibilidade de participação em benefícios sociais. MARSHALL, T.H. *Cidadania, Classe Social e Status*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987.

⁹⁵ Após o golpe empresarial-militar de 1964 o acesso à cidadania social foi drasticamente diminuído, principalmente através da repressão aos sindicatos, arrocho salarial e esvaziamento da Justiça do Trabalho.

⁹⁶ GIULANI, Paola. *Op. Cit.* p. 643.

⁹⁷ Lembremos que o acesso à previdência pelos trabalhadores rurais ocorreu somente em 1971.

questões de gênero e classe social à de raça/etnia, descortinando a ideia unívoca de “mulher”⁹⁸. Para além de meros construtores de identidades, classe, gênero e raça/etnia, são fatores que estruturam e organizam a desigualdade social.

Identities se formam na práxis

O discurso e as práticas do desenvolvimento tornaram-se operadores das políticas de representação e identidade em boa parte do chamado Terceiro Mundo após a Segunda Guerra Mundial. Este fora o caso do Brasil, que recebeu uma série de representações, acompanhadas de boa quantidade de violência simbólica⁹⁹. A existência efetiva do Terceiro Mundo seria gerida e negociada em torno de tais representações.

Apoiado nos padrões difundidos a partir dos Estados Unidos no contexto da Guerra Fria, o projeto de “modernização” do campo desenvolvido pelo Estado brasileiro, no qual o Extensionismo conformou um conceito de família baseado numa divisão sexista entre o homem, chefe da família, e a mulher, dona de casa, no qual a última é responsabilizada por uma dupla jornada composta pelo trabalho na lavoura e pela execução do trabalho doméstico e, assim, pela reprodução da força de trabalho. Enquanto as mulheres eram convencidas de que sua função na família era o trabalho doméstico, não pago, o valor necessário para a sobrevivência das famílias rurais mantinha-se mínimo, garantindo baixos custos para sua produção e a exploração dos pequenos produtores.

Trata-se, como a documentação levantada evidencia, de tentar revelar a necessidade, ao mesmo tempo simbólica e política, de certos agentes sociais de disseminar, através das práticas da Extensão/Economia Doméstica, um conjunto de códigos de comportamento e visões de mundo que assegurassem não só o

⁹⁸ ÁVILA, Eliana; COSTA, Claudia de L. C. “Gloria, a consciência mestiça e o ‘feminismo da diferença’”. *Estudos Feministas*, Florianópolis, vol. 13, nº 3, pp. 691-703, set./dez 2005.

⁹⁹ BOURDIEU, P. *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo: Perspectiva: 1977.

disciplinamento da força de trabalho rural e a desmobilização de potenciais movimentos sociais rurais, como também o discurso de “modernização” do ambiente doméstico como instrumento capaz de reproduzir a dominação masculina. As fontes e sua análise também possibilitam identificar o projeto de estrutura familiar disseminado pelo Estado Brasileiro e sua relação com o padrão norte-americano.

A grande questão emergente da “Economia Doméstica” como instrumental a uma política pública refere-se às múltiplas determinações a ela imbricadas, quer como nova disciplina, quer como conjunto de práticas. Primeiramente, o lastro propiciado pelo nascente conceito de subdesenvolvimento para a importação de um padrão de comportamento, via imperialismo, que colocava a administração da propriedade rural e a do lar como atividades distintas, ignorando os saberes próprios dos trabalhadores e trabalhadoras do campo, que amparavam a lógica de estruturação da sociedade rural e das propriedades familiares.

À dominação masculina, entranhada no tecido social brasileiro, viria a somar-se esse novo estilo de dominação emergente no pós-guerra. O Extensionismo, através da atuação das economistas domésticas, ratificaria fortemente uma identidade de gênero que reforçava estereótipos, moldando as possibilidades de ação da mulher, associando ao feminino o espaço do particular, a casa. Claro que a mulher também deveria consumir novos produtos industrializados, porém, basicamente aqueles que se destinavam ao trabalho doméstico, como eletrodomésticos. Além disso, contribuía para que a agricultora acumulasse duas funções, uma vez que ela não abandonava o trabalho na lavoura, conforme supracitado. Assim como no caso das concepções sobre países “ricos” e “pobres”, “desenvolvidos” e “subdesenvolvidos”, recebemos as representações sobre a mulher vigentes nos países “centrais” que estavam, na década de 1950, em franco debate sobre o seu papel na sociedade em razão da reconfiguração propiciada

pela Segunda Grande Guerra, que havia ampliado para elas a participação no mercado de trabalho.

Saffioti nos deixa o desafio de superação do marxismo clássico, que atribuía excessiva importância ao macropoder, enquanto os autores dedicados aos estudos dos micropoderes, como Foucault, não apresentaram um projeto de transformação social. A tarefa legada aos estudos de gênero, como este, se dá no sentido de combinar ambos os fatores rumo à crítica das desigualdades. O uso do conceito de interseccionalidade na formação de identidades e sua capacidade de exercer pressões sobre estas, não é sinônimo de determinismos, embora fuja às análises relativistas.

O paradigma de “ensino” posto em prática inicialmente pela ACAR, consolidado pela ABCAR e levado adiante pela Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) através do lema “um agrônomo, uma professora e um jipe”¹⁰⁰ referia-se a uma hierarquização dos saberes do Agrônomo em relação à Economista Doméstica, uma vez que a meta da Extensão era superar o “atraso econômico” via aumento da produtividade. A tarefa primordial estava colocada para o Agrônomo e as “modernas técnicas de cultivo” por ele levadas para “iluminar” a vida dos homens do campo. Era a ele que cabia o cumprimento da efetiva “missão” extensionista.

As precárias condições de saúde em que vivem as famílias do meio rural, devido, sobretudo, a seu baixo nível de vida, resultam da alimentação deficiente, da habitação inadequada, do desconhecimento de preceitos de higiene e da falta de assistência médica.¹⁰¹

À Economista Doméstica cabia a “tarefa secundária” de ensinar a **cuidar** do bem-estar, higiene e saúde da família. Embora a tecnologia fosse compreendida como solução dos problemas do meio rural, o controle de verminoses e demais doenças que

¹⁰⁰ SILVA, Paulo Machado da. *Um agrônomo, uma professora e um jipe. Memórias da Extensão*. Rio de Janeiro: Edições Galo Branco, 2010.

¹⁰¹ ABCAR. Op. cit., s/ d, p. 35.

reduziam a capacidade produtiva, por exemplo, seria determinante para a reprodução da força de trabalho no campo, ou seja, a manutenção de sua capacidade produtiva dependia da ação das mulheres da família. Além do controle de patologias, o modelo de comportamento imposto às mulheres do período estendia-se a outros aspectos. Afinal, “ser econômica, administrar bem o orçamento doméstico e não discutir com o marido por questões de dinheiro eram tidas como posturas fundamentais para evitar desentendimentos no lar. Aliás, qualquer tipo de discussão era desaconselhado”.¹⁰² Nesse sentido, o extensionismo viria se somar a uma série de valores morais impostos às mulheres, em que pese seu poder simbólico.

As profissionais de Economia Doméstica que percorriam o interior do Brasil visitando comunidades e famílias rurais, levando filtros d’água e tanques de lavar roupa, além de lições para a confecção de roupas e formação hortas, tiveram nos desdobramentos do programa Ponto IV o “reforço” de técnicas estadunidenses para a formação de novas economistas em nível universitário. Assinado em 1951, o acordo subsequente ao Acordo Geral de Cooperação Técnica, firmado entre os governos brasileiro e americano, ligado ao Ponto IV, estabeleceu o fornecimento de técnicos especializados em Economia Doméstica para lecionar na Universidade Rural de Minas Gerais, atual Universidade Federal de Viçosa¹⁰³. No ano seguinte, 1952, seria inaugurado, na mesma universidade, na Escola Superior de Ciências Domésticas, o primeiro curso de graduação em Economia Doméstica¹⁰⁴, obviamente, para atender às demandas da Extensão Rural.

Criada em 1948, a Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (UREMG), incorporou a antiga Escola Superior de Agronomia (ESA) e ainda a Escola Superior de

¹⁰² PINSKY. *Op. Cit.*, p.628.

¹⁰³ FONSECA. *Op. cit.*. p.86.

¹⁰⁴ RIBEIRO, Maria das Graças M. *A Extensão Rural na Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (UREMG). 1948-1969. Extensão em Foco*, Curitiba, n. 6, p.15 a 25, jul./dez. 2010. Editora UFPR, p.21.

Veterinária, a Escola Superior de Ciências Domésticas (instituída pela mesma lei n.272 de 13 de novembro de 1948 que criou a UREMG), a Escola de Especialização, o Serviço de Experimentação e Pesquisa e o Serviço de Extensão, todos criados no ano de 1948. Os estatutos da Universidade, de 1950, previam o desenvolvimento do tripé ensino, pesquisa e extensão.

O Terceiro Relatório Anual da ACAR-MG, de 1951, dá conta de que a UREMG ofereceu cursos de nutrição, horticultura, puericultura, carpintaria, higiene e saneamento, costura, sociologia, organização de clubes e até ordenha e direção de *jeeps*. O mesmo Relatório afirma que neste nestes cursos foram “lançados os alicerces para uma escola permanente de economia doméstica para integrar o currículo de Viçosa”¹⁰⁵.

No início de 1952, a UREMG, em conjunto com a ACAR e o Ministério da Agricultura e outras entidades, como o Instituto de Assuntos Inter-Americanos, Secretarias estaduais de Agricultura e de Saúde, a AIA, os Colégios Americano de Porto Alegre e Bennett do Rio de Janeiro e a Embaixada dos Estados Unidos, realizou, em suas instalações, um curso ministrado por especialistas da ACAR e por docentes da própria UREMG, com duração de sete semanas, voltado para o treinamento de pessoal para atuar na área da Extensão Rural.¹⁰⁶

O patrocínio do Instituto de Ensino Agrícola de Washington foi decisivo para a criação do curso superior em Economia Doméstica e do Serviço de Extensão da UREMG. O mesmo convênio que estabeleceu a criação do curso ligava sua consolidação à Universidade de Purdue, de onde vieram Anita Dickson e O. Winks para implementar o curso e coordenar o Serviço de Extensão da UREMG, respectivamente.

O convênio que criara a graduação em Economia Doméstica foi substituído, em 1953, por um Acordo de Cooperação, firmado entre o Ministério da Agricultura e a Missão de Operações dos Estados Unidos. O Escritório Técnico de Agricultura (ETA) foi então criado em 1953 para dar suporte à implementação do novo acordo.

Em 1957, o ETA oficializou o Projeto 39, um convênio com a UREMG, a ACAR, a Associação Brasileira de Crédito Agrícola (ABCAR) 11 e a

¹⁰⁵ Idem, p.20.

¹⁰⁶ Idem, p. 21.

Associação de Crédito e Assistência Rural do Espírito Santo (ACARES), que levaria à criação, em 1958, de um Centro de Ensino de Extensão, localizado no *campus* da UREMG. Este Centro ministraria, através da Escola Superior de Ciências Domésticas da UREMG, cursos de Extensão Rural, Economia Doméstica e Crédito Rural Supervisionado.¹⁰⁷

3. Trabalho e feminismos no Brasil

No início do século XX, a indústria em expansão empregou um número significativo de mulheres, especialmente o setor têxtil, no qual mulheres e meninas representavam 70% do total de trabalhadores empregados. Neste setor, houve intensa participação de mulheres imigrantes, sobretudo as jovens. As atividades fabris nas quais as mulheres se inseriram, foram sendo desprestigiadas progressivamente, tendo seus salários e *status* social desvalorizados, de forma que acabavam sendo descartadas pelos homens. Em geral mais exploradas pelas longas jornadas e baixos salários, as mulheres atuaram ativamente no movimento operário desde o século XIX¹⁰⁸.

Por conta das pressões do operariado, surgiram entre 1917 e 1919 medidas regulamentadoras do trabalho feminino, que proibiam a jornada noturna e o trabalho no último mês de gravidez, assim como no primeiro após o parto. Entretanto, estas medidas geraram demissões, uma vez que as mulheres passaram a ser vistas pelos empregadores como mais onerosas, dificultando sua colocação no mercado de trabalho.

Fora das fábricas, atuaram nas primeiras décadas do século XX em pequenos comércios, como ambulantes, fabricando em domicílio comidas para serem comercializadas nas ruas, lavadeiras, amas de leite e, amplamente, com os chamados trabalhos “de agulha” (rendas, bordados, tricô, crochê etc.). Neste ramo também

¹⁰⁷ *Idem*, p. 22.

¹⁰⁸ MATOS, Maria Izilda; BORELLI, Andrea. Espaço feminino no mercado produtivo. In: PINSKY, Carla Bassanezi & PEDRO, Joana Maria (orgs.). *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012, p. 128.

integraram movimentos combativos, a exemplo da greve de 1919, liderada pela União das Costureiras, na qual se reivindicava a definição de um salário mínimo, além da redução dos aluguéis¹⁰⁹.

Muitas mulheres acabaram por reproduzir no mercado de trabalho tarefas já desempenhadas no ambiente doméstico, como lavar, passar e engomar. Nas atividades onde eram alocadas mais imigrantes, as mulheres negras encontravam maior dificuldade de se inserir, por conta do preconceito.

Após o final da Primeira Grande Guerra (1918), ganhou força, por toda a sociedade, a ideia de que a mulher deveria dedicar-se exclusivamente às tarefas do lar e à maternidade. O trabalho feminino passou a encontrar maior oposição por parte de diferentes grupos sociais e instituições, revestida de preocupações morais que se somavam a argumentos religiosos, jurídicos e higienistas. Profissões como operária, costureira, lavadeira, doceira, florista, artista (figurante de teatro, atriz, bailarina, cantora) foram estigmatizadas e associadas à “perdição moral” e até à prostituição.

Além disso, as denúncias sobre as difíceis condições do trabalho feminino multiplicaram-se e circularam constantemente na imprensa operária, que, em suas diferentes vertentes (anarquista, socialista e comunista), passou a condenar o labor da mulher fora do lar. Visto como atividade transitória – que deveria ser interrompida por ocasião do casamento ou do nascimento de um filho –, o trabalho feminino fora de casa passou a ser tolerado apenas como uma fatalidade da pobreza¹¹⁰.

Ou seja, o senso comum passou a condenar o trabalho feminino em função das condições desgastantes e da noção de que este atrapalhava sua atividade prioritária como dona de casa. A este momento, se seguiu uma diminuição da presença feminina no trabalho fabril, verificada entre 1920 e 1940¹¹¹. Matos e Borelli atribuem este refluxo a três fatores: 1) desenvolvimento de setores tradicionalmente masculinos, como metalurgia e siderurgia e novos métodos de organização do trabalho; 2) ações públicas, médicas e do movimento operário contra o trabalho feminino e 3) legislação “dita” protetora do trabalho feminino. O afastamento em relação à indústria não significou, entretanto, ruptura com o mercado de trabalho. O censo de 1920 revelava que 31% da

¹⁰⁹ *Idem*, p. 129.

¹¹⁰ *Idem*, p. 133

¹¹¹ Estes dados as autoras retiraram dos censos de 1920 e 1940. *Idem*, p. 134.

população feminina acima de 21 anos e 14% com menos de 21 anos se encontravam em relações de trabalho remuneradas.

Assim, neste período, as mulheres aumentaram sua participação no trabalho doméstico remunerado, em funções no domicílio e em novas atividades viabilizadas pelo desenvolvimento do setor terciário, como comércio e burocracia dos escritórios. Nestes casos, os empregadores davam preferência às moças solteiras, por serem consideradas mais disponíveis.

A profissionalização feminina até a década de 1950 se deu principalmente em áreas em que as mulheres eram consideradas hábeis ou vocacionadas, como o magistério, a enfermagem e a odontologia. Essa inserção está associada a características tidas como inatas, como o cuidado, a cautela, a abnegação, o esmero, a paciência e a docilidade¹¹².

Já no caso do espaço rural, o trabalho feminino sempre foi uma realidade. Na segunda metade do século XIX, o colonato foi difundido basicamente em São Paulo e persistiu até o final da década de 1950, momento em que já coexistia com o assalariamento, as parcerias e arrendamentos (sobretudo nos demais estados do país). No sistema do colonato, as mulheres além de trabalharem no cafezal, eram encarregadas da lavoura de subsistência.

Maria Aparecida Silva, em estudo sobre o sistema de colonato em São Paulo, no contexto do processo de substituição da força de trabalho escravizada, aponta que as mulheres, embora compusessem um trabalho familiar e não individualizado, desempenhavam funções em, pelo menos, três atividades distintas: a lavoura de café, a

¹¹² *Idem*, pp. 138-139.

roça de subsistência e o serviço doméstico. Dessa forma, desempenhavam jornadas de trabalho maiores que as dos homens das famílias¹¹³.

Em 1943 ocorreria em São Paulo o Primeiro Encontro Nacional das Mulheres Trabalhadoras, com denúncia sobre abusos, mobilização para o cumprimento da legislação vigente, da equiparação salarial e pela fundação de creches. Seria através da CLT (1443), que se institucionalizaria a equiparação salarial entre homens e mulheres da cidade, desde que fossem sindicalizadas¹¹⁴.

Nem só de adequação aos papéis socialmente impostos viveram as mulheres brasileiras até os anos 1950. Ao contrário, a resistência a estes modelos e a luta por direitos foi construída desde fins do século XIX. A República nascente e a industrialização levaram as mulheres das camadas médias a se inserirem no mercado de trabalho, ao lado das mulheres pobres, que sempre trabalharam.

Ao mesmo tempo em que significou um incremento aos movimentos de mulheres, a inserção de mulheres dos segmentos médios e até da alta burguesia, representou restrições às pautas destes movimentos. Reivindicavam o acesso pleno à educação e capacitação profissional, o fim das barreiras impostas ao trabalho feminino remunerado e o direito ao voto e à elegibilidade. A Constituinte de 1891 rejeitou a discussão sobre os direitos políticos femininos, que voltaram ao debate institucional – pois não haviam saído das pautas femininas – na década de 1930.

Na década de 1920 Bertha Lutz, encabeçando um grupo moderado, foi uma das principais militantes das causas femininas, ao lado de Maria Lacerda de Moura que, ligada ao movimento operário, levantava bandeiras mais radicais, como o amor livre e o controle de natalidade. Enquanto a primeira convocava as mulheres ao trabalho remunerado como forma de emancipação e equiparação aos homens, a segunda voltava-

¹¹³ SILVA, Maria Aparecida Moraes. De colona a boia-fria. In: DEL PRIORE, Mary. *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012, p. 556.

¹¹⁴ MATOS; BORELLI, Op. Cit, p.144.

se também às demandas das trabalhadoras mais pauperizadas. As divergências de perspectivas sobre a libertação das mulheres não tardaram a afastar Maria Lacerda de Moura de Lutz e das demais feministas, avessas a bandeiras radicais por pertencerem a segmentos médios e altos. Foram estas que encamparam as campanhas pelo voto e ficaram conhecidas como sufragistas¹¹⁵.

Após intensa campanha feminista, em 1922, os Liceus Provinciais e o Colégio Pedro II passaram a aceitar meninas em seu corpo discente, tornando-se as únicas escolas cujos diplomas permitiam ingresso automático ao ensino superior. No mesmo ano, Lutz foi uma das lideranças na formação da Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF), que promoveu o Primeiro Congresso Internacional Feminino, em dezembro de 1922, contando com representantes de diversos países.

Finalmente, após décadas de luta, em 1932, o voto feminino foi instituído nacionalmente através do novo Código Eleitoral. As sufragistas haviam feito uma pressão final enviando a Getúlio Vargas o documento que reunia as conclusões do Segundo Congresso Internacional Feminista, realizado em 1931. Cabe ressaltar o pioneirismo da conquista brasileira, segundo país da América Latina a instituir o voto feminino, antes mesmo de países considerados desenvolvidos, como a França.

Os limites desse movimento foram, obviamente, o elitismo e a não inclusão das massas em mobilizações. Bertha Lutz tinha uma clara posição de não se associar a bandeiras de esquerda que incluíssem demandas das trabalhadoras, como o fim da desigualdade social. Em verdade, esperava que a “Revolução” de 1930 consolidasse o Estado de bem-estar social. Travava-se da busca por uma cidadania burguesa. Além disso, suas pautas não incluíam uma crítica aos papéis sociais imputados às mulheres,

¹¹⁵ SOIHET, Rachel. Movimento de mulheres: a conquista do espaço público. In: PINSKY, Carla Bassanezi & PEDRO, Joana Maria (orgs.). *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012, p. 220.

naturalizando-os, como extensões da maternidade. A sexualidade feminina também foi deixada de fora neste período.

Os anos subsequentes foram de avanços da esquerda entre os movimentos feministas, o que levou Bertha Lutz a se afastar em 1946. O Partido Comunista, de volta à legalidade, participou ativamente na criação do Instituto Feminino para o Serviço Construtivo (IFSC), em 1946, que daria origem à Federação de Mulheres do Brasil (FMB). O novo caráter do feminismo brasileiro agora incluía pautas nacionais, como a reforma agrária, e internacionais, como o fim da sociedade de classes. O limite desta nova orientação estava na crença mecânica de que o fim das classes sociais aboliria também as demais opressões, o que apenas incorporava as mulheres ao movimento dos trabalhadores e não necessariamente as demandas específicas femininas¹¹⁶.

Simultaneamente, surgiam outros movimentos de mulheres, como o que se reuniu na Primeira Convenção Feminina do Distrito Federal, que tinha como mote a defesa do lar, da economia doméstica e dos direitos das crianças. Estas mulheres diziam não abrir mão de sua feminilidade, nem pretender uma “reversão dos papéis sexuais tradicionais”, em uma clara naturalização dos papéis masculinos e femininos (mães, esposas e donas de casa). Soihet, em razão desta posição acrítica sobre os papéis de gênero, não considera este movimento como feminista.

Com a volta à ilegalidade do Partido Comunista, em 1947, a repressão ao movimento feminista também se acirrou, uma vez que bandeiras nacionalistas e sociais, como a luta contra o alto custo de vida, eram tachadas de comunistas, como passaram a ser chamadas genericamente as mulheres feministas. Este estigma servia para legitimar a violência policial que se abatia sobre os movimentos sociais no país.

¹¹⁶ *Idem*, p.230.

Na década de 1950 a FMB reunia boa parte dos movimentos de mulheres enquanto associação nacional, até a fundação da Liga Feminina do Estado da Guanabara, em 1960, que contou com o apoio de membros do Ministério da Agricultura. Esta se dedicou a realizar estudos sobre a carestia dos gêneros alimentícios e, graças aos apoios com que contava, conseguiu divulgar seus resultados. Ativa entre os movimentos sociais e favorável à reforma agrária, encerrou suas atividades após o golpe de 1964, diante das perseguições às suas militantes¹¹⁷.

Na década de 1960, início do regime militar que vigoraria por 21 anos, as reconfigurações do feminismo incorporaram assuntos ligados à sexualidade, corpo e à violência contra a mulher, acompanhando tendências internacionais. Estas inovações ficaram conhecidas como feminismo de “Segunda Onda” e os grupos de feministas brasileiros frequentemente se ligavam aos demais movimentos sociais na luta contra a ditadura. É neste período que a sexualidade e o prazer feminino entram nos grupos de debates, no contexto de difusão da pílula anticoncepcional. As feministas brasileiras queriam mais do que haviam conquistado até então: debatia-se o prazer sexual, o planejamento familiar, a profissionalização em busca de autonomia financeira e a feminilidade desligada da biologia, ou o tornar-se mulher¹¹⁸. Assim, imbuídas da crença de que as relações privadas eram fruto da sociedade, incorporaram o *slogan* difundido internacionalmente: “O pessoal é político”.

É com o feminismo da chamada “Segunda Onda” que o trabalho doméstico e sua divisão começa a ser questionado. Estas feministas queriam não apenas que os homens

¹¹⁷ *Idem*, p. 231.

¹¹⁸ BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. (2 volumes). São Paulo, Difusão Européia do Livro, 2ª Edição, 1960, p.20.

dividiram os afazeres de casa, como exigiam a atuação estatal na construção de creches, lavanderias públicas e restaurantes populares¹¹⁹.

Dentre os esforços da geração de feministas da década de 1960, sob o impacto de *O Segundo Sexo*, figurava a superação de estereótipos sexistas que naturalizavam os papéis sociais construídos historicamente, como a realização feminina no lar. Elas queriam ganhar o mercado de trabalho e não mais serem restringidas ao trabalho doméstico, também chamado de trabalho reprodutivo. Em seguida traremos o debate sobre as formas do trabalho reprodutivo.

4. O Trabalho Reprodutivo

O trabalho, como aparece em Marx, remete à transformação da natureza pelo homem ao mesmo tempo em que transforma a si mesmo. A segunda análise a ser feita sobre o trabalho – partindo da noção marxiana – refere-se às condições sociais determinadas sob as quais estas transformações ocorrem, seja na forma de assalariamento, servidão, escravidão etc. A partir desta dupla análise está evidenciada a relação homem-natureza e homem-homem, imbricadas entre si.

... o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza (...). Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a natureza externa a ele e ao modifica-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza.¹²⁰

É a partir do exame das condições sociais determinadas que pode emergir o conceito de trabalho assalariado (relação homem-natureza + homem-homem). Entretanto, tal conceito é insuficiente, como apontam Hirata e Zarifian¹²¹, uma vez que

¹¹⁹ PEDRO, Joana Maria. O feminismo de “Segunda Onda”. In: PINSKY, Carla Bassanezi & PEDRO, Joana Maria (orgs.). *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012, p.251.

¹²⁰ MARX, Karl. *O Capital*. São Paulo: Abril Cultural, 1983, p.49.

¹²¹ HIRATA, Helena; ZARIFIAN, Philippe. “Trabalho (o conceito de)”. In: HIRATA, Helena *et al.* *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

o sujeito do trabalho (o homem) é apresentado como universal, ou seja, o masculino é elevado à categoria de universal. A segunda crítica dos autores ao conceito de trabalho assalariado refere-se ao fato das relações homem-natureza tenderem a ser naturalizadas, ao passo que as condições sociais de trabalho costumam ser historicizadas. Para eles, “não existem trocas genéricas entre o homem e a natureza, mas trocas sempre específicas entre os homens e as naturezas. E os próprios homens são os homens e as mulheres: assim, pode-se falar em sexo do trabalho”.

Parece-nos que a crítica, ainda que à forma, da universalidade do masculino serve para enfatizar as distinções históricas entre o trabalho de homens e mulheres, marcando, para os estudiosos das relações de trabalho, a necessária diferenciação que deve ser feita nas análises do tema. Obviamente, a forma corresponde a um conteúdo específico referenciado no pensamento do século em que fora produzido. Assim, pode-se notar a invisibilidade do “sexo do trabalho” no conceito de trabalho elaborado por Marx, o que não é uma novidade em meio aos pensadores e à sociedade europeia do século XIX. Já as relações homem-natureza não parecem ser “fixadas como uma base imutável da produção da vida” segundo Marx.

A noção de trabalho assalariado sob o capitalismo refere-se a uma atividade social capaz de ser objetivada, racionalizada: uma sequência de operações e do tempo mensurável necessário para a sua realização. Nesta noção moderna de “atividade que pode ser objetificada”, a apropriação do tempo do assalariado pelo capitalista é central. O que significa dizer que há uma separação entre uma sequência de operações que podem ser objetificadas e a capacidade humana de realizá-las: o trabalho está de um lado e a força de trabalho de outro. Entre eles está o tempo, referência para medir a produtividade da combinação entre trabalho e força de trabalho.

O trabalho doméstico, pelo contrário, é oposto à objetificação, pois se liga a relações afetivas das famílias e se baseia na “disponibilidade” materna e conjugal das mulheres.¹²² A sequência de operações repetitivas e cotidianas de manutenção do lar e educação dos filhos é tida como “expressão de amor”, sendo atribuída unicamente às mulheres. Já aos homens, era legítimo escapar do trabalho vinculado à produção do viver.

Embora Hirata e Zarifian considerem o trabalho doméstico refratário à mensuração, Hildete Melo, tratando o caso brasileiro, aponta a mensuração da produção do viver a partir de sua participação no Produto Interno Bruto Nacional como uma das formas valorizá-lo socialmente, como veremos adiante.

Em relação aos debates que o trabalho assalariado e o doméstico suscitam, a contribuição de autores para os quais estes se “interpenetram sem, no entanto, se confundirem” parece-nos uma acertada negação da separação entre público e privado em esferas distintas da sociedade moderna. A possibilidade de as mulheres questionarem as esferas da vida está justamente no fato de, para elas, o tempo se dobrar e multiplicar entre trabalho profissional e doméstico (exploração e opressão), se articulando e acumulando.

Com a ascensão do movimento feminista na década de 1970, o conceito de trabalho foi formalmente questionado a partir de pesquisas que incluíam a dimensão sexuada em suas análises. Danièle Kergoat viabilizou uma desconstrução e reconstrução do conceito de trabalho e seus correlatos, introduzindo a dimensão do trabalho doméstico e a esfera da reprodução. Assalariamento e família, classe social e sexo

¹²² *Idem*, p.253.

social¹²³ são considerados indissociáveis no pensamento da socióloga, que teorizou sobre a divisão sexual do trabalho, da qual somos todos herdeiros¹²⁴.

Dominique Fougeyrollas-Schwebel caracteriza o trabalho doméstico como atividade não paga e desempenhada essencialmente por mulheres: “definimos o trabalho doméstico como um conjunto de tarefas relacionadas ao **cuidado** das pessoas e que são executadas no contexto da família – domicílio conjugal e parentela – trabalho gratuito executado essencialmente por mulheres”.¹²⁵

A primeira questão a observar na definição da autora é a associação do trabalho doméstico às mulheres, isto porque o movimento de libertação das mulheres das décadas de 1960 e 1970, graças às denúncias da invisibilidade de parte do trabalho por elas realizado, abriu caminho a novas elaborações políticas e científicas sobre o tema. Segundo Fougeyrollas-Schwebel esta invisibilidade estaria ligada a dois fatores: primeiramente ao fato da família ter perdido, com a revolução industrial, seu papel produtivo, tornando-se, na década de 1960, um espaço de consumo; em segundo lugar, à naturalização das diferenças entre funções de homens e mulheres.

Dentre as teóricas do trabalho doméstico mobilizadas por Fougeyrollas-Schwebel está Christine Delphy, socióloga francesa parceira de Simone de Beauvoir, que se destacou por suas contribuições materialistas e conclusões de que o trabalho doméstico determina a condição de todas as mulheres. Para Delphy, o modo de produção familiar regido pelo patriarcado organiza as relações sexuais, a produção de certos bens, a educação dos filhos e os serviços domésticos. A autora rompe com a separação entre o que é produção para o mercado ou não, pois a exclusão do trabalho doméstico das

¹²³ É importante destacar que esta é uma obra de tradição francófona, onde o conceito defendido por algumas autoras é o de “relações sociais de sexo”, enquanto no Brasil utiliza-se “gênero”, termo de origem anglo-saxônica.

¹²⁴ Para esta discussão ver KERGOAT, Danièle. “Relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho”. In: LOPES; MEYER e WALDOW (orgs.). *Gênero e Saúde*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

¹²⁵ SCHWEBEL, Dominique F. “Trabalho doméstico”. In: HIRATA, Helena *et al.* *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 257.

mulheres do domínio econômico não se deve à natureza da sua produção. Quando os mesmos bens são produzidos fora da família o trabalho é remunerado, ou seja, a família permanece como lugar de exploração econômica das mulheres pelos homens, sejam elas esposas, mães, filhas ou irmãs.

Tal análise gerou bastante controvérsia na França durante a década de 1970 devido à “preponderância de uma problemática marxista e dos confrontos para saber qual peso dar às relações de produção”¹²⁶. Fougeyrollas-Schwebel soluciona a polêmica afirmando que legado dos debates foi o abandono de análises não historicizadas do trabalho, tanto de mulheres, como homens. Entretanto, as pesquisas históricas, econômicas e sociológicas passaram, a partir destes debates, a não reduzir a “sociedade salarial” apenas à esfera produtiva, mostrando que trabalho assalariado e “esfera privada” se desenvolvem concomitantemente, contribuindo para a “autonomização do indivíduo”. Como a inserção de homens e mulheres é distinta em cada uma destas “esferas”, seus processos de “individuação” são também específicos.

Mas são distintas as modalidades de inserção de homens e mulheres em cada uma das esferas, conduzindo a processos específicos de individuação. A configuração da esfera privada como principal local de exercício do cuidado das pessoas é acompanhada pelo trabalho específico das mulheres: o ambiente doméstico. Danielle Chabaud-Rychter, Dominique Fougeyrollas-Schwebel, Françoise Sonthonnax (1985) analisaram também como o trabalho doméstico, ao contrário da esfera econômica em que as mercadorias são trocadas por outras, se realiza dentro de uma relação entre pessoas: a disponibilidade permanente do tempo das mulheres a serviço da família. Essa relação de serviço, relação social de sexo, que caracteriza o processo de trabalho doméstico, não está circunscrita ao núcleo conjugal, mas deve ser estudada no âmbito do conjunto da parentela.¹²⁷

Uma crítica possível de fazer à metáfora utilizada pela autora é a separação do viver em “esferas” distintas. Uma esfera é um sólido geométrico, um corpo ou objeto que tem existência física em si. Se o viver corresponde a esferas distintas, cabe questionar o ponto em que elas se encontram e se é possível empreender uma análise da

¹²⁶ *Idem*, p. 258.

¹²⁷ *Idem*, p. 258.

sociedade cortada em esferas que, embora concomitantes, se desenvolvem separadamente. Fougeyrollas-Schwebel parece se afastar de Delphy em uma formulação que esta havia deixado como contribuição acertada aos estudos sobre trabalho doméstico, qual seja, a junção entre o que se produz ou não para o mercado, uma vez que ambos os trabalhos produzem valor.

Mobilizamos os estudos acerca do trabalho reprodutivo, em especial do trabalho doméstico não pago, em virtude da dupla dimensão que sua análise apresenta nesta pesquisa. A primeira se refere à necessária crítica da cristalização feminina em determinados lugares sociais, que levaria à dupla jornada desempenhada pelas mulheres sob o capitalismo. A outra traz a importância dos estudos sobre o trabalho doméstico para a história das mulheres, suas formas de atuação, inovação e resistência. Enquanto a primeira tem como mote uma crítica, a segunda preconiza uma valorização deste trabalho e de quem historicamente o desempenhou, na contramão de análises que consideram unicamente o trabalho gerador de valor troca.

O trabalho de care

Mais recente do que os debates sobre trabalho produtivo/reprodutivo e o que há de produtivo no trabalho reprodutivo, a noção de *care* – ou cuidado – vem crescendo entre pesquisadores do trabalho doméstico. Como se pode observar no conceito de trabalho doméstico de Fougeyrollas-Schwebel, publicado em importante dicionário feminista, originalmente em francês, agora traduzido para o português sob o título *Dicionário Crítico do Feminismo*.

Lançadas na Inglaterra na década de 1980, retomadas na França nos anos 2000 e posteriormente no Brasil, as teorias sobre o *care* versam, principalmente, sobre o cuidado de pessoas e ressaltam a importância que as ocupações ligadas a tal cuidado

vem ganhando.¹²⁸ A primeira questão ligada ao *care* refere-se ao fato de ele remeter ao trabalho doméstico, uma vez que é trabalho doméstico realizado sem remuneração e considerado a expressão do amor das mulheres por seus familiares. Já a segunda, aponta para a sua externalização. A profissionalização dos cuidados remete, remotamente, à entrada da mulher no mercado de trabalho propiciada pela Segunda Guerra Mundial. Assalariadas e com a rotina determinada pelo tempo do trabalho, as famílias passaram, paulatinamente, a recorrer a profissionais para trabalhar em suas casas, substituindo o que costumava ser feito pelas mulheres.

Se quiséssemos definir de maneira muito rigorosa o que é o *care*, seria: é o tipo de relação social que se dá tendo como objeto outra pessoa. Descascar batatas é *care*, mas de uma forma muito indireta: é *care* porque preserva a saúde, o outro ser. Fazer com que o outro ser continue com saúde implica cozinhar, alimentá-lo, pois precisa desse cuidado material, físico. Então, pode-se dizer que tudo faz parte do *care*, mas aí não teríamos mais uma definição rigorosa do *care*. Deixar a casa limpa e aprazível, deixar a cama cheirosa e agradável, passar o lençol, isso tudo pode fazer parte do trabalho de *care* da empregada doméstica ou diarista, que deixa essas tarefas prontas.¹²⁹

Nesse sentido, a atuação das Economistas Domésticas tem íntima relação com os trabalhos definidos atualmente como *care* uma vez que, embora profissionalizadas e situadas em relações de trabalho assalariadas, estas profissionais desempenhavam um trabalho que, por um lado, assemelhava-se ao de professoras e, de outro, trazia consigo tarefas que representavam a extensão da maternidade. Em outras palavras, estas mulheres modernas - porque trabalhadoras assalariadas em construção de sua autonomia financeira - tinham em seu labor a ratificação do arcaico. Assim como as enfermeiras atuantes desde a Primeira República¹³⁰, na Economia Doméstica, a profissionalização feminina se dava na área de cuidados.

¹²⁸ HIRATA, Helena. “Teorias e práticas do *care*: estado sucinto da arte, dados de pesquisa e pontos em debate”. In: FARIA, Nalu; MORENO, Renata (orgs.). *Cuidado, Trabalho e Autonomia das mulheres*. São Paulo: SOF, 2010. p. 42.

¹²⁹ *Idem*, p. 48.

¹³⁰ FREIRE, Maria Martha de Luna. *Mulheres, mães e médicos: discurso maternalista em revistas femininas (Rio de Janeiro, década de 1920)*. Tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro:2006, p.164.

Na Europa as profissões do *care* empregam, principalmente, a mão-de-obra de mulheres imigrantes. No caso brasileiro, a especificidade da escravidão anteciparia a difusão deste serviço, ocorrido na Europa somente no século XX. O trabalho hoje conhecido como *care* já era realizado no Brasil por mulheres negras desde os tempos coloniais e – graças a uma dada modalidade de transição do escravismo para o assalariamento, que não propiciou a inserção desta parcela da população no mercado de trabalho – continua a ser majoritariamente feito por mulheres negras¹³¹.

No Brasil os estudos sobre o *care* foram feitos, principalmente, no campo da enfermagem e da gerontologia, embora Hirata ressalte a necessidade de abordagens interdisciplinares sobre o tema. Uma vez que cuidadoras, acompanhantes, babás, empregadas domésticas e auxiliares de enfermagem desempenham funções que podem ter consequências danosas à sua saúde, o debate do *care* passa a referir-se, necessariamente, às relações de trabalho. Não por acaso, a Proposta de Emenda Constitucional nº 66¹³² que regulamentou o trabalho doméstico em 2014, gerou acaloradas polêmicas na sociedade brasileira. Invisibilizado e mal pago, o trabalho desempenhado no lar, não gozava, até então, do mesmo *status* jurídico que o dos demais trabalhadores¹³³. Embora o ofício do cuidado tenha sido reconhecido pela Classificação Brasileira de Ocupações em 2002, cuidadoras e cuidadores têm lugar pouco legitimado

¹³¹ A esse respeito ver ÁVILA, Maria Betânia de Melo. *O tempo do trabalho das empregadas domésticas: tensões entre dominação/exploração e resistência*. Tese de Doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco. Recife: 2009 e SOUZA, Flavia Fernandes de. *Para casa de família e mais serviços: o trabalho doméstico na cidade do Rio de Janeiro no final do século XIX*. Dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 2010.

¹³² A proposta da Emenda Constitucional foi alterar o parágrafo único do art. 7º da Constituição Federal, ampliando a gama de direitos reconhecidos aos trabalhadores domésticos, equiparando-os aos demais trabalhadores assalariados. Dentre os direitos conquistados está o seguro-desemprego, o fundo de garantia do tempo de serviço e a garantia de salário nunca inferior ao mínimo.

¹³³ <http://portal.mte.gov.br/imprensa/pec-das-domesticas-e-aprovada.htm>. Data de acesso: 15/01/2015.

nas instituições e acabam trabalhando mais com famílias, sujeitos à desvalorização e precarização¹³⁴.

Uso do tempo

Com a industrialização, o tempo de trabalho passou a ser regido pelas necessidades da produção capitalista e não mais pelos ciclos da natureza e da vida humana. A luz solar ou estações do ano deixaram de influenciar o trabalho remunerado. Agora é o relógio que o faz, de modo a regular/controlar o tempo industrial, o qual, por sua vez, passou a condicionar, em certa medida, os demais tempos de vida e trabalho. Assim, a vida familiar teve de adaptar-se à jornada de trabalho remunerado.

Cristina Carrasco nos apresenta as cinco grandes categorias de utilização do tempo para pessoas em idade ativa nas sociedades atuais: o tempo de necessidades pessoais; tempo de trabalho doméstico; tempo de trabalho de mercado; tempo de participação cidadã e tempo de ócio. Cada um destes tempos tem características próprias que lhes conferem graus de flexibilidade, necessidade e possibilidade de substituição. O tempo de trabalho doméstico, para a autora, é dividido em dois componentes distintos. O primeiro compreende atividades que são inseparáveis da relação afetiva e, por isso, não tem substituto público ou disponível em mercado, além de não poder ser reduzido a mais do mínimo necessário sem que isto afete o desenvolvimento integral das pessoas. O segundo componente deste tempo é aquele que produz bens ou serviços que podem ser providos pelo setor público ou pelo mercado.

¹³⁴ HIRATA, Op. Cit. p. 50.

Seu grau de substituição dependerá da renda da família e da oferta de serviços públicos de cuidados disponíveis¹³⁵.

A mercantilização do tempo faz com que ele assuma a forma de dinheiro. Dessa maneira, o desenvolvimento econômico, que depende do “capital humano”, depende também do tempo humano. Assim, o “valor do capital humano” vincula-se ao preço do tempo humano, que não é infinito e sim escasso, como constata Carrasco.

O tempo mercantilizado corresponde ao trabalho remunerado e os demais (necessidades pessoais, ócio, trabalho voluntário e trabalho familiar doméstico) não são mercantilizados, embora os três últimos sejam mercantilizáveis. Isso significa dizer que uma parte do conjunto do tempo não é mercantilizável (não pode ser transformada em dinheiro) e nem todas as relações humanas são governadas pelo tempo-dinheiro, “já que precisamos dormir, comer, estabelecer relações sociais e afetivas”, inclusive para poder trabalhar com mais rendimento¹³⁶.

Uma parte do trabalho doméstico não pode ser mercantilizada, já que conta com um componente subjetivo. Entretanto, na sociedade capitalista somente o tempo mercantilizado, aquele que pode ser transformado em dinheiro, tem reconhecimento social. Aqui está a segunda dimensão - mencionada acima - suscitada pelo trabalho doméstico das mulheres rurais enquanto objeto de estudo.

Os tempos restantes – em particular, os “chamados tempos geradores da reprodução”, que incluem os tempos de cuidados, afetos, gestão e administração doméstica, relações de ócio, que não são pagos, mas vividos, doados e gerados – “se constituem na sombra da economia do tempo dominante” (Adams 1999:11), não têm nenhum reconhecimento e, em consequência, tendem a se tornar invisíveis.¹³⁷

Outro aspecto pertinente do pensamento de Carrasco é sua constatação de que a Economia, enquanto disciplina, tem legitimado este quadro, uma vez que se dedica,

¹³⁵ CARRASCO, Cristina. “A sustentabilidade da vida humana: um assunto de mulheres?” In: FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam (orgs.). *A produção do viver: ensaios de economia feminista*. São Paulo: SOF, 2003, pp. 28-29.

¹³⁶ *Idem.* p. 35

¹³⁷ *Idem, Ibidem*, pp. 36-37.

majoritariamente, às atividades realizadas na dimensão do tempo mercantilizável, apartadas das demais. Como se fosse possível analisá-las e entendê-las sem as que estão fora do mercado, como se não dependessem do tempo que é “socialmente desvalorizado” para sua realização. É o tempo invisível e desvalorizado das mulheres em dedicação à casa que libera o tempo visível e valorizado dos homens para ser apropriado pelo capital. Ou seja, o modelo *male breadwinner*¹³⁸, do ponto de vista temporal, é útil ao capitalismo. Por fim, em geral, o que tem acontecido na conformação dos tempos femininos é uma intensificação de seu tempo de trabalho total e, conseqüentemente, uma redução do tempo do ócio.

Para Antonella Picchio, a análise do trabalho doméstico como é feita sobre outros tipos de trabalhos, a partir dos pressupostos da economia neoclássica, situando-os em um modelo econômico próximo da produção de mercadorias, não é satisfatória para dele dar conta. “O trabalho doméstico é o núcleo da reprodução social das pessoas. Não só requer energia física e emocional das pessoas, mas também sobre ele recai parte da responsabilidade pela sobrevivência, bem-estar e felicidade de outras pessoas”¹³⁹.

A visibilidade do trabalho reprodutivo não pago abre, segundo a autora, possibilidades distintas. Primeiramente, evidencia-se que a igualdade é um mito, pois, embora o número de mulheres no mercado de trabalho tenha aumentado, isso não implicou no correspondente aumento em seu bem-estar, pelo contrário, verificou-se um acúmulo de jornadas. Mostrar o aumento do trabalho não remunerado dos homens também não resolve o problema, pois não diminui a carga de trabalho que o conjunto da sociedade tem de enfrentar, nem aumenta os salários dos trabalhadores. Em segundo lugar, a mercantilização do trabalho reprodutivo tendencialmente maximiza as

¹³⁸ Em português tal termo pode ser compreendido como “homem provedor”.

¹³⁹ PICCHIO, Antonella. “Visibilidad analítica y política del trabajo de reproducción social”. In: CARRASCO, Cristina (org.). *Mujeres y Economía*; nuevas perspectivas para viejos e nuevos problemas. Barcelona: Icaria, 1999, p. 202.

desigualdades sociais, em virtude da redução dos gastos públicos e dos programas sociais.

O pensamento de Carrasco se aproxima das feministas marxistas que polemizavam com Joan Scott na década de 1980. Ou seja, demonstra a utilidade do trabalho não pago para a economia capitalista, além de apontar para as causas de sua desvalorização. O trabalho doméstico ensinado às pequenas produtoras rurais, a partir de cuidados a serem dispensados no lar, viria a garantir a saúde e, assim, a reprodução da força de trabalho e sem se converter em adicional no custo produtivo destas famílias.

Algumas contribuições da História Global do Trabalho

Em balanço sobre o trabalho reprodutivo, Marcel Van der Linden chama atenção para a posição de economistas do desenvolvimento com relação ao trabalho de subsistência. Para estes, tal trabalho se contrapõe à economia de mercado, constituindo-se numa fase a ser superada, posto ser compreendida como prejuízo ao mercado¹⁴⁰.

Com vistas a opor-se a este argumento econômico, Linden apresenta as contribuições da Escola de Bielefeld de Sociologia do Desenvolvimento, em atividade na Alemanha entre meados da década de 1970 e início dos anos 1990 e que podem ser bem úteis ao argumento que tentamos construir neste capítulo.

A teoria do Enfoque do Enredamento¹⁴¹ propiciou inúmeros trabalhos de campo em países hoje chamados por vertentes da História do Trabalho de “sul global” e surgiu a partir da crítica à noção de “articulação dos modos de produção”, debatida na França. A posição dos pesquisadores de Bielefeld era a de que inexistiam modos de produção

¹⁴⁰ LINDEN, Marcel van der. *Trabalhadores do mundo*. Ensaios para uma História Global do Trabalho. Campinas: Edunicamp, 2013, p. 354.

¹⁴¹ Teoria desenvolvida pela Escola de Sociologia de Bielefeld, que defende a existência de um enredamento de formas de produzir distintas dentro de um mesmo sistema, o capitalista. Refere-se, nos casos estudados, a pessoas que combinavam trabalho de subsistência ou com produção de mercadorias ou com trabalho assalariado.

separados que se relacionavam, mas sempre dentro de um único sistema econômico, o capitalista, coexistiam *formas* distintas de produzir que envolviam, inclusive, as mesmas pessoas (nos casos estudados). Sob tal ótica, a produção de subsistência não configura um modo de produção separado, mas “tende a se organizar dentro de todos os tipos de relação de produção”.

Influenciados por Margaret Benston e pelos debates feministas emergidos na década de 1960, os membros de Escola de Bielefeld perceberam a onipresença da produção de subsistência, definindo-a como condição e parte integrante de toda a produção social e precondição para perpetuar todas as formas de produção de mercadorias e de trabalho assalariado, mesmo as mais sofisticadas. Assim, três ideias centrais embasaram as pesquisas da Escola: a) “os trabalhadores pobres combinam diferentes estratégias de sobrevivência (e, conseqüentemente, diferentes modos de produção)”; b) “em todos os casos um componente necessário dessa mistura de estratégias é o trabalho de subsistência, ou seja, trabalho voltado não para o mercado, mas sim para sustento próprio” e c) “um indivíduo pode usar diversas estratégias de sobrevivência simultaneamente”¹⁴².

O conceito de trabalho de subsistência da Escola aparece por vezes igualado à produção de valores de uso; outras vezes é ampliado de modo a incluir atividades mercantis (quando o dinheiro vai para a família); em certos casos estaria restrito à produção de bens e serviços ou, ainda, podia abranger a geração e criação de filhos, totalizando quatro tipologias.

Interessam-nos, especialmente, as definições que incluem a produção de valores de uso e a criação de filhos. Inspirada no trabalho de Maria Mies, para quem a produção de subsistência é “a produção da vida no seu sentido mais amplo, a produção de valores

¹⁴² *Idem*, p.357.

da vida cotidiana, bem como a produção de novas vidas”¹⁴³, a noção distingue a produção de valores de uso da produção de mercadorias (não incluídas). Nesta linha de pensamento, a reprodução da força de trabalho engloba o sustento dos trabalhadores quando empregados, a manutenção destes quando desempregados e sua substituição através da geração de filhos.

O legado da concepção ampliada de trabalho de subsistência deixado por Veronika Bennhold-Thompson e Von Werlhof, influenciadas por Mies, está na utilização da perspectiva de gênero para entender a relação subsistência-assalariamento. Linden enumera três aspectos da contribuição destas autoras. (1) para elas, o trabalho de subsistência seria uma área de atuação das mulheres por necessidade. Ou seja, uma assalariada é “sempre, também, uma não assalariada”; (2) Assim, a trabalhadora de subsistência ocupa uma “posição de classe combinada” – diferente da dos trabalhadores assalariados ou dos pequenos produtores homens – na qual o trabalho é totalmente subsumido¹⁴⁴ ao capital; (3) elas tinham como principal objetivo de luta contra o capitalismo liberar o trabalho de subsistência de sua “incursão” capitalista.

Essa definição qualitativamente diferente do trabalho de subsistência a conclusão de que o capitalismo não pode existir sem o trabalho de subsistência. Se isso for verdade, devemos analisar o capitalismo não como uma relação de trabalho assalariado e sim como uma *dupla* relação de trabalho assalariado *versus* trabalho de subsistência. Quando filhos são gerados e criados por meio do trabalho de subsistência, essa prática é uma forma de “continuação da acumulação original”¹⁴⁵.

Como contribuição final a esse respeito, Linden nos deixa a diferenciação entre *transição do trabalho de subsistência para o mercantilizado e mercantilização do trabalho de subsistência como tal*, que é o que vem sendo percebido no chamado trabalho de *care*, estudado por Hirata. O primeiro caso ocorre quando, por perda de renda, uma família passa a depender

¹⁴³ *Idem*, p. 359.

¹⁴⁴ Aqui estamos utilizando edição em inglês, pois na brasileira o termo “subsunção” não foi traduzido, prejudicando a compreensão do argumento do autor.

¹⁴⁵ LINDEN, *Op. Cit.*, p. 366.

mais da venda ou aluguel a terceiros do trabalho ou dos produtos do trabalho; já a segunda ocorre quando um dos componentes do trabalho (matéria prima, ferramentas e força de trabalho) é mercadoria. Neste caso, o trabalho requer dinheiro, enquanto no trabalho reprodutivo outros recursos são necessários, como terra e sementes. Dentre os aspectos úteis à nossa pesquisa levantados pela Escola Bielefeld está o vínculo sistemático entre “produção de subsistência” e capitalismo.

Os estudos supracitados nos permitem concluir que o trabalho reprodutivo gera valor, mesmo nos casos em que ele produz serviços e mercadorias não pagas. A mensuração deste trabalho tem sido proposta por pesquisadores brasileiros na área da Economia a partir da premissa de que eles não são valorados pela teoria econômica por não gerarem “equivalente de renda”¹⁴⁶. Assim, o trabalho reprodutivo “ensinado” às mulheres rurais não era entendido, nem valorizado, enquanto trabalho, uma vez que não era mercantilizado. Ao contrário, encaradas como naturais à condição feminina, as muitas atividades desempenhadas pelas mulheres gozavam de uma invisibilidade produtiva. Reside nestes aspectos a secundarização do trabalho desempenhado pelas Economistas Domésticas em relação aos Agrônomos: a eles estava colocada a tarefa de impulsionar o trabalho tido como produtivo, rentável e valorizado.

¹⁴⁶ MELO, Hildete; CONSIDERA, Claudio; SABBATO, Alberto. *Os afazeres domésticos contam*. Texto para discussão no curso de Economia. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2005.

Capítulo II: O papel da Economia Doméstica dentro da Extensão Rural

Com o princípio filosófico da Extensão, “ajudar os outros a se ajudarem a si mesmos”, isto é, SERVIR a alguém, ou a uma causa, sem esperar recompensa, urge que se integre na personalidade da Chefe ou Assistente-Técnica de Economia Doméstica êsse interesse amplo e profundo de boas relações humanas em todos os planos de sua atividade.

ABCAR

1. O contexto de implantação da Extensão Rural no Brasil e suas práticas

Em perspectiva histórica, as políticas de educação agrícola foram integradas, desde inícios do século XX, por uma pluralidade de práticas. Durante a Primeira República, o objetivo deste ensino era retirar o homem do campo do que consideravam “atraso e ignorância”, tidos como responsáveis pela pobreza e desequilíbrio em relação às cidades. Desconhecedora das “modernas técnicas de cultivo”, a população rural, em boa parte descendente da escravidão ou a ela vinculada, necessitaria ser “iluminada” pela ciência, através de técnicas capazes de habilitá-la ao manejo com a terra. Para tanto, o então Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC) criou algumas instituições de ensino visando superar tal defasagem. Dentre elas os Aprendizados (AAs) e os Patronatos Agrícolas¹⁴⁷. Durante os anos 1930, o agora Ministério da Agricultura (MA) enfrentaria disputas movidas pelo recém-criado Ministério da Educação e Saúde para assumir o controle sobre a educação das populações rurais, pois

¹⁴⁷ MENDONÇA, Sonia Regina. *Estado, Educação Rural no Brasil: alguns escritos*. Vício de Leitura, 2007, p. 24.

a direção desta Pasta considerava necessário afastar as crianças do saber prático, até então veiculado, que preparava para o trabalho¹⁴⁸.

Já na década de 1940, a educação rural começa a deixar de conotar atividade escolar destinada às crianças e jovens, passando a enfatizar as práticas do Extensionismo e Missões Rurais¹⁴⁹ voltados para adultos. A partir da aproximação com os Estados Unidos, propiciada pelo contexto da Guerra Fria e formação do “bloco ocidental”, a política de Extensão Rural veiculada pelo Estado no Brasil, esteve incumbida de difundir o crédito como instrumento capaz de respaldar a aquisição da tecnologia agrícola (norte-americana, sobretudo), propagandeada e difundida através da mediação de extensionistas brasileiros treinados por técnicos estadunidenses – ou diretamente nos Estados Unidos - atuantes aqui graças a convênios de “cooperação binacional” entre o Ministério da Agricultura, agências privadas e o *Foreign Office*¹⁵⁰.

A prática da Extensão, originária dos Estados Unidos, foi utilizada após a Guerra de Secessão e institucionalizada naquele país em 1914, visando veicular junto à população rural conhecimentos relativos à administração das propriedades e do lar, e também levar seus problemas aos órgãos de pesquisa¹⁵¹.

Após a Segunda Grande Guerra, os Estados Unidos¹⁵², com o intuito de expandir o capitalismo e barrar o avanço comunista, redefiniram as diretrizes de sua política externa, lançando uma série de programas de cooperação técnica para aproximarem-se dos países do chamado “terceiro mundo”. A rigor, tal tática abriu caminho para a implantação de projetos político-econômicos voltados para garantir a afirmação

¹⁴⁸ *Idem. Ibidem.* p. 63.

¹⁴⁹ Segundo Mendonça, as Missões Rurais Ambulantes eram encarregadas de ministrar Cursos de treinamento para líderes rurais e organizar cooperativas de consumo. Para tanto, contaram com uma a Igreja Católica. MENDONÇA, Sonia. “Ensino Agrícola e Influência Norte-Americana no Brasil (1945-1961)”. *Tempo* [online]. 2010, vol.15, n.29, pp. 139-165, p. 161.

¹⁵⁰ *Idem. Ibidem.*

¹⁵¹ FONSECA, M. T. L. da. *A extensão rural no Brasil, um projeto educativo para o capital*. São Paulo: Loyola, 1985, p. 39.

¹⁵² A utilização do nome do país como sinônimo de Estado refere-se às frações da classe dominante americana no poder à época.

estadunidense no continente sul-americano, simultaneamente expandindo mercado para as empresas privadas daquele país e redundando no que pode ser chamado de uma “ressignificação” da educação rural¹⁵³, notadamente na década de 1950. É neste momento que é “descoberto” o conceito de desenvolvimento¹⁵⁴.

A relação com o que se tornaria o “Terceiro Mundo”, pautada durante a Guerra por necessidades estratégicas e de acesso a matérias-primas foi moldada desde a fundação das Nações Unidas, em 1940, tornando o mundo não industrializado objeto de intensas negociações. O nascimento do discurso¹⁵⁵ do “desenvolvimento” e da noção de “Terceiro Mundo” emergiu nesse contexto do pós-guerra, inexistindo antes de 1945. Ou seja, o Ocidente redefinia para si o resto do mundo e, levando em conta essa conjuntura é possível concordar com Escobar, para quem “o Terceiro Mundo, longe de ser periférico, era central para a rivalidade entre as superpotências e a confrontação nuclear”¹⁵⁶.

Para o capitalismo estadunidense, a principal questão residia na reconstrução da Europa, propiciada pelo exitoso Plano Marshall, enquanto ao Terceiro Mundo eram destinados recursos mais modestos – menos de 2% dos 19 bilhões dirigidos ao velho continente –, provenientes do Programa Ponto IV do presidente Truman¹⁵⁷. Ciência e Tecnologia, marcos civilizacionais desde o século XIX, voltaram com força para dar suporte a esta reestruturação da economia política e da cultura em plano mundial: sanar a pobreza recém-descoberta na Ásia, África e América Latina.

¹⁵³ MENDONÇA, Sonia Regina de. *Estado, educação rural e influência norte-americana no Brasil (1930-1961)*, Niterói: UFF, 2010, p.81.

¹⁵⁴ ESCOBAR, A. *Encountering Development – the Making and Unmaking of the Third World*. New Jersey: Princeton University Press, 1995. Ver também LEAVITT, H U. S. Technical Assistance to Latin American Education. *Phi Delta Kappa*. Gilman: vol. 45, pp. 220-25, 1964.

¹⁵⁵ A análise do desenvolvimento como campo discursivo não pode deixar de vista que há uma relação dialética entre discurso e prática.

¹⁵⁶ ESCOBAR, A. *Encountering Development – the Making and Unmaking of the Third World*. New Jersey: Princeton University Press, 1995, p.33.

¹⁵⁷ Lançado pelo governo Truman em 1949 foi a grande iniciativa de acordo com a América-Latina, com o mote de reestruturar os serviços de “cooperação” agrícola.

O compromisso de colocar dois terços do mundo no rumo da “prosperidade material e progresso econômico” tornou-se hegemônico junto aos círculos de poder no início dos anos 1950. Propiciar as condições necessárias para reproduzir no mundo as características das sociedades “desenvolvidas” da época, com altos índices de industrialização e urbanização, tecnicização da agricultura, rápido crescimento da produção e dos padrões de vida, além da adoção da educação e valores culturais modernos, não seria “missão” simples. Para os setores representados por Truman, três elementos viabilizariam o “sonho” americano de abundância e tecnologia: capital, ciência e tecnologia¹⁵⁸.

O desenvolvimento também trazia consigo todo um novo campo de conhecimentos e experiências, permitindo novas soluções para novos problemas e novas formas de dominação. As afirmações sobre o desenvolvimento/subdesenvolvimento tornaram-se um estilo de dominação, reestruturação e afirmação da própria autoridade sobre o terceiro mundo¹⁵⁹. Muitos países passaram a perceber-se como “subdesenvolvidos” e superar tal condição tornou-se problema fundamental para eles, levando-os a sujeitarem-se a intervenções externas crescentes e sistemáticas.

Em síntese, o desenvolvimento disponibilizou uma forma de gerir o Terceiro Mundo, assegurando o controle sobre os “povos submetidos”, inaugurando uma realidade geopolítica que vigoraria por mais, pelo menos, quatro décadas¹⁶⁰. Repetitiva e onipresente, tal realidade se materializaria através de políticas governamentais baseadas em planos desenvolvimentistas, instituições aplicando programas de desenvolvimento junto a cidades e ao campo; especialistas de várias partes do mundo estudando e produzindo teorias a seu respeito. Sob o viés humanitário e visão positivista

¹⁵⁸ PLANK, D N. *The Means of Our Salvation*. Colorado: Westview Press, 1996.

¹⁵⁹ SAID, E W. *ORIENTALISMO: O Oriente como Invenção do Ocidente*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990, p.3.

¹⁶⁰ ESCOBAR, A. *Encountering Development – the Making and Unmaking of the Third World*. New Jersey: Princeton University Press, 1995.

dessa estratégia, formas sutis e refinadas de controle e poder eram forjadas. Simultaneamente, a capacidades dos “povos subdesenvolvidos” de definirem sua própria história foi comprometida, sendo seus saberes próprios desqualificados.

Em função do construto do desenvolvimento, a visão do Ensino Agrícola passaria a priorizar não mais a perspectiva escolar *strito sensu*, cedendo lugar a outra, eminentemente assistencial e produtivista, voltada para qualificar e treinar a mão-de-obra, além de organizá-la em “comunidades rurais”. Como consequência, multiplicaram-se os tipos de agências/iniciativas conjuntas brasileiro-americanas voltadas para a agricultura, denotando a vitória de alguns grupos de interesses dominantes agrários¹⁶¹, defensores da matriz de ensino de práticas como o Extensionismo, menos dispendiosa.

No caso brasileiro, o Extensionismo foi implementado em 1948 a partir de convênio de cooperação técnica entre o Governo do Estado de Minas Gerais e a AIA (*American Internacional Association for Economic and Social Development*), entidade sem fins lucrativos, criada pelos irmãos Rockefeller, que prestaria assistência técnica através de um sistema de crédito rural supervisionado.¹⁶² Ou seja, um projeto regional de parceria público-privada.

O Relatório Abbink, gerado a partir da Missão Rockefeller no Brasil em setembro de 1948, diagnosticara um desequilíbrio entre o desenvolvimento agrícola e industrial do país. Nelson Rockefeller propôs, então, um programa de assistência técnica e crédito supervisionado, semelhante ao utilizado nos EUA para conter os efeitos da Crise de 1929 sobre os agricultores estadunidenses. Com esta finalidade foi

¹⁶¹ Referimo-nos aqui aos grupos representados pela Sociedade Nacional de Agricultura, que, como demonstrou Mendonça, detinha a hegemonia na Pasta da Agricultura até a década de 1950. Ver MENDONÇA, S. R. *A questão agrária no Brasil: a classe dominante agrária – natureza e comportamento 1964-1990*, São Paulo: Expressão Popular, 2010, p.74.

¹⁶² *Idem. Ibidem.* Ver também LEAVITT, H U. S. Technical Assitance to Latin American Education. *Phi Delta Kappa*. Gilman: vol. 45, pp. 220-25, 1964.

fundada a Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR), que iniciou suas atividades em janeiro de 1949. O auxílio a ela se materializaria na vinda de recursos técnicos e financeiros¹⁶³.

A Extensão Rural foi posta em prática, inicialmente, pela recém-fundada ACAR-MG, sob o governo do “liberal udenista” Milton Campos, com objetivos assistenciais e produtivistas, ou seja, um projeto que servia a algumas frações da classe dominante agrária brasileira, na medida em que visava promover a fixação do homem ao campo, ao mesmo tempo em que dificultava sua organização através de movimentos sociais.

A justificativa para o projeto Extensionista era de que as péssimas condições de vida vigentes no meio rural brasileiro seriam causadas pela ignorância do pequeno produtor, responsável pelos entraves ao desenvolvimento da agricultura e da indústria nacional. No caso americano, o crédito supervisionado não fora uma modalidade associada à Extensão, esta foi uma adaptação feita para os chamados países “subdesenvolvidos”.

Assim, em 1949 iniciaram as viagens de técnicos brasileiros e estadunidenses pelo interior de Minas. Eram estes especialistas em Agricultura (geralmente agrônomos) e economia doméstica (mulheres especializadas nesta nova disciplina do desenvolvimento), a exemplo do modelo americano que inspirou a política no Brasil: “um agrônomo, uma professora e um jipe” fora seu *slogan*. Em cada município onde possuía escritório, a ACAR contava com um supervisor agrícola, uma supervisora doméstica, uma auxiliar – para trabalhos administrativos – e um jipe, que trabalhavam viajando pelas áreas sob sua responsabilidade, visitando comunidades e famílias rurais, organizando palestras, reuniões e demonstrações¹⁶⁴.

¹⁶³ FONSECA. *Op. Cit.* p. 65 e 79.

¹⁶⁴ *Idem. Ibidem.*

As economistas domésticas eram mulheres que prestavam assistência às produtoras e esposas dos produtores, ensinando cuidados relativos à alimentação e saúde da família, hortas domésticas e produção caseira de roupas, reforçando a ideia de que o papel da mulher na sociedade brasileira da década de 1950 restringia-se ao âmbito do privado.

O Programa Ponto IV¹⁶⁵, instaurado no Brasil a partir do Acordo Geral de Cooperação Técnica firmado em 1950 com o Foreign Office norte-americano, teve dentre seus desdobramentos a primeira avaliação das atividades da ACAR e a **vinda das primeiras técnicas em Economia Doméstica** para ministrar cursos na Universidade Rural de Minas Gerais¹⁶⁶. Tal convênio estatal fora substituído pela criação, em 1953, no Rio de Janeiro, do Escritório Técnico de Agricultura Brasileiro-Americano (ETA)¹⁶⁷, a partir de novo acordo entre os governos estadunidense e brasileiro e dotado de recursos provenientes do Governo Federal e do Programa Ponto IV. O órgão recém-criado seria responsável, a partir de então e como parceiro oficial do Ministério da Agricultura, pelo projeto de Extensão Rural e Crédito Rural Subsidiado no país. Uma iniciativa privada, com a criação da AIA e uma pública – Programa Ponto IV¹⁶⁸ – são ícones da influência norte-americana junto à Extensão Rural.

¹⁶⁵ O Programa do Ponto IV teve seu marco no discurso inaugural do presidente Harry Truman quando, em 20 de janeiro de 1949, anunciou seu conceito de um “fair deal” para todo o mundo, do qual fazia parte seu apelo aos Estados Unidos e ao mundo para solucionar os problemas das “regiões subdesenvolvidas” do globo. “*There is a sense in which rapid economic progress is impossible without painful adjustments. Ancient philosophies have to be scrapped; old social institutions have to disintegrate; bonds of caste, creed and race have to burst; and large numbers of persons who cannot keep up with progress have to have their expectations of a comfortable life frustrates. Very few communities are willing to pay the full price of economics progress*”. United Nations. Department of Social and Economics Affairs. *Measures for the Economic Development of Underdeveloped Countries*, Washington: 1951.

¹⁶⁶ EMBAIXADA DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Nota do Governo dos Estados Unidos da América. In: Coleção Atos Internacionais: Renovação do acordo sobre a vinda de técnicos americanos para a Universidade Rural do Estado de Minas Gerais. Rio de Janeiro, 1962.

¹⁶⁷ O ETA foi criado em 1953, produto do acordo binacional entre o Ministério da Agricultura e o Governo norte-americano (*Foreign Office Americano*). Financiavam projetos de cooperativismo agrícola e técnicos com recursos oriundos do Programa Ponto IV. Seu objetivo principal era “*contribuir para o avanço econômico dos países subdesenvolvidos*”. MENDONÇA, Sônia. *Estado... Op. Cit.* p. 79.

¹⁶⁸ LATTA, M. Point Four: a Modest Program. Education. Gilman: vol. 71: pp. 276-281, 1951.

Nos primeiros anos de existência a ACAR funcionou prioritariamente como uma entidade creditícia, na qual o papel dos extensionistas consistia em convencer os produtores a se “modernizarem” através do consumo de adubos, inseticidas, máquinas e acessórios tanto para maximizar sua produtividade, quanto para o “conforto” do lar, como energia elétrica e eletrodomésticos; com crédito oferecido pela Caixa Econômica do Estado de Minas e Banco do Brasil S.A. O objetivo último da política era aumentar a produção nacional de fibras e alimentos para o mercado interno, em um contexto de êxodo rural. Cabe ressaltar que o convencimento era feito separadamente por homens e mulheres, para homens e mulheres. Estes saberes eram difundidos por intermédio de programas de rádio, cartazes, folhetos, artigos de jornais, filmes e fotografias. Após o convencimento – com visitas presenciais ou em grupos reunidos em escolas -, o extensionista atuava no sentido de auferir crédito bancário e orientar sua utilização para o aumento da produtividade, o chamado “crédito supervisionado”.

Em sua primeira avaliação oficial, realizada por técnicos americanos em 1952 (conforme previa o programa Ponto IV), a ACAR-MG teve as atividades do Serviço de Extensão consideradas insatisfatórias¹⁶⁹. O insucesso seria atribuído à dita incompetência dos técnicos brasileiros e assim o ETA viria a solucionar esta deficiência, efetivando o aumento da produção e elevando o nível de vida da população rural, meta esta não atingida pelos extensionistas brasileiros. A partir deste momento a Extensão seria alterada no país, com o ETA centralizando e gerindo, juntamente com o Ministério da Agricultura, a execução de todo tipo de projetos ligados ao “ensino agrícola”.

Os técnicos brasileiros recém-chegados dos Estados Unidos traziam consigo a ideia de que o mote do Extensionismo deveria ser educar, utilizando o crédito como

¹⁶⁹ MOTTA, G. O. & VIEIRA I. R. História do serviço de Extensão Agrícola no Brasil. In: Trabalhos de Extensão. Itabuna/BA, CEPLAC, 1970, p.20.

ferramenta, efetivando a tarefa não cumprida pelos extensionistas brasileiros¹⁷⁰. O ETA consolidou o modelo “um agrônomo, uma professora e um jipe”, intimamente ligado à questão do desenvolvimento e funcionaria no Rio de Janeiro entre 1953 e 1964. Todavia, ele não pode ser considerado uma profunda inovação, uma vez que se trata do aprimoramento da intervenção estadunidense sobre as questões brasileiras e latino-americanas em prol da superação da pobreza.

A configuração dos escritórios locais do Sistema de Extensão da ABCAR seguia o padrão ACAR.

Assim, os escritórios locais constituem realmente as unidades de trabalho do Sistema. Em cada um deles encontra-se uma equipe técnica, composta de dois Extensionistas ou agentes de Extensão, sendo um para agricultura e outro para economia doméstica. O primeiro é um engenheiro agrônomo, ou, em certos casos Médico-Veterinário, ou Técnico Agrícola. O outro, geralmente, é uma professora diplomada, assistente social, nutricionista, ou moça que, possuindo o curso secundário ou correspondente, tenha alguma especialização em economia doméstica. As tarefas burocráticas são realizadas, no escritório local, por um funcionário administrativo.¹⁷¹

O modelo da Extensão e Crédito associados serviu para redefinir a pequena propriedade rural, que passou a produzir para o mercado interno – demanda historicamente associada à Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) desde a Primeira República – produtos baratos, permitindo o congelamento salarial dos principais consumidores daqueles gêneros, os trabalhadores urbanos.¹⁷²

Nas décadas de 1950-60 o ensino agrícola passou a ser o principal indutor do desenvolvimento do campo, visto como “obstáculo ao capitalismo”¹⁷³. A SNA foi uma árdua defensora de uma “modernização com limites”¹⁷⁴, propondo a difusão do cooperativismo como principal forma de organização rural eficiente.

170 MINAS GERAIS. ACAR. *Relatório 1954/1955*, p.6.

171 ABCAR. *O Sistema Brasileiro Cooperativo de Extensão Rural*. Rio de Janeiro, s/d.

172 IANNI, Octávio. Relações de produção e proletarização rural. In: *Vida Rural e mudança social*. p.151.

173 MENDONÇA, Sonia Regina de. *Estado, educação rural e influência norte-americana no Brasil (1930-1961)*, Niterói: UFF, 2010, p.18.

174 *Idem. Ibidem*. p.73.

Com a consolidação da experiência mineira e a criação de ACARs em outros Estados foi fundada, sob o governo de Juscelino Kubitschek, a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR), órgão nacional ligado ao Ministério da Agricultura, incumbido da coordenação de todas as entidades estaduais: a Extensão adquiriria abrangência nacional. Assim, as experiências pioneiras da ACAR, originalmente patrocinadas por Nelson Rockefeller e sua AIA, consolidar-se-iam na ABCAR, entidade responsável, a partir de então, tanto pelos trabalhos de Extensão, quanto pelo chamado Crédito Rural Supervisionado¹⁷⁵ em todo o território nacional. Em outras palavras, uma iniciativa estrangeira e privada se tornou, em pouco tempo, uma política pública nacional até hoje vigente no Brasil, porém, em caráter regional.

Assim, muitos técnicos extensionistas provinham do convênio ABCAR/ETA financiado, dentre outras fontes, por créditos do BID e Banco Mundial; agiam como mediadores entre o “projeto pedagógico” e de modernização agrária e os usuários finais¹⁷⁶. A ABCAR seria substituída pela Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater), em 1974. O poder simbólico¹⁷⁷ emanado destes programas é de extrema importância nas relações sociais vigentes no campo brasileiro, devido à oposição que se construía entre uma agricultura tradicional e outra inovadora, que se projeta no homem que a desempenha.

Até meados da década de 1960, a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) forneceu os principais quadros do alto escalão do Ministério da Agricultura. Sobressaiu seu projeto de “mecanização e subsídios para os grandes produtores, cooperativização

¹⁷⁵ O Crédito Rural Supervisionado, consistia em linhas de crédito concedidas ao pequeno agricultor, ou a cooperativa agrícola de uma determinada comunidade, com propósito de desenvolvimento da produção. Todavia, nesse regime havia um direcionamento na forma de destinar os recursos ganhos, para garantir a “correta” eficácia do crédito. Os extensionistas faziam a análise de crédito, e recomendavam aos bancos os candidatos capazes de obterem esse empréstimo. A supervisão ficava, ou a cargo do extensionista, ou mesmo por um funcionário do banco treinado para tal.

¹⁷⁶ *Pesquisa Agropecuária e Qualidade de Vida: A História da Embrapa*. Brasília: Embrapa, 2002, p.20.

¹⁷⁷ BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

para os pequenos”¹⁷⁸. A lógica da cooperativização, defendida e difundida pela SNA para ligar o pequeno agricultor ao mercado interno, não tinha pretensão de levar a qualquer mudança no *status quo* vigente. A educação rural estabelecida pelo MA servia, na realidade, como veículo de submissão do labor rural. O projeto do Extensionismo aparece, portanto, como uma aliança de interesses entre o capital estadunidense e o do patronato rural hegemônico na Pasta da Agricultura.

Pode-se perceber a Extensão Rural como uma tática para competir e até mesmo suprimir potenciais conflitos agrários no Brasil, como fica claro a partir da década de 1950, com concentração dos esforços extensionistas e outros demais projetos do ETA na Região Nordeste, área de maior disseminação das Ligas Camponesas¹⁷⁹.

2. Economia Doméstica e Extensão Rural

O ensino de Economia Rural Doméstica surgiu no Brasil antes de ser impulsionado pelo Sistema ABCAR. Foi sancionado pela Lei Orgânica do Ensino Agrícola, através do Decreto-lei nº 9.613 de 1946, tendo sido, desde então, coordenado pela Superintendência de Ensino Agrícola e Veterinário, órgão ligado ao Ministério da Agricultura. A disciplina era ministrada através das Escolas de Magistério de Economia Rural Doméstica¹⁸⁰ e dos Cursos de Extensão de Economia Rural Doméstica¹⁸¹, posteriormente chamados Cursos de Preparação¹⁸². “Com a inclusão da Economia

¹⁷⁸ MENDONÇA, S. R. *A questão agrária no Brasil: a classe dominante agrária – natureza e comportamento 1964-1990*, São Paulo: Expressão Popular, 2010, p.74.

¹⁷⁹ _____. *Estado e Educação rural no Brasil: Alguns Escritos*. Rio de Janeiro: Faperj/Vício de Leitura, 2007, pp. 73-110.

¹⁸⁰ Pertenciam ao chamado “segundo ciclo”, tinham duração de dois anos e exigiam que as alunas tivessem completado o primeiro ciclo do ensino de grau médio.

¹⁸¹ SILVA, Noemi Correia. “Economia Rural doméstica: uma realidade na SEAV”. In: BRASIL, Sistema de Informação Agrícola. *Encontro de Economia Doméstica*. Série Documentária nº 13. Rio de Janeiro: SIA, 1961, p. 26.

¹⁸² Tinham duração de um ano e formaram 6.006 (seis mil e seis) jovens entre 1955 e 1959.

Doméstica no currículo secundário há um primeiro objetivo basicamente social: formar boas donas de casa que promovam lares felizes a estabilidade da família, célula da própria sociedade”¹⁸³.

Este ensino tinha como objetivos:

- a) Desenvolver na dona de casa o espírito de previdência, de ordem, de improvisação, de economia e de perseverança;
- b) Ensinar a aquisição, utilização, conservação e transformação das utilidades domésticas;
- c) Aproveitar as sobras dos alimentos, transformando-os em novos pratos;
- d) Transformar uma casa habitada por uma família em um lar – condições higiênicas, materiais e morais.
- e) Aperfeiçoar o desenvolvimento físico da criança, pelo ensino das noções de puericultura às futuras mães;
- f) Prevenir-se contra os acidentes, mediante noções de enfermagem¹⁸⁴.

Dentro do Serviço de Extensão, o trabalho era concebido em duas faces: “econômico” e “social”. O econômico, aquele que iria incidir sobre os produtores, referia-se ao aumento da produtividade mediante utilização de novas técnicas agrícolas e insumos que seriam apresentados pelo extensionista homem, em geral um agrônomo ou veterinário. Sua viabilização viria através da aprovação do crédito rural. O social que, conotando o trabalho das economistas domésticas direcionado à “família” do agricultor, voltava-se para a mulher rural e dividia-se em três áreas,

1. Alimentação:
produção de alimentos;
preparo de alimentos;
conservação de alimentos;
2. Higiene – Saúde - Puericultura.
3. Habitação:
melhoramento da casa;
instalação de água;

¹⁸³ LIMA, Zail Gama. “A Economia Doméstica na Escola Secundária”. In: BRASIL, Sistema de Informação Agrícola. *Encontro de Economia Doméstica*. Série Documentária nº 13. Rio de Janeiro: SIA, 1961, p. 66.

Zail Lima era, na ocasião, professora de Economia Doméstica da Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do ensino secundário (CADES), criada no governo de Getúlio Vargas, em 1953.

¹⁸⁴ *Idem*, pp. 66-67.

- fabricao de móveis simples;
- limpeza da casa etc.
- 4. Vestuário.
- 5. Relações Familiares – Recreação.
- 6. Indústrias Caseiras.
- 7. Administração do Lar¹⁸⁵.

Alimentação, higiene e habitação eram grandes áreas para as quais se voltava preocupação desta política, sobre as quais também versavam os manuais de Economia Doméstica às décadas de 1950 e 1960. Kobayashi¹⁸⁶ analisa para este período a adoção de novos hábitos de higiene e, conseqüentemente, de consumo, impulsionada pela emergente publicidade brasileira. A veiculação de um novo ideal de higiene, amplamente divulgado nos manuais de economia doméstica da época e da publicidade, através do reforço dos papéis de mãe e esposa, tornavam as mulheres potenciais consumidoras. Estas novas formas de viver que incluíam a racionalização do lar se relacionavam com a consolidação do parque industrial brasileiro e A formação de um mercado consumidor. O consumo representaria uma via de acesso a essas novas formas, mais práticas, higienizadas, menos braçais e mais mecanizadas, ou seja, “modernas”. “No processo de aquisição de produtos que prometiam uma vida mais saudável, mais higiênica e mais confortável, a mulher desempenharia o papel de potencial consumidora”¹⁸⁷. A autora verificou também que a modernidade se restringiu à aquisição de equipamentos que facilitassem o trabalho doméstico, mas não se estendeu às relações entre homens e mulheres. Nesse âmbito, primava um esforço de manutenção da mulher nos afazeres domésticos.

¹⁸⁵ KÜMMEL, Ocília. “Economia Doméstica em Extensão Rural”. In: BRASIL, Serviço de Informação Agrícola. *Encontro de Economia Doméstica*. Rio de Janeiro: SIA, 1961, p. 79.

¹⁸⁶ KOBAYASHI, Elizabete. *Higiene e consumo: novas sensibilidades para um Brasil moderno (décadas de 1940 a 1960)*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em história das Ciências e da Saúde. Rio de Janeiro: 2012. A esse respeito ver o capítulo 3 *Transformações nas relações de gênero e inovação na organização dos lares: mulheres em cena*.

¹⁸⁷ KOBAYASHI, Elizabete. *Higiene e consumo: novas sensibilidades para um Brasil moderno (décadas de 1940 a 1960)*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em história das Ciências e da Saúde. Rio de Janeiro: 2012, p.26.

A formação em Economia Doméstica

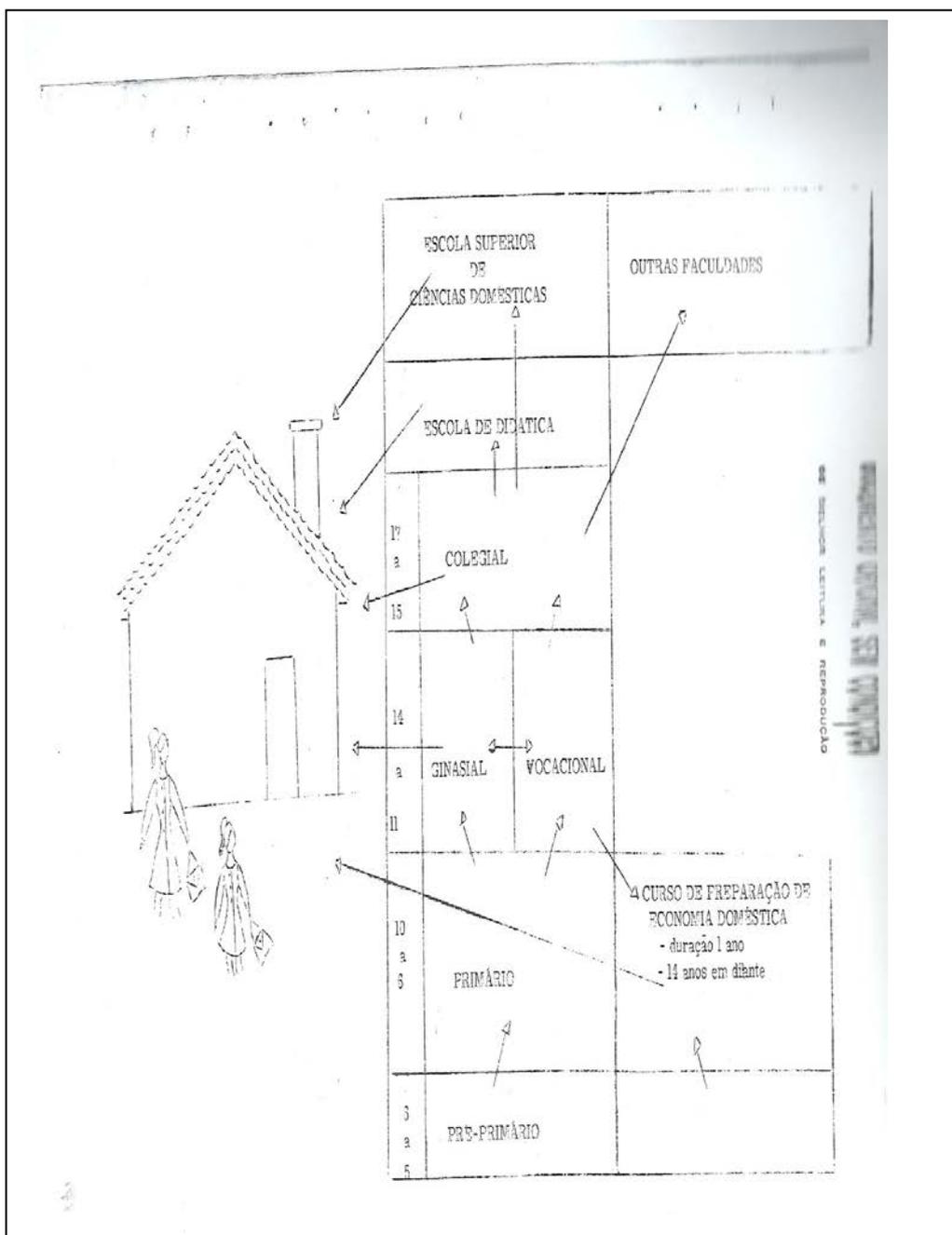
A formação das profissionais em Economia Doméstica era variada do ponto de vista da escolarização e isto se explica por ser uma nova carreira em formação ao longo da década de 1950, pelo caráter técnico da profissão e pelo contexto brasileiro de institucionalização das universidades, que não eram amplamente difundido no país. A própria Universidade Rural do Estado de Minas Gerais tornar-se-ia uma universidade somente em 1948 a partir da criação da Escola Superior de Ciências Domésticas (ESCD) que se unia, neste momento, à Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV), criada em 1926. Ou seja, a Economia Doméstica possibilitou que uma faculdade isolada adquirisse *status* de Universidade pela sua criação¹⁸⁸.

Em documento publicado pela Superintendência de Ensino Agrícola e Veterinário¹⁸⁹ sob o título “Economia Doméstica” está expressa a finalidade do ensino de Economia Doméstica no ensino escolar, que “tem por finalidade o lar, o desenvolvimento da família”¹⁹⁰, bem como sua estrutura organizacional.

¹⁸⁸ LOPES, Maria de Fátima. *A história de um campo acadêmico feminino no Brasil*. In: Memórias IX Congresso Iberoamericano de Ciencia, Tecnologia y Género. Sevilha, 2012, p.2.

¹⁸⁹ A Superintendência de Ensino Agrícola e Veterinário foi criada em 1940, pelo Decreto nº 2.832, era ligada ao Ministério da Agricultura e administrou o ensino agrícola até 1967, além de fiscalizar o exercício das profissões de Agrônomo e Veterinário. Coordenava o ensino médio elementar de agricultura, promovia a educação das populações rurais e realizava estudos e pesquisas educacionais aplicadas à agricultura. BRASIL, Ministério da Educação. *Contribuição à construção de políticas para o Ensino Agrícola da rede Federal vinculada ao MEC/SETEC*. Versão para discussão. Brasília: maio, 2007, p. 10. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6470-brasilfinal-legal&category_slug=agosto-2010-pdf&Itemid=30192

¹⁹⁰ BRASIL, Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário. *Economia Doméstica*. Sessão de Administração do Ensino de Economia Doméstica Rural. Rio de Janeiro: SEAV, 1967.



Fonte: BRASIL, Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário. *Economia Doméstica*. Sessão de Administração do Ensino de Economia Doméstica Rural. Rio de Janeiro: SEAV, 1967.

Sobre o gráfico do sistema escolar, alguns apontamentos nos parecem pertinentes. Completado do ensino “primário”, a qualquer tempo as meninas representadas no desenho podem voltar para a casa, conforme demonstra a seta, ou seja, aos 14 anos. Do ensino “ginásial”, correspondente em idade ao “vocacional” (11 a 14

anos), até a Universidade, sempre seria possível a volta para casa. Além disso, a entrada no Curso de Preparação de Economia Doméstica, com duração de um ano, era permitida a partir dos 14 anos, mas não exigia que a aluna tivesse passado pelo sistema escolar até esta idade.

No ano de 1967, quando teve suas atividades encerradas, a SEAV regulava o funcionamento de 6 colégios de Economia Doméstica Rural, 3 cursos técnicos de Economia Doméstica Rural anexo a colégios agrícolas, 1 curso técnico de Economia Doméstica Rural da Fazenda Rosário em Ibirité-MG, 30 cursos de preparação de Economia Doméstica Rural e 9 cursos vocacionais de Economia Doméstica. Em relação ao raio de alcance desse novo campo de trabalho, no período entre 1964 e 1967, frequentaram estes cursos 6.584 (seis mil quinhentas e oitenta e quatro) jovens rurais – 513 no Ginásio Vocacional, 1.904 no Colegial, 2.307 (que anteriormente era chamado de curso de Extensão) e 1.860 nos cursos rápidos. Isso significa dizer que o curso que mais recebeu alunas no período foi o de Extensão Rural, com 35% do total. Ou seja, as alunas da SEAV procuravam a formação em Economia Doméstica para instrumentalizar o trabalho, numa realidade em que a universidade era restrita a pequena parcela da população. De forma propagandística, o documento propõe a multiplicação do número total de alunas por cinco, pois para cada aluna uma família seria beneficiada com seus aprendizados.

Os antigos cursos de Extensão, agora chamados **Preparação**, obedeciam ao artigo 52 da Lei Orgânica do Ensino Agrícola e tinham como finalidade:

...proporcionar à mulher campesina uma educação funcional de base, a qual lhe possibilite viver em seu próprio meio em nível mais elevado e em condições higiênicas satisfatórias. Utiliza métodos práticos na administração dos conhecimentos, permitindo coordenar a ação educativa junto à família rural, favorecendo sua regular constituição e aperfeiçoamento

A sua característica dominante está no conhecimento de todos os setores da vida; no meio social e no lar¹⁹¹.

Tendo o lar como finalidade e dirigindo-se às mulheres trabalhadoras do campo, os cursos de Preparação eram iminentemente práticos. Duravam um ano letivo, composto de trinta horas semanais, e contavam com atividades de “Cultura Técnica” e “Práticas Educacionais”.

<u>Cultura Técnica</u>	
1 – Nutrição e Preparo de alimentos_____	6 horas
2 – Vestuário – conservação e confecção_____	6 horas
3 – Administração do Lar_____	4 horas
4 – Noções de Higiene, enfermagem e Puericultura_____	4 horas
5 – Industrialização e conservação de Produtos Agropecuários_____	4 horas
<u>Práticas Educativas</u>	
1 – Pequenas Atividades Agropecuárias_____	3 horas
2 – Arte e Habitação_____	3 horas
Total_____	30 horas ¹⁹²

Os cursos de Preparação tinham carga horária semanal análoga à do ensino escolar regular, embora durassem somente um ano.

Já os cursos do **Ginásio Vocacional** (11 a 14 anos) eram regidos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e se propunham a desenvolver habilidades que, em tempo, poderiam leva-las a desenvolver sua “verdadeira vocação profissional”. No caso das alunas, já sabemos que profissão era esperada que seguissem a partir de conhecimentos relativos à alimentação, vestuário, habitação higiene, enfermagem do Lar e Melhoramentos do Lar: o trabalho de **cuidados** em suas próprias casas ou na Extensão Rural.

O **Colégio de Economia Doméstica Rural** (15 a 17 anos) teve seu ensino alterado pelo Decreto nº 52.666 de 1963 e capacitava as alunas para trabalharem como professoras de Economia Doméstica do “1º ciclo” (Ginásio Vocacional), em Extensão Rural, na Indústria e no Comércio. Durante o ensino no Colegial, além da ideia de

¹⁹¹ *Idem*, p. 7.

¹⁹² *Idem*, p. 9.

atendimento às necessidades familiares, havia uma intensa valorização da atividade como “ciência moderna” que supostamente levaria ao progresso da comunidade e do país. Assim, as disciplinas de “cultura geral” do 2º ciclo se somavam às de “cultura técnica” de Economia Doméstica, que contavam com uma série de laboratórios, como o de vestuário e nutrição¹⁹³. Tal noção de progresso dialoga com o contexto nacional da segunda metade da década de 1960 quando, a partir do golpe empresarial-militar, o caráter positivista da ciência encontraria espaço no período do chamado Milagre Econômico. A então chefe da Sessão de Administração dos cursos de Economia Doméstica (SEDOR) da SEAV era Creuza Correia de Oliveira.

Diante do caráter técnico da formação, no Colegial as instituições de ensino contavam com uma série de laboratórios como condição básica para o seu funcionamento. Laboratório de nutrição e preparo de alimentos, laboratório de higiene, enfermagem e puericultura, laboratório de vestuário, laboratório de arte e habitação, laboratório de administração do lar, laboratório de industrialização e conservação de produtos agropecuários, laboratório de química e física. As professoras deveriam ter curso superior de Economia Doméstica ou de nível superior com habilitação disciplinas de cultura técnica; e cada escola necessitaria de uma orientadora formada em Escola Superior de Ciências Domésticas. Chama a atenção o contato das alunas com instrumentos de trabalho incomuns nas casas das famílias rurais com os quais as “educandas” tinham contato desde sua formação como panelas específicas para cocção dos mais variados tipos de alimentos, acessórios de cozinha variados, vastos jogos de louça e talheres, eletrodomésticos como liquidificadores, batedeiras, fogões elétricos e geladeiras, além de equipamentos necessários às indústrias caseiras, como máquina de

¹⁹³ Dentre os laboratórios necessários à instalação destas escolas estavam o Laboratório de Nutrição e Preparo de Alimentos, Laboratório de Higiene, Enfermagem e Puericultura, Laboratório de Arte e Habitação, Laboratório de Administração do Lar, Laboratório de Industrialização e Conservação de Produtos Agropecuários.

moer carne, balança, máquina de costura. Arte e Habitação referiam-se aos elementos necessários para montar uma casa.

O curso de Administração do Lar, ministrados na terceira série do Colegial, ensinava sobre seleção, preparo e conservação de alimentos; seleção e compra de acessórios para cama, mesa e banho; decoração das residências e “planejamento das atividades administrativas de um lar”. No entanto, pelo programa do curso e pelo laboratório necessário à sua aplicação, contando com geladeira, máquina de lavar roupa, fogão, liquidificador, batedeira, enceradeira, ferro elétrico e grande mobília, apresentavam-se, ao fim e ao cabo, como um modelo a ser seguido através do consumo.

No documento da SEAV há sugestões de horários para todos os níveis a serem oferecidos pelo Colégio de Economia Doméstica Rural. Reproduzimos as propostas para o Curso Colegial, no qual era oferecido o curso de administração do lar. Chama à atenção a absoluta maioria de disciplinas técnicas, especialmente na última série, em detrimento das disciplinas regulares, como Português e Matemática. Esta última não chega a aparecer como sugestão para a terceira série, enquanto Extensão Rural figura na carga horária. A preponderância dos ensinamentos técnicos está presente nas grades horárias dos demais anos escolares.

2a. Série - Turma B						
HORAS	2a.	3a.	4a.	5a.	6a.	Sábado
7-8	Port.	Mat.	Preparo	Mat.	Mat.	-
8-9	Preparo	Arte e	Aliment.	Enfer-	Arte Hab	-
9-10	Alim.	Habit.	Microb.	magem	Port.	Enferm.
10-11	Vestuá-	-	Port.	Micro-	-	Vestuá-
11-12	rio	-	-	biolog.	-	rio

1a. Série - Turma A						
HORAS	2a.	3a.	4a.	5a.	6a.	Sábado
7-8	Admin.	Vestuá-	Arte e	Vestuá	Administ.	Conserv.
8-9	Lar	rio	Habit.	rio	Port.	Aliment.
9-10	Port.	Prep.	Cons.	Prep.	Pueric.	Extensão
10-11	Puericul	Alim.	Aliment.	Alim.	Arte Hab.	Rural
11-12	tura	-	Port.	Extensão	-	-

Fonte: BRASIL, Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário. *Economia Doméstica*. Sessão de Administração do Ensino de Economia Doméstica Rural. Rio de Janeiro: SEAV, 1967, p.36.

Em relação ao planejamento dos laboratórios de Enfermagem e Puericultura que aparecem no documento da SEAV e ao fato da disciplina associar Higiene e Enfermagem, não apenas no ensino escolar, mas também no currículo do ensino superior da disciplina, trata-se de novidade do período. Entre as décadas de 1940 e 1960 começou a aparecer na propaganda brasileira e, principalmente, nos manuais de economia doméstica a associação entre higiene e saúde. O consumo de determinados produtos, como sabonetes e inseticidas seria uma forma de adquirir saúde¹⁹⁴.

Os cursos de Higiene, Enfermagem e Puericultura são destinados a atender as necessidades individuais, familiares e da comunidade. Incluem ensino de: hábitos de saúde, prevenção de doenças, primeiros socorros, vacinas, bem como atendimento adequado às crianças¹⁹⁵.

¹⁹⁴ KOBAYASHI, *Op. Cit.*, p. 192.

¹⁹⁵ *Idem*, p.26.

Como podemos ver, formação para uma profissional que viria atuar na Extensão poderia se dar de formas variadas que incluíam o ensino escolar rural, cursos de Extensão Rural e ensino superior. O ensino superior será abordado detalhadamente no terceiro capítulo desta dissertação, enfocando a escola Superior de Ciências Domésticas (ESCD) da UREMG.

A Economia Doméstica nos anos 1950: uma profissão em construção

Por ser um campo de trabalho/área de formação nova no país, a Economia Doméstica estruturou-se paulatinamente ao longo dos anos 1950, enquanto as ACARs regionais iam sendo fundadas, a ESCD criada em 1952, o ETA em 1953 e a ABCAR em 1956. Em 1959, quando esta última realizou a I Reunião Nacional de Chefes e Assistentes Técnicas de Economia Doméstica¹⁹⁶ a preocupação era estabelecer qual era o trabalho de uma economista doméstica junto à Extensão Rural, o que se pode perceber pelo Temário do evento

1. Características requeridas para Chefe de Economia Doméstica em serviço de Extensão Rural e Crédito Supervisionado.
2. Orientação de pessoal técnico:
 - a) Supervisão
 - b) Avaliação
 - c) Desenvolvimento profissional
3. Relações Humanas no trabalho do Chefe de Economia Doméstica
 - a) Dentro da organização
 - b) Com estranhos à organização
 - c) Como representante da profissão de Economia Doméstica
4. Recrutamento, seleção e formação de pessoal técnico.
5. Treinamento em serviço.
6. Formação de especialista em Economia Doméstica.
7. Atribuições e responsabilidades da Chefe de Divisão de Economia doméstica:
 - a) Para com o serviço propriamente dito

¹⁹⁶ Nesta ocasião, integravam o sistema Cooperativo de Extensão Rural e Crédito Supervisionado: Ministério da Agricultura, Ministério da Educação e Cultura; Serviço Social Rural; Confederação Rural Brasileira; Banco do Brasil S/A; American International Association – AIA; Escritório Técnico de Agricultura.

- b) Para com a diretoria do serviço
- c) Em relação à Administração do Serviço
- d) Para com as supervisoras
- e) Para com as Assessôras-Técnicas¹⁹⁷

O evento tinha objetivo de desenvolver um “bom” programa de Economia Doméstica, estudar o trabalho das Chefes e Assistentes-Técnicas e elaborar conclusões que servissem de normas básicas para orientar os Serviços de Extensão Rural e Crédito Supervisionado. A mais importante das metas do encontro era, justamente, estabelecer paradigmas para o trabalho, unificando-o em âmbito nacional e, sendo assim, suas conclusões se tornaram recomendações para as Filiadas¹⁹⁸. O encontro foi patrocinado conjuntamente pela ABCAR e ETA. A parceria não se explica apenas pela proximidade de ambas as entidades ao longo do período de atuação do Escritório, no caso da Economia Doméstica o ETA fora responsável por esse setor dentro do serviço de Extensão ao longo dos anos 1950, uma vez que a ABCAR só contaria com um setor especializado em Economia Doméstica a partir de 1960. Desta forma, o ETA operacionalizava atividades, como cursos e palestras e a ABCAR financiava, a exemplo da 1ª Reunião Nacional de Chefes de Economia Doméstica e Assistentes Técnicas.

A colaboração à ABCAR, no setor de Economia Doméstica, foi bastante intensa, até maio deste ano, quando esta Associação organizou o seu setor especializado neste campo. Até então, todas as atividades atinentes ao mesmo eram coordenadas e executadas pela Divisão do ETA, que passou a colaborar com a ABCAR em suas atividades de economia doméstica, sempre que solicitado¹⁹⁹.

¹⁹⁷ ABCAR. *I Reunião Nacional de Chefes e Assistentes Técnicas de Economia Doméstica*, 13 a 16 de janeiro de 1959. Rio de Janeiro, 1962, p. 9.

¹⁹⁸ Neste ano as Filiadas à ABCAR eram a Associação de Crédito e Assistência Rural de Minas Gerais (ACAR-MG), a Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural (ANCAR) - contava com programas estaduais no Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Bahia -, a Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural (ASCAR-RS), Associação de Crédito e Assistência Rural do Espírito Santo (ACARES) Serviço de Extensão do Paraná - ETA - Projeto 15, Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado do Rio de Janeiro (ACAR-RJ) e Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Goiás (ACAR-Goiás)

Idem, Ibidem, contracapa.

¹⁹⁹ CÂNFORA, Elza. “O E.T.A. e a Economia Doméstica no Brasil”. In: BRASIL, Sistema de Informação Agrícola. *Encontro de Economia Doméstica*. Série Documentária nº 13. Rio de Janeiro: SIA, 1961, p. 85.

O documento nos faz saber sobre a hierarquia das economistas domésticas dentro da instituição.

Quadro 1 - Hierarquia para Economia Doméstica em Extensão Rural (1959)

DIRETORIA
Chefe
Supervisora
Assessora Técnica

Dentre as atribuições consideradas necessárias às Chefes e Assistentes Técnicas para com o Serviço estava a promoção, junto ao pessoal técnico, da filosofia e objetivos do trabalho, coordenando-o e planejando-o, além de selecionar pessoal e participar dos estudos que elegiam as novas áreas onde seriam abertos novos escritórios. A elas também cabia a orientação sobre utilização do material técnico, elaborar o orçamento anual da organização, referente ao Programa de Economia Doméstica e participar das atividades ligadas a recursos humanos²⁰⁰. Em relação à diretoria, deveriam mantê-la informada sobre o andamento do trabalho e submeter seus planos de trabalho.

Enaltecendo a atuação da Chefe, o documento aponta as características necessárias ao exercício do cargo, tais como: responsabilidade, inteligência, iniciativa, compreensão, idealismo, maturidade, sociabilidade e senso de direção. “Além destas características, são de suma importância a boa saúde e boa aparência”²⁰¹. Nota-se uma **exigência estética** que não se colocou para agrônomos e veterinários em documentos de temática parecida analisados neste trabalho, como os anais da *III Reunião de*

²⁰⁰ *Idem, Ibidem*, pp. 12-13.

²⁰¹ *Idem, Ibidem*, p. 16.

treinamento. As características profissionais exigidas eram os conhecimentos técnicos na área, básicos em Ciências Sociais e Educação e capacidade de liderança²⁰².

Diante da ausência de um conceito firmado de Economia Doméstica no país por ocasião do Encontro, o mesmo documento prescrevia o tipo de atuação esperada das Chefes e Assistentes frente à própria instituição, ao público e como representante da categoria profissional. A principal preocupação à década de 1950 era a divulgação dos resultados do trabalho em Extensão e da profissão, trazendo atributos como “compreensão” e “fé”²⁰³. Dentro desta perspectiva a ESCD atuava como a maior parceira do Extensionismo e era recomendada para as extensionistas que não haviam cursado uma faculdade. Sobre as recomendações a elas como representantes da categoria profissional colocavam-se:

1. Despertar o interesse das autoridades e demais pessoas pela profissão de Economia Doméstica
2. Promover reuniões regionais de Economia Doméstica
3. Tomar parte e cooperar em congressos de Economia Doméstica
4. Incentivar um maior número de moças a ingressar na Escola Superior de Economia Doméstica
5. Manter contato com todas as escolas que ensinam a matéria
6. Procurar manter-se profissionalmente atualizadas²⁰⁴

Nestes primeiros anos, o alcance da profissão e, principalmente, da graduação era pequeno e as extensionistas que atuavam como economistas domésticas provinham de escolas Normais²⁰⁵, do Colegial, dos cursos de Extensão e faziam o treinamento Pré-serviço para obter um ensinamento técnico que viabilizaria sua atuação junto à Extensão Rural. A ESCD teria papel decisivo na formação destas técnicas, tornando-se

²⁰² *Idem, Ibidem*, p. 16.

²⁰³ *Idem*, pp. 19-20.

²⁰⁴ *Idem*, p. 20.

²⁰⁵ Estas escolas eram fundamentalmente femininas e tinham como característica básica um maior pendor para humanidades, enquanto estabeleciam um rígido controle dos comportamentos das alunas, ancorado em premissas sobre o que deveriam ser atitudes tidas como femininas. Em regimes de internato, estes elementos morais e religiosos se impunham na proximidade com as mães/irmãs. A outra opção comum para este nível de ensino era o chamado “científico”, entretanto era mais comumente frequentado por rapazes.

especialista em cursos de Extensão Rural e oferecendo também os cursos Pré-serviço. A ABCAR e o ETA, de sua parte, incentivavam as extensionistas a fazerem sua formação naquela universidade – afinada com os preceitos do Extensionismo – oferecendo bolsas de estudos na Escola. A UREMG se especializou em oferecer cursos de extensão e posteriormente, em cursos Pré-serviço.

Em face da realidade nacional, que é de carência de escolas especializadas na formação de Técnicas em economia Doméstica, o desenvolvimento profissional dos elementos ligados aos Serviços de Extensão Rural e Crédito Supervisionado se reveste de real importância.

Para solucionar ou amenizar esta situação, que vem dificultando profundamente o desenvolvimento do trabalho, é de suma importância que tracemos diretrizes, visando à melhoria do nível técnico do pessoal encarregado da Economia Doméstica nesses Serviços²⁰⁶.

Uma das soluções a este problema seria recrutar candidatas providas de instituições variadas. Para além das Escolas de Economia Doméstica de nível técnico e superior, deveria ser feito o recrutamento junto a Escolas de Serviço Social, de Nutrição, de Visitadores de Alimentação do SAPS²⁰⁷, escolas de Visitadoras Sanitárias, escolas normais e normais rurais.

O documento resultante deste primeiro encontro, elaborado pelas Supervisoras regionais, serviria de base para os próximos anos de atuação do setor nos trabalhos de Extensão Rural. As detalhadas diretrizes para as responsáveis pelo setor de Economia Doméstica nos Serviços sobre recrutamento e seleção de candidatas deixam clara a moral religiosa neles embutida, uma vez que a seleção poderia (e deveria) ser feita em parceria com autoridades religiosas²⁰⁸, e levava em conta como “qualidades desejáveis”

²⁰⁶ *Idem*, p.25.

²⁰⁷ O Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS) existiu entre 1940 e 1960 e fez parte de uma iniciativa de combate à fome no Brasil através do fornecimento de alimentação barata, via restaurantes populares, e de criar na classe trabalhadora uma mudança de hábitos por meio da conscientização sobre a necessidade de uma alimentação rica em nutrientes. Ancorava suas atividades no trabalho de visitadoras de saúde e dietistas, tratando-se de um projeto nacional de orientação alimentar para as camadas populares. EVANGELISTA, Ana Maria. “O Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS): trabalhadores e políticas públicas de Alimentação”. In: *Anais do XIV Encontro Regional da ANPUH-Rio*. Rio de Janeiro: 2010.

²⁰⁸ *Idem*, p.27.

as convicções religiosas e filosóficas das candidatas. Sobre o pessoal técnico também recaíam estas exigências religiosas e, para isso, dados das candidatas que incluíam a religião eram encaminhados às Supervisoras regionais e locais antes de sua contratação. A quantidade de **requisitos morais** era, inclusive, maior do que os “intelectuais”.

Quadro 2 - Qualidades desejáveis para uma Supervisora em Extensão Rural (1959)

Qualidades desejáveis a uma Supervisora
Quanto ao aspecto moral
Senso de responsabilidade
Equilíbrio emocional
Lealdade
Honestidade
Senso de autocrítica
Sentido altruístico
Idealismo
Convicções religiosas e filosóficas
Fé nos resultados de um trabalho educativo
Capacidade de adaptação
Quanto ao aspecto intelectual
Nível de inteligência normal
Mente aberta
Desejo de aperfeiçoamento
Um mínimo de conhecimentos no campo social, pedagógico e doméstico
Quanto ao aspecto físico
Boa saúde física e mental
Boa aparência pessoal
Isenção de defeitos físicos que limitam a capacidade de exercer função

Fonte: ABCAR. *I Reunião Nacional de Chefes e Assistentes Técnicas de Economia Doméstica*. Rio de Janeiro: 1959, p.28.

Primeiramente, entre os inúmeros requisitos “morais”, destaca-se o “equilíbrio emocional” e o “sentido altruístico” como projeções de atributos tidos como femininos, seja pela sua negação ou reafirmação. Além disso, as “convicções religiosas e filosóficas” eram consideradas essenciais às extensionistas desde sua formação, até a atuação profissional. “Religiosas” não precisaria estar no plural, uma vez que se refere a uma religiosidade específica, a cristã, notadamente o catolicismo, parceiro dos trabalhos

extensionistas no país. As exigências intelectuais eram pequenas e se resumiam em “conhecimentos mínimos” e “vontade de aprender”. Entretanto, o que chama mais atenção é o aspecto físico e a exigência estética por “boa aparência”. Mais do que ser intelectualmente aptas, as supervisoras deveriam atender aos padrões de beleza vigentes à época, em uma clara objetificação da figura feminina que se coadunava com a desvalorização dos seus aspectos profissionais/técnicos.

A entidade mais próxima era a Igreja Católica, como ilustra a contratação de um padre para compor o quadro de professores da ESCD quando de sua fundação. Uma vez que iriam sair de casa e estudar em um prédio a poucos metros do alojamento de jovens Agrônomos e Veterinários em formação, o Padre Mendes viria para moralizar essa relação e o curso em si²⁰⁹.

Depois deste rigoroso processo seletivo, a capacitação para o trabalho adviria de um treinamento realizado nos Centros Regionais de Treinamento²¹⁰ da ABCAR, em formato de estágio com duração mínima de quatro semanas.

As recomendações finais do documento expressam, além das já citadas metodologias de trabalho e recrutamento, uma preocupação com a formação de pessoal através de material bibliográfico, intercâmbio entre as Filiadas sobre procedimentos técnicos e acesso a documentação sobre o tema produzida fora do país.

O quadro abaixo foi elaborado com o intuito de mapear as participantes da Reunião, suas instituições de procedência e tentar levantar dados biográficos que possibilitasse a compreensão de suas origens sociais, formação e ligação com agências nacionais, internacionais e entidades de classe. Entretanto, embora fossem agentes

²⁰⁹ Embora fosse personalidade da sociedade mineira em 1950, Padre Mendes tinha era diplomado em Direito, tendo feito especialização em Educação somente entre os anos de 1972 e 1973. Informações disponíveis em <http://www.personagens.ufv.br/?area=antonioMendes>

²¹⁰ Em 1959 a ABCAR contava com três centros de treinamento, são eles: Centro de Ensaio e Treinamento – Ipanema – São Paulo; Centro de Ensino de Extensão – Viçosa – Minas Gerais e Centro de Treinamento para o Nordeste – Pernambuco.

importantes em âmbito nacional e/ou nos Serviços estaduais, o levantamento de suas trajetórias não foi possível. Os raros dados biográficos encontrados sobre elas estão ligados à sua atuação como extensionistas. Já as representantes de instituições internacionais, contam com mais informações de sua atuação profissional disponíveis na internet, em virtude da visibilidade destas agências e sua difusão pelo mundo.

Quadro 3 - Participantes da I Reunião Nacional de Chefes e Assistentes Técnicas de Economia Doméstica (1959)

PARTICIPANTES DA REUNIÃO		
NOME	INSTITUIÇÃO	BIOGRAFIA
Lilian Fernandes Coordenadora Geral	Assessora Técnica AIA-ABCAR	
Amaury H. da Silveira Secretário Administrativo	Especialista da Divisão de Treinamento da ABCAR	
Elza Cãnfora	Assessora da Divisão de Economia Doméstica ETA-ABCAR	
Aleta McDowell	Assessora da Divisão de Economia Doméstica ETA-ABCAR	Norte-americana, iniciou a carreira na Holanda como professora escolar, chegou ao Brasil em 1952 com o cargo de Economista Doméstica da AIA, em seguida se tornou economista doméstica chefe do Ponto IV no Brasil. Foi empregada pela FAO para conduzir estudos sobre Economia Doméstica na Argentina. Supervisionou o programa norte-americano “Food for Peace” para distribuição de alimentos nas escolas brasileiras. Publicou em 1966, pela Record, o livro “Alimentos: seleção e preparo”. Em 1969 se aposentou e voltou aos EUA. ²¹¹
Lydia O’Farrill Salles	Assessora Técnica ETA-ABCAR	
Willie Vermillion	Assessora Técnica ETA-ABCAR-ACARESC	Nasceu em 1928, no Texas. Permaneceu no Brasil durante 17 meses, entre 1958 e 1959, a serviço do ETA, trabalhando em Extensão Rural nos Estados de Santa Catarina e Rio grande do Sul. Morreu em maio de 1959 viajando pelo interior de Santa Catarina a serviço da ACARESC ²¹² .
Patsy Graves	Assessora Técnica do ETA-PROJETO 15- Paraná	Americana, nascida em 1933, foi economista doméstica chefe dos Estados Unidos no Brasil
GRUPO DE TRABALHO I		
Diva Resende Coordenadora	Chefe do Departamento de Economia Doméstica ACARES	
Carmen Haman	Chefe da Divisão de Economia Doméstica ACARESC	Nair Carmen de Oliveira Hamann trabalho no “Proyecto NutricION INAN” do Banco Mundial, posteriormente foi

²¹¹ **Fonte:** Jornal Southeast Missourian, 29 de agosto de 1984. Disponível em <https://news.google.com/newspapers?nid=1893&dat=19840829&id=X1ofAAAIBAJ&sjid=ytgEAAAAIBAJ&pg=3266,5393295&hl=pt-BR>

²¹² **Fonte:** Correio da Manhã, 24 de maio de 1959, p. 9. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=089842_06&pagfis=106196&pesq=&url=http://memoria.bn.br/docreader#

		servidora da EMBRATER, técnica em Nutrição do Ministério da Agricultura, e continuou a prestar serviços ao Banco Mundial durante toda a década de 1980 ²¹³ , motivo pelo qual esteve cedida como especialista em Nutrição no Departamento de Agricultura e Desenvolvimento do Banco Mundial, em Washington.
Dagmar Mussi	Divisão de Economia Doméstica ETA-Projeto 15	
Maria Maura Janja Façanha	Assistente Técnica ANCAR-RN	
GRUPO DE TRABALHO II		
Odete Castelo Branco Coordenadora	Assistente Técnica ANCAR-BA	
Guilhermina Petzhold	Chefe da Divisão de Economia Doméstica ASCAR	
Irma Moreira Westing	Chefe do Departamento de Economia Doméstica ACAR	
Judite de Mata Ribeiro	Assistente Técnica da ANCAR	
GRUPO DE TRABALHO III		
Maria de Lourdes Palmer Coordenadora	Assistente Técnica da ANCAR-CE	
Neuza C. Macedo	Chefe de Economia Doméstica ETA-SEAC	
Osminda Pereira	Divisão de Economia Doméstica ETA-Projeto 15	
Edith Bezerra de Oliveira	Assistente Técnica da ANCAR-PB	
PARTICIPAM COMO OBSERVADORES		
Gloria Cânfora		
Ecilda Cesconetto	SIA ²¹⁴ -Ministério da Agricultura	Responsável pelo setor de Economia Doméstica do SIA, fez curso de supervisora Doméstica na UREMG, trabalhou na ACAR-MG, na Missão Rural de Itaperuna, participou como economista doméstica nas Semanas Ruralistas e em Cursos de Treinamento de Dirigentes de

²¹³ **Fontes:** Diário Oficial da União, 12 de junho de 1987. Disponível em <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/3525763/pg-4-secao-2-diario-oficial-da-uniao-dou-de-12-06-1987> <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/3224803/pg-7-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-17-04-1980> <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/3525763/pg-4-secao-2-diario-oficial-da-uniao-dou-de-12-06-1987>

²¹⁴ O Serviço de Informação Agrícola, criado em 1940, foi uma agência responsável pela coordenação de práticas educativas voltadas ao meio rural. Responsabilizou-se também por pelo controle e divulgação de toda documentação produzida pelo Ministério da Agricultura, pela divulgação e organização das Semanas Ruralistas, dos Clubes Agrícolas e das propagandas veiculadas via imprensa e rádios rurais. Publicou entre 1947 e 1960 o jornal Informação Agrícola, semestralmente, divulgando as iniciativas do órgão. Mendonça esclarece a ligação dessa agência com os interesses patronais colocados na Pasta da Agricultura, uma vez que seu diretor, José Anastácio Vieira, foi também diretor da Sociedade Nacional de Agricultura por quase duas décadas. Mendonça, S. R. Estado, *Educação Rural e influência Norte-Americana no Brasil (1930-1961)*. Niterói: Editora da UFF, 2004, p.58.

		Clubes Agrícolas Escolares realizados pelo SIA ²¹⁵ . Foi excluída dos quadros do MA em 1973 ²¹⁶ .
Luzia Alves Cardoso	ETA-SAI	

Ao longo da década de 1950 a ABCAR, através de suas publicações, mostrava-se preocupada com sua inserção – mediante a inclusão de uma disciplina de Extensão Rural no currículo básico - junto às Universidades que ministravam cursos de Agronomia, Economia Doméstica e Veterinária.²¹⁷

Com base no estudo prévio dos problemas de formação e carência dos profissionais de nível superior para o trabalho no meio rural, promoveu-se: (...)

b) Concessão de bolsas de estudo a 54 alunas de economia doméstica (nível superior), dentre as quais 77% da mão-de-obra dessa categoria profissional que se achava engajada no Sistema de Extensão, em 31 de dezembro de 1965, data em que 19 bolsistas da ABCAR ainda não haviam concluído o curso. Merece destaque, ainda, a contribuição da ABCAR a este ramo de ensino superior, novo no Brasil, tendo quatro de suas bolsistas passado a exercer o magistério nas escolas da Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (Viçosa, MG) e da Universidade Rural do Sul (Pelotas, RS).

c) Concessão de 20 bolsas de estudo para o curso de Administração do Lar (um ano de duração), com permanência de 12, dentre as profissionais beneficiárias, nos quatro Sistemas de Extensão, em 31 de dezembro de 1965.

d) Articulação com as universidades rurais e escolas de agronomia, veterinária e economia doméstica, da qual resultaram contribuições positivas para: 1) inclusão, nos currículos, do ensino regular de Extensão Rural – cedendo-se até pessoal técnico para sua implantação em algumas escolas – o que ocorreu nas quatro universidades rurais, em 60% das escolas de agronomia, em 25% das de veterinária e nas duas de economia doméstica (Viçosa e Pelotas); 2) implantação de atividades de Extensão nas escolas, associadas ao ensino e à pesquisa, em cooperação com o sistema ABCAR.²¹⁸

Fruto de disputa entre as Pastas da Educação e da Agricultura, a educação rural também fora objeto de campanha promovida pelo então Ministério da Educação e

²¹⁵ Cesconetto, Ecilda. *Economia Doméstica*. Rio de Janeiro: SAI, 1958. Série Clubes Agrícolas nº20, p. 7.

²¹⁶ Fonte: *Diário Oficial da União*, 31 de maio de 1973. Disponível em <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=186206&norma=201917>

²¹⁷ ABCAR. *Extensão Rural e Crédito Supervisionado*. Rio de Janeiro, 1958, p.45.

²¹⁸ ABCAR, *op. cit.*, 1968, p. 72, grifos meus. As quatro universidades mencionadas no documento são a Universidade do Ceará, a Universidade de Cruz das Almas, na Bahia; Universidade de Pelotas, no Rio Grande do Sul e a Universidade Rural do Estado de Minas Gerais.

Saúde²¹⁹, através da Campanha Nacional de Educação Rural, idealizada no Seminário Interamericano de Educação de Adultos de 1949, que iniciou suas missões em 1952, legitimada pelo discurso do subdesenvolvimento e distância que, supostamente, separaria os trabalhadores rurais e urbanos graças ao “surto de desenvolvimento” do Brasil à década de 1950. Nestas Missões rurais eram ministrados cursos intensivos de economia doméstica, dentre outros, denotando, pelo menos neste aspecto, um afinamento ao discurso oficial emanado pelo Estado Restrito acerca dos “problemas” da família rural.²²⁰

Ao longo da década de 1950 a Extensão Rural sofreria de carência na composição de seus quadros em razão da necessidade profissionais para a chamada área econômica dotados de formação em nível superior, geralmente agrônomos ou veterinários. O provimento de cargos das economistas domésticas não era tão problemático, pois eram aceitas mulheres com formação “secundária” – após o já mencionado “curso Pré-Serviço”. A tarefa seguinte da ABCAR seria estimular a formação dessa nova categoria profissional em nível superior, em articulação com as Universidades Rurais.

Neste período, a ABCAR também voltara suas atividades para a juventude rural, difundindo Clubes 4-S (Saber, Sentir, Servir, Saúde), inspirados nos Clubes 4H (head, heart, health, hands) estadunidenses, criados como espaço de lazer e educação complementar²²¹. Uma vez membros dos clubes, as crianças e jovens tornavam-se clubistas, recebiam aulas eminentemente práticas e desenvolviam projetos a partir dos ensinamentos – divididos por áreas – que competiam entre si por premiações oferecidas

²¹⁹ O Ministério da Educação e Saúde somente se tornaria Ministério da Educação e Cultura (MEC) pela lei FEDERAL n.º 1.920, de 25 de julho de 1953.

²²⁰ Ministério da Educação e Cultura. *Campanha Nacional de Educação Rural*. Rio de Janeiro, 1954.

²²¹ OLIVEIRA, Pedro Cassiano Farias de. *Extensão rural e interesses patronais no Brasil: uma análise da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural – ABCAR (1948-1974)*. Dissertação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013, p. 84.

aos clubes, com patrocínio de seus “parceiros”. Mesmo nos clubes, as atividades já eram **direcionadas por gênero separadamente**, ainda que essa divisão não fosse rígida. Aos meninos ensinavam-se técnicas de cultivo e às meninas economia doméstica. Em 1965, enquanto eles desenvolveram, junto à ANCARPE²²², o projeto Milho Híbrido, a elas coube o de Economia Doméstica o qual, não por coincidência, foi patrocinado pela empresa Fleishmann Royal Ltda²²³.

A proposição de que as mulheres do campo anteciparam a dupla jornada de trabalho verificada nas cidades com a expansão do capitalismo no Brasil, na segunda metade do século XX, pode ser inferida dos currículos e manuais dos diversos cursos de treinamento oferecidos, fossem de nível “secundário” (Pré-Serviço) ou superior. Tendo em seu currículo básico as disciplinas a) Extensão; b) Metodologia de Trabalho em Extensão; c) Programa de Extensão Rural, d) Dinâmica de Trabalho em Extensão; e) Informação e Auxílios Áudio Visuais; f) Crédito Rural e Administração da Empresa e do Lar Rural²²⁴, ficava clara a garantia da assunção das tarefas de **cuidados**, enquanto não deixavam de ser, simultaneamente, produtoras.

No caso das economistas domésticas, que constituem a metade dos treinandos e provêm, em maior número, das Escolas Normais ou de Serviço Social - não trazendo, portanto, da sua formação curricular, conhecimento de matérias técnicas essenciais ao trabalho de Extensão – tem-se feito anteceder o ao curso pré-serviço um treinamento tecnológico sobre temas de alimentação, saúde e higiene, vestuário e melhoramento do lar, com cerca de 240 horas de aulas teóricas e práticas.²²⁵

Em alguns casos, quando as candidatas ao Serviço de Extensão Rural não tinham experiência na área, ainda era oferecido um treinamento anterior aos cursos pré-serviço. Já neste contato inicial com a Extensão, as candidatas a extensionistas eram recebidas com cartilhas informativas sobre o caráter das atividades a serem desempenhadas junto

²²² Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural de Pernambuco.

²²³ Revista *Extensão Rural*. Rio de Janeiro: ABCAR, jan. 1966, p.16.

²²⁴ ABCAR. *III Reunião de Treinamento, 15 a 16 de Outubro de 1962*. Rio de Janeiro, 1962, pp. 9-14.

²²⁵ ABCAR, *op. cit.*, p. 67.

aos lares rurais as quais instruíam sobre a importância da mulher em sua efetivação e, conseqüentemente, no “bem-estar” das famílias rurais.

Já o CETREINO realizou este ano de 17 de janeiro a 5 do corrente, um treinamento Tecnológico de Economia Doméstica, para 44 candidatas aos Serviços de Extensão Rural do Nordeste, como forma de preparo que antecede os XV e XVI Cursos Pré-Serviço de Extensão Rural, que estão sendo iniciados agora, no dia 17. Os conhecimentos adquiridos pelas candidatas, na maioria professoras, sobre problemas de economia doméstica dão-lhes condições para uma participação mais proveitosa no Curso de extensão.

A economia doméstica ensina a arte de bem-viver, fornecendo os meios de assegurar o bem-estar da família rural – disse a economista doméstica Inês Carneiro, da ANCARPE, na aula inaugural do curso, falando sobre os objetivos deste setor nas atividades extensionistas.

Lembrou que o lar é o centro das atividades da família e as responsabilidades da família e as responsabilidades da dona-de-casa no cuidado dos filhos, da alimentação, vestuário, saúde e outras questões. Daí as matérias tratadas no treinamento: horticultura, alimentação da família, melhoramento do lar, saúde e higiene, vestuário²²⁶.

Já às economistas domésticas de **formação superior**, os cursos ministrados em parceria com técnicos do ETA e da ABCAR, tinham como currículo básico nos cursos pré-serviço:

A – Alimentação

1. Produção de Alimentos.
 - 1.1 Hortas domésticas;
 - 1.2 Criação de aves;
 - 1.3 Pomar doméstico;
 - 1.4 Criação de pequenos animais.
2. Alimentação e Preparo de Alimentos.
 - 2.1 Importância da alimentação;
 - 2.2 Funções dos alimentos nos organismos;
 - 2.3 Grupos de alimentos.
 - a) Proteínas – Fontes e funções no organismo;
- Princípios e técnicas de cocção.
 - b) Hidratos de Carbono – Fontes e funções no organismo.
- Princípios e técnicas de cocção.
 - c) Gorduras – Fontes e Funções no organismo.
- O emprego das gorduras na alimentação.
 - d) Vitaminas e Sais Minerais – Fontes e funções no organismo.
- Princípio de preparação de vegetais e frutas.
 - 2.4 Planejamento e preparo de refeições;
 - 2.5 Seleção e compra de alimentos;
 - 2.6 Uso de equipamentos de cozinha e cuidados que devem ser a eles dispensados.

²²⁶ Revista *Extensão Rural*. Rio de Janeiro: ABCAR, fev. 1966, p.14.

3. Conservação de alimentos.
 - 3.1 Processo de conservação;
 - 3.2 Processo de armazenagem;
 - 3.3 Fabricação de queijo e manteiga.

B – Habitação e Melhoramentos do Lar.

1. Funções primárias da habitação;
2. Planejamento da habitação rural;
3. Estudo das dependências da casa – cozinha, quarto, sala, etc.
4. Conservação dos bens móveis da família.
 - 4.1 mobiliário;
 - 4.2 equipamentos;
 - 4.3 utensílios
5. Prática de melhoramentos da habitação.
6. Prática de melhoramentos do lar.
7. Fontes de abastecimento de água

C – Higiene e Saúde.

1. Cuidados com a criança
 - 1.1 Primeiros cuidados com o recém-nascido;
 - 1.2 Horário e regimes alimentares do bebê;
 - 1.3 Formação de hábitos sadios;
 - 1.4 O vestuário do bebê;
 - 1.5 Vacinação.
2. Primeiros Socorros.
 - 2.1 Curativos Simples;
 - 2.2 Queimaduras, hemorragias, envenenamentos, etc.
 - 2.3 Pequena farmácia doméstica.
3. Higiene da Habitação
 - 3.1 Higiene e saneamento da casa e arredores;
 - 3.2 Controle dos insetos e roedores;
 - 3.3 Usos da água – tratamento para abastecimento;
 - 3.4 Construção da fossa.
4. Noções de endemias rurais.

D – Vestuário.

1. O equipamento de costura;
2. Seleção de tecidos;
3. Corte e confecção de peças simples;
4. Conservação do vestuário.

Matéria Optativa: Artesanato²²⁷

Cabe ressaltar que os cursos acima mencionados se dirigiam às futuras profissionais em economia doméstica dentro do Serviço de Extensão Rural. Por isso mesmo seu currículo se refere aos saberes tidos como necessários, do ponto de vista dos dirigentes da ABCAR, a serem transmitidos às mulheres do campo.

²²⁷ *Idem, Ibidem*, pp. 16-17.

A partir do currículo, percebe-se fazer parte de sua “missão” incutir valores burgueses tais como a centralidade do núcleo familiar e do casamento estável uma vez que, dentre as exigências à concessão do Crédito Supervisionado, constava a necessidade do matrimônio para confirmar a boa reputação e confiabilidade do agricultor. O currículo das economistas esclarece sobre os demais valores direcionados às mulheres do campo. Primeiramente verifica-se a hipótese acerca do acúmulo de funções, uma vez que além dos trabalhos relativos ao interior das casas, ficavam responsáveis, segundo os ensinamentos prestados pelas extensionistas, pelo cultivo de hortas, pomares, criação de aves e pequenos animais, fabricação de queijo e manteiga, além do mais óbvio: o preparo dos alimentos e a criação dos filhos.

O segundo ponto que chama atenção nos currículos é o incentivo ao consumo de mercadorias, como ocorria no caso dos homens com relação às novas máquinas e insumos agrícolas que deveriam adquirir para tornarem-se “modernos”. Ora, ao serem disseminados saberes relativos a saneamento, nutrição e puericultura, de pronto emergia a necessidade de comprar filtros d’água, eletrodomésticos, remédios, pesticidas, rações para animais, tecidos e máquinas de costura. Não à toa, 86,4% dos escritórios locais com mais de sessenta meses de funcionamento, no período entre 1961-1965, contavam com máquinas de costura dentre seus equipamentos de trabalho.²²⁸

A dona de casa rural pode economizar em média 50% de tempo e energia, com a adoção de **práticas modernas na cozinha e no lar**, segundo comprovou o Serviço de Extensão Rural de Pernambuco (ANCARPE), através do seu projeto Melhoramento do Lar e Saúde.

Tais práticas são proporcionadas com o emprêgo do fogão com forno e sem fumaça e da pia com balcão, entre outras inovações, que as extensionistas domésticas estão difundindo com o fim de melhorar o aspecto geral da cozinha e tornar mais fácil o trabalho nos lares rurais²²⁹.

A ideia era a de que as famílias economizariam dinheiro com a fabricação própria de roupas, através da mão-de-obra gratuita das mulheres da casa, fossem elas

²²⁸ ABCAR, *op. cit.*, 1968, p.45.

²²⁹ Revista *Extensão Rural*. Rio de Janeiro: ABCAR, jan. 1966, p.9, grifos meus.

adultas ou adolescentes, como revelam os documentos da Economia Doméstica aplicada aos Clubes 4-S²³⁰.

O ano de 1960 foi marcado por uma série de eventos dentro da *1ª Semana Nacional da Agricultura* em comemoração ao centenário do Ministério da Agricultura, promovidos por suas agências. Não seria diferente com o setor de Economia Doméstica, que promoveu um “Encontro de Economia Doméstica” em julho daquele ano. Com uma semana de duração, o evento contou com palestras de lideranças do MA no setor e demais personalidades ligadas ao tema no meio rural. O principal documento publicado sobre o evento, em 1961, trouxe palestras sobre o andamento das Filiadas, a atuação de algumas agências (SEAV, ETA, ASCAR, ACAR, SIA, ACAR-RJ) e a importância do setor.

Em razão de ser uma iniciativa do Serviço de Informação Agrícola, o presidente da comissão executiva era o próprio diretor do Serviço, José A. Vieira, responsável pela abertura do evento, em palestra sobre “O relevante papel da Economia Doméstica”, enaltecendo a “ciência nova” como promotora do bem-estar econômico-social, em tom nacionalista. “A mulher brasileira prepara-se para ajudar a Pátria numa das obras mais úteis, mais indispensáveis e mais merecedoras de forte apoio dos governos e das entidades particulares”²³¹.

Sobre a mulher rural, o técnico da Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário, Roberval Cardoso diria “ela, que deveria apenas trabalhar nos misteres domésticos como a maioria de suas irmãs cidadinas, é, pela falta de braços e pelo inadiável de certas fainas da vida campestre, obrigada a dividir seu tempo útil, na casa e no campo”. Mas ressalta que “casa” se refere **também às dependências agropastoris a**

²³⁰ ABCAR. *Guia para projeto de Economia doméstica*. Divisão de Clubes 4-S. Belo Horizonte: s/d, p.2.

²³¹ BRASIL, Sistema de Informação Agrícola. Encontro de Economia Doméstica. Série Documentária nº 13. Rio de Janeiro: SIA, 1961, p.12.

ela anexas, horta, pomar, aviário, pocilga, apiário, etc²³². Compreendida como elemento central da racionalização da vida rural, deveria começar na infância seu contato com a Economia Doméstica. Senão as mulheres corriam o risco de migrar para as cidades e acabarem em prostíbulos.

Esta preparação deve se iniciar desde os primeiros anos da “escola rural” ou de modo informal, nos “clubes de amiguinhas do lar”, que bem podem anteceder aos “clubes de fazendeiros” e “cursos de extensão de economia rural doméstica”, companhias de bandeirantes rurais”, e outras modalidades educativas da adolescência da mulher adulta campesina

...

Para mais sentirmos a premente necessidade dessa divulgação de economia doméstica entre a juventude rural feminina, basta olhar o deplorável quadro das decaídas urbanas, oriundas em porcentagem esmagadora das zonas rurais, pois inabilitadas para trabalhos domésticos, ou artesanais, acabam se fixando nos prostíbulos para escapar à fome e de qualquer modo viver, visto que não dispõem de habilidades domésticas para se fixarem em empregos honestos²³³.

Seguindo a mesma linha de raciocínio de Cardoso, a representante máxima do setor junto ao SIA, Ecilda Cesconetto, apresentou a posição mais enfática sobre a necessidade de difusão destes saberes junto às mulheres do campo.

Exercendo funções idênticas às dos homens, nas artes, nas ciências e nas profissões liberais, a mulher foi aos poucos afastando-se do aconchego do lar, solicitada pelas novas condições sociais e nelas atuando já agora como elemento indispensável, do que resultaram reflexos nem sempre positivos para a família e, conseqüentemente, para a própria sociedade.

E por isso talvez, a grande soma dos problemas sociais tenham sua causa remota na condição da mulher, em parte desajustada, com a dissolução dos lares, a degredação dos seus membros, o abandono da juventude e outros males que todos conhecemos.

Na família, a mulher deve ser o centro de irradiação e o ponto para o qual convergem todos os problemas relacionados com o lar. Assistência permanente, educação religiosa, moral e cívica, o amor e respeito mútuo e o bem-estar da família são reflexos da presença e atuação da mulher dentro do lar²³⁴.

²³² Em toda a documentação do Sistema de Extensão Rural notamos um alargamento da noção de **doméstico**, que passou a incluir hortas, pomares, criação de animais e até indústrias caseiras voltadas para o mercado local.

²³³ CARDOSO, Roberval. “Valores da população, da família e da mulher rural”. BRASIL, Sistema de Informação Agrícola. *Encontro de Economia Doméstica*. Série Documentária nº 13. Rio de Janeiro: SIA, 1961, p.16.

²³⁴ CESCONETTO, Ecilda. “A Mulher na Direção do Lar”. *In*: BRASIL, Sistema de Informação Agrícola. *Encontro de Economia Doméstica*. Série Documentária nº 13. Rio de Janeiro: SIA, 1961, p.20.

A ideia transmitida para as mulheres participantes do encontro era a de que havia duas possibilidades de caminhos a serem seguidos pelas mulheres do campo: o lar ou a prostituição. E este pensamento trazia à luz a noção de que as mulheres, em geral, não estariam aptas às demais profissões, à vida pública. Mais do que isso, como responsáveis pelas famílias, sua saída para o trabalho, ameaçava a existência desta instituição fulcral.

Guilhermina Petzold, chefe do setor de Economia Doméstica da ASCAR, informou sobre a implantação Programa Cooperativo de Extensão Rural na Filiada desde 1955 a partir do Projeto 11 do ETA, tendo cooperação com o Banco Agrícola Mercantil S/A e com a empresa Standard Brands Of Brazil Inc²³⁵. Naquele ano, uma agente de extensão da Associação estava em treinamento nos Estado Unidos²³⁶.

Na fala de Pedrina T. Afonso, da ACAR-RJ, ela defendia uma aproximação discreta das economistas domésticas em relação às famílias para não desagradar o “chefe da casa, que sempre dá ordem para tudo, não tendo a espôsa o direito de resolver nada sem a permissão dele”. Ela também atribuía à ignorância das agricultoras em relação às modernas formas de viver, o desconforto dos lares rurais, afinal, eles estariam sob sua exclusiva responsabilidade.

Como sabemos, o maior desconforto dos lares rurais – quando se trata de famílias de nível médio – na maior das vezes é proveniente de falta de ambição por condições melhores de vida, falta esta derivada do desconhecimento total das coisas essenciais a uma vida mais agradável e saudável no lar, pelas senhoras dos agricultores. Essa ignorância, geralmente não é causada por desinterêsse ou falta de receptividade, mas sim porque desde cedo, levam uma vida muito isolada e, - quando não há quem as desperte para os problemas existentes, e guie para melhorar as condições do lar que, comumente são precaríssimas – julgam que tudo está muito bom²³⁷.

²³⁵ Empresa norte americana fabricante de alimentos que tinha como acionista a Fleischmann e Royal.

²³⁶ PETZOLD, Guilhermina. “A Economia Doméstica tem extensão no Estado do rio Grande do Sul”. In: BRASIL, Sistema de Informação Agrícola. *Encontro de Economia Doméstica*. Série Documentária nº 13. Rio de Janeiro: SIA, 1961, p.16.

²³⁷ AFONSO, Pedrina. “A Economia Doméstica em Extensão no estado do rio de Janeiro”. In: BRASIL, Sistema de Informação Agrícola. *Encontro de Economia Doméstica*. Série Documentária nº 13. Rio de Janeiro: SIA, 1961

A presença da diretora da Escola Superior de Ciências Domésticas, Maria das Dores Ferreira remete à “fé” na ciência presente no curso, “um curso em que as atividades domésticas fôssem vistas, estudadas, explicadas e orientadas sob a inspiração da Ciência”²³⁸. “Ora, num setor como o da nutrição, quem poderá opor-se à aplicação da ciência, quando, para os animais, já se aplicam?”. Reforçou o aspecto da inserção das mulheres do campo no consumo, já levantado neste trabalho, evocando a decoração como aspecto que a mulher moderna não pode ignorar. Em um discurso contraditório, valorizava a ciência, mas informava sobre a necessidade do aprendizado do “bom gosto”. Igualmente caminhou no sentido de identificar o “desastre na família” que significaria a saída da mulher do lar ao longo do século XX, problema a ser resolvido pelos ensinamentos da Economia Doméstica, preservando a mulher no “seu santuário”.

A perspectiva oficial da ABCAR pode ser ainda percebida através da intervenção da Coordenadora Técnica de Economia Doméstica da agência que se baseou nas premissas fundantes do Extensionismo, quer dizer, que a população rural vivia em más condições por ser ignorante e precisar ser iluminada pelo Conhecimento. Na Economia Doméstica em Extensão, tudo se daria da mesma maneira. O trabalho dividir-se-ia, então em dois aspectos. De um lado a “fazenda”, centrada nas atividades do agricultor e, de outro a família, centro de atividade da esposa.

A produção da propriedade, por deficiência de planejamento racional, nem sempre supre as necessidades alimentares da família. A falta de conhecimento do valor nutritivo dos vários alimentos e o baixo poder aquisitivo fazem com que a família se conforme com regimes alimentares de baixo teor proteico e com carência de toda espécie. A dona de casa desconhece processos que permitam melhor aproveitamento do valor nutritivo dos alimentos que prepara; e o excesso da produção, não canalizado para o comércio, não pode ser guardado para outras estações, porque são igualmente desconhecidas as técnicas de conservação de alimentos.

²³⁸ FERREIRA, Maria das Dores. “A Escola Superior de Ciências Domésticas da Universidade Rural de Minas Gerais”. In: BRASIL, Sistema de Informação Agrícola. *Encontro de Economia Doméstica*. Série Documentária nº 13. Rio de Janeiro: SIA, 1961, p. 59.

Todos esses fatores contribuem para o quadro que se nos depara agora – a família rural brasileira desnutrida e sujeita a inúmeras doenças, que minam a saúde e a capacidade de produção²³⁹.

Em toda a publicação emergem dois conceitos que seriam essenciais na compreensão do funcionamento do Sistema ABCAR ao longo da década que se iniciava: **Clubes** e **Líderes**, fundamentais para se entender a metodologia extensionista nos anos 1960. Os Clubes eram grupos de pessoas unidas por afinidades (estipuladas segundo os preceitos da ABCAR) com o intuito de ampliar o alcance dos trabalhos, eram espaços de promoção de ensinamentos e sociabilidades, tais como os Clubes de mulheres e moças, de jovens, clubes 4-S. Quanto aos líderes, seriam agricultores que, identificados pelos agentes da Extensão como referências locais, seriam integrados às práticas para garantir os ensinamentos e sua aceitação pela comunidade, desempenhando papel fundamental nos diversos Clubes. Ou seja, se o extensionista era o intermediário entre o Saber e o agricultor, o líder seria o mediador entre o extensionista e o produtor. Seu lema era “ajudar as famílias a ajudarem-se a si mesmas”.

As economistas domésticas criariam, então, metodologias de identificação de mulheres líderes através de perguntas sociométricas como

Alimentação

- Quem você indicaria para participar de um treinamento sobre o preparo de alimentos para depois orientar o grupo?
- Quem você indicaria para ser treinada a fim de transmitir ao grupo ensinamentos sobre horta?
- Se você tivesse que preparar um almôço de festa, a qual das suas conhecidas pediria opinião?
- Se você fosse fazer uma horta, qual das suas conhecidas chamaria para lhe dar orientação?
- Quem, entre as suas conhecidas, gostaria que lhe ensinasse a criar aves?

Habitação e Melhoramentos do Lar

- No caso de você querer organizar ou arrumar a sala de sua casa, com qual das senhoras ou moças da localidade conversaria para pedir opinião?
- Com quem entre as suas vizinhas gostaria de tomar opinião para melhorar a sua cozinha?

²³⁹ KÜMMEL, Oclia. “Economia Doméstica em extensão Rural”. In: BRASIL, Sistema de Informação Agrícola. *Encontro de Economia Doméstica*. Série Documentária nº 13. Rio de Janeiro: SIA, 1961, p. 77.

- Entre os membros do Grupo, quem você indicaria para receber treinamento e ajudar o grupo a trabalhar para melhor abastecimento e tratamento da água?

Higiene e Saúde

- Se seu filho ficasse doente, a qual das suas conhecidas você recorreria para ajudar a cuidar d'ele?

- Quem você indicaria para participar de um cursinho de primeiros socorros²⁴⁰?

A Economia Doméstica nos Clubes 4-S

A ABCAR fornecia diretrizes para o trabalho da Economia Doméstica nos Clubes através de boletins técnicos que estabeleciam o cronograma de atividades a serem desenvolvidas, bem como de manuais direcionados aos sócios. Os clubes de Economia Doméstica costumavam ser integrados somente por sócias, enquanto os de jovens eram majoritariamente compostos por meninos, contando com algumas meninas.

Cada membro do terceiro ano de projeto de Economia Doméstica do 4-S deverá fazer trabalho sobre:

VESTUÁRIO

NUTRIÇÃO

SAÚDE

SANEAMENTO

Em vestuário deverá

1. Fazer uma combinação para o seu uso
2. Uma calça para o seu uso
3. Um pano higiênico
4. Lavar roupa pessoal e adquirir o equipamento

Em preparo de alimentos

1. Aprender a fazer um mingau
2. Aprender a fazer pão de milho
3. Assistir aula sobre planejamento de refeição
4. Preparar cardápio para 1ª refeição (café da manhã)

Saúde e Saneamento

1. Tomar parte de aulas práticas sobre “Saúde e Higiene pessoal”
 - aprender a fazer sabonete
 - aprender a fazer desodorante
 - aprender a cuidar das mãos
 - aprender a cuidar das unhas
 - aprender a cuidar dos dentes

Em puericultura

1. Aprender a dar banho no bebê

Cada membro deverá ainda:

- Tomar parte nas reuniões do clube
- Exibir pelo menos um trabalho feito

²⁴⁰ ABCAR. II Reunião Nacional de Economia Doméstica; Trabalho com Grupos de Adultos: Conclusões dos Grupos de Trabalho. Miguel Pereira, 22 a 27 de abril de 1963. Rio de Janeiro: 1963, p. 14.

- Fazer uma demonstração sobre qualquer atividade dentro do projeto de Economia Doméstica- 3º ano
- Aprender fazer julgamento
- E ainda fazer relatório do trabalho feito²⁴¹

Às sócias meninas, estes manuais dirigiam-se diretamente, incentivando o trabalho doméstico para si e para os membros da família.

O mesmo cuidado que você deve ter com seu corpo, mãos unhas e dentes, precisa ter com sua roupa de baixo. Isto não quer dizer que as roupas têm que ser caras, trabalhosas e com muito enfeite. Você pode fazer roupas baratas bem-feitas, e estar sempre com essas peças limpinhas e bem cuidadas por você mesma. Não é tão difícil assim andar bem cuidada; experimente e você poderá sentir como é agradável. Como sua mãe anda muito ocupada com tanto serviço em casa, você poderá fazer para suas irmãzinhas também²⁴².

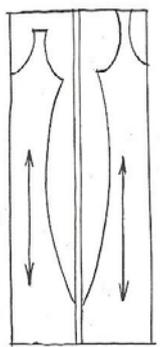
Abaixo estão algumas imagens que ilustravam estes manuais dirigidos aos jovens.

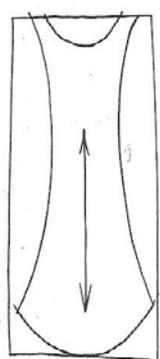
Uma observação importante

Se você e sua Líder ou Supervisora não acham bom este modelo, use outro mais adequado.

Como fazer sua combinação

1. Você vai fazer a combinação da fig. nº 1.
2. Alinhe juntando as partes.
3. Vista a combinação e acerte se preciso.
4. Passe as costuras à máquina terminando-as conforme o tipo que você escolheu. (Veja explicação na pag. 9).
5. Dê uns piques na cintura para ficar melhor.
6. Passe as costuras a ferro. Você deve passar todas as costuras à medida que for fazendo a combinação.
7. Termine o decote e a cava.
8. Faça a bainha.



Obs: Você poderá usar outro molde para Clube 4-S, existente no Escritório da ACAR.

Fonte: ABCAR. *Projeto de Economia Doméstica*. Serie T.4-S, nº 4. Rio de Janeiro: 1960, p. 12.

²⁴¹ ABCAR. *Projeto de Economia Doméstica 4-S*. 3ª divisão. Rio de Janeiro: 1960, pp. 5-6.

²⁴² *Idem*, p. 7.

Saúde e Saneamento



Tome seu banho

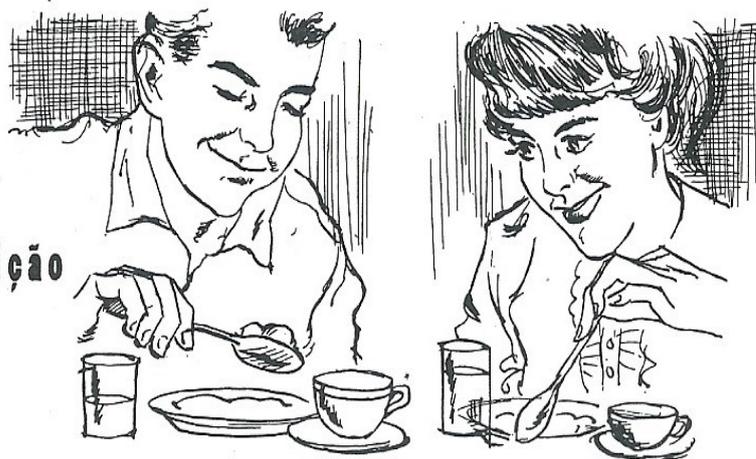
- a) Tomando banho diário. Você deve prestar atenção à limpeza do seu corpo, se quiser ficar certa de que sua companhia é agradável e para sentir-se bem. Para limpar seu corpo você precisa de banhos frequentes. A transpiração agarra na roupa, produzindo um cheiro desagradável. Para tomar um bom banho você deve usar bastante água e sabão, pois a transpiração (suor) é um pouco gordurosa e a água somente não limpará a pele.

Tipos de banho

1. Banho de asseio: É o tipo de banho mais usado à noite, antes de se deitar. Neste tipo deve-se dar especial atenção às partes do corpo que mais facilmente produzem mau cheiro.
2. Banho morno de corpo inteiro: Descansa e refresca tomado à noite.
3. Banho de chuveiro: Podemos tomá-lo frio ou morno, dependendo da hora do dia. O banho de chuveiro, frio, anima; recomenda-se que seja tomado pela manhã. O banho de chuveiro deve ser tomado diariamente, dando especial atenção às partes do corpo que podem produzir mau cheiro.

Fonte: ABCAR. *Projeto de Economia Doméstica*. Serie T.4-S, nº 4. Rio de Janeiro: 1960, p. 22.

Nutrição



Você já aprendeu muita coisa sobre Nutrição mas como "saber não ocupa lugar", vamos para a frente que há muito que aprender.

O que você come pela manhã quando se levanta ? Se você toma só café não está certo. É preciso mudar isso e "Progridir Sempre".

Quando você se levanta de manhã, seu estômago está completamente vazio de alimentos. Você passou 8 horas ou mais sem comer ! Essa "primeira refeição" é importante. Será que é difícil preparar uma boa "Primeira Refeição", sem muita despesa ? Claro que é fácil.

Você precisa de

Fruta

Leite

Um alimento que dê proteína,
como: cereais, ovo, queijo.

Pão

Manteiga.

Quem não tem essas coisas na roça ? Se você não tem é preciso estudar um jeitinho de conseguir.

Frutas : Sempre há : laranja, limão (para limonada), banana, abacaxi, goiaba. Chi !... a variedade é muito grande.

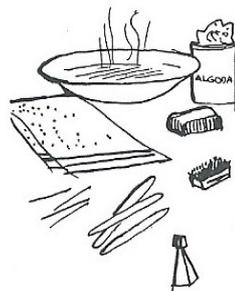
Manual de Economia Doméstica sobre cuidados com as mãos - Clubes 4-S

Material necessário

- Bacia pequena com água morna e sabão
- Lixas para unhas
- Escóva de unhas
- Palito de espinho de laranjeira
- Algodão
- Toalha
- Esmalte para unhas, se tiver. Para você o esmalte natural é muito melhor.

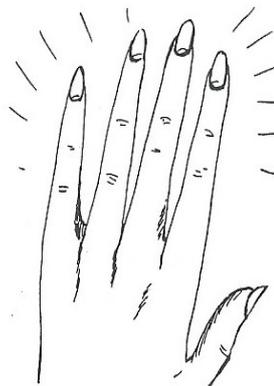
Faça assim

1. Lixe cada unha
2. Escove as unhas
3. Enxágue e enxugue as unhas
4. Limpe as unhas
5. Enrole um pouco de algodão na ponta do palito e empurre a cutícula com ela
6. Passe esmalte, se quiser.



Observações

1. Deixe-as um pouco longas, dando a forma da ponta do dedo.
2. Use a escóva de unha e bastante água e sabão.
4. Usando o palito de laranjeira.
5. Faça esse trabalho delicadamente. Cutícula é a pele que cresce junto às unhas.
6. O branco é mais bonito para você.



Cuide das suas mãos

Você que trabalha tanto na cozinha como na roça, precisa conhecer uns segredinhos para ter suas mãos sempre clafas.

Ao longo da década de 1960, observa-se a atuação das extensionistas junto às lideranças formadas pelos Clubes 4s, período em que estes Clubes se fortaleceram dentro da Extensão Rural. Eles passariam a agregar não apenas jovens, mas também os adultos, “tornando-se verdadeiros espaços de construção de hegemonia em torno do projeto desenvolvimentista-produtivista como melhoria social e política”²⁴³. Graças à motivação recebida das extensionistas e líderes voluntárias, 7.084 famílias passaram a produzir hortaliças, frutas, aves e ovos para melhorar o próprio regime alimentar e ainda dispor de fonte subsidiária de renda, proporcionada pela venda dos produtos.

No ano passado, 3 527 famílias formaram 440 mil metros quadrados de hortas domésticas e 4 493 plantaram 66 519 mamoneiros. Aprenderam a armazenar cereais 412 donas-de-casa rurais que, em conjunto, preservaram 626 230 litros para o consumo doméstico, devidamente escalonado durante o ano²⁴⁴.

Os anos 1960 e a Economia Doméstica: um período rupturas

Se ao longo da década de 1950 as iniciativas e agências norte-americanas estiveram profundamente envolvidas na Extensão – neste período o ETA chegou a coordenar o Serviço entre 1953, ano de sua criação, e 1956, ano de fundação da ABCAR²⁴⁵ - nos anos 1960 a conjuntura marcada pelo nacionalismo alteraria este quadro. Enquanto ganhava corpo a mobilização social no campo, a presença direta de norte-americanos em projetos do Estado restrito brasileiro não era encarada com bons olhos. Tal insatisfação gerou o afastamento dos estadunidenses das diretorias das associações estaduais, sendo o *Plano Diretor Quinquênio 1961-1965* elaborado completamente por mãos brasileiras²⁴⁶. Uma nova agência criada no governo Kennedy

²⁴³ OLIVEIRA, *Op. Cit.*, p. 105.

²⁴⁴ Revista *Extensão Rural*. Rio de Janeiro: ABCAR, fev. 1966, p.13.

²⁴⁵ CÂNFORA, Elza. “O ETA e a Economia Doméstica no Brasil”. *In: BRASIL, Sistema de Informação Agrícola. Encontro de Economia Doméstica*. Série Documentária nº 13. Rio de Janeiro: SIA, 1961, p. 84.

²⁴⁶ OLIVEIRA, Pedro Cassiano Farias de. *Extensão rural e interesses patronais no Brasil: uma análise da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural – ABCAR (1948-1974)*. Dissertação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013, p. 88.

(1960-63) passaria a figurar como cooperadora da ABCAR, a *United State Agency for International Development* (USAID), via *Aliança para o Progresso*, garantindo a aproximação e ajuda em relação aos países latino-americanos.

A II Reunião Nacional de Economia Doméstica realizar-se-ia em novembro de 1964, poucos meses antes do golpe empresarial-militar que alteraria a conjuntura política do país e, em especial, das relações no campo. Do evento seriam publicados dois documentos oficiais, *Trabalhos com Grupos de Adultos – Palestras* e *Trabalho com grupos de adultos – Conclusões dos grupos de trabalho*. O primeiro reproduz as palestras, todas de Linda Nelson, economista doméstica do Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas (IICA)²⁴⁷, sediado em Turrialba, Costa Rica. O segundo, sobre os grupos de trabalho, aponta conclusões de caráter geral - “Diretrizes para o trabalho com grupos de adultos” e “Como desenvolver o trabalho de liderança com grupos de Economia Doméstica” – e de caráter específico – “Alimentação”, “Higiene e Saúde” e “Habitação e Melhoramentos do Lar”²⁴⁸. Os grupos formados durante aquela semana para desenvolver estas orientações eram regionais (Centro-Oeste, Nordeste e do Sul).

As justificativas para a opção metodológica de trabalhar com grupos se ancoravam na possibilidade de atingir maior número de pessoas – com interesses convergentes - utilizando-se o mesmo tempo e a mesma quantidade de técnicos, possibilitada pela interação e vínculo entre elas. Os grupos também possibilitariam o

²⁴⁷ Atualmente chamado Instituto Interamericano de Cooperação Agrícola, o foi criado em 1942, o IICA é um organismo internacional especializado em cooperação técnica para a agricultura e o desenvolvimento rural das Américas. Começa a sua atuação efetiva no Brasil em 1964. Fonte: <http://www.iicabr.iica.org.br/iica-no-brasil/> visitado em 02/09/2015. O IICA volta a figurar em nossas fontes em relatório da ESCD, de 1965, como patrocinador de estudos para aperfeiçoamento da docente Sônia Silva, em viagem para o Uruguai. Ver UREMG. Relatório da Escola Superior de Ciências Domésticas para a reitoria. Acervo do Arquivo Histórico da Universidade Federal de Viçosa, 1965.

²⁴⁸ ABCAR. *II Reunião Nacional de Economia Doméstica: Trabalho com Grupos de Adultos – Palestras*. Rio de Janeiro: 1963, p.1.

desenvolvimento de lideranças²⁴⁹, grande objetivo da Extensão no período. A coleta de informações sobre os membros do grupo seria essencial a seu bom funcionamento, como por exemplo, informações sobre o lar (um inventário dos móveis e utensílios)²⁵⁰ e sobre o relacionamento das pessoas da família. A melhor metodologia seria integrada por reuniões, entrevistas e visitas à casa.

Sobre a efetivação dos projetos, novamente aparece a afirmação da chefia masculina. “É necessário, pois, que se obtenha a concordância do dono da casa, pois em caso contrário a mulher poderá começar o trabalho com bastante animação, mas não terminará e possivelmente não nos dirá o motivo da interrupção²⁵¹”.

Sobre a identificação de lideranças, afirmava que a forma de implantar um programa de extensão em uma comunidade nova se daria através da mediação dos líderes locais, ficando a tarefa de identificação destes assegurada por suas características manifestadas na relação com aquela comunidade.

1. É capaz de regular a conduta de outras pessoas, por autoridade, poder e influência.
2. Tem seguidores que aceitam uma ideia se êle a aceita ou a rechaçam se êle a rechaça; não importa se suas opiniões são ou não corretas, segundo a opinião de outros; é, porém, um líder, porque tem adeptos, o que constitui a característica mais importante em lideranças.
3. Tem prestígio e suas opiniões são geralmente aceitas²⁵².

Nestes termos o líder seria, enfim, uma pessoa dotada de um saber socialmente referenciado, porém, sob a ótica daquela que vem de fora, a extensionista, uma vez que serão elas a selecionar que saberes fazem um líder.

²⁴⁹ NELSON, Linda. “Fundamentos do trabalho com grupos de adultos em Extensão Rural”. ABCAR. *II Reunião Nacional de Economia Doméstica: Trabalho com Grupos de Adultos – Palestras*. Rio de Janeiro: 1963, p. 4

²⁵⁰ Idem, p. 12.

²⁵¹ Idem. “Programas, projetos e tipos de grupos”. In: ABCAR. *II Reunião Nacional de Economia Doméstica: Trabalho com Grupos de Adultos – Palestras*. Rio de Janeiro: 1963, p. 28.

²⁵² Idem. “Liderança em grupos de adultos”. In: ABCAR. *II Reunião Nacional de Economia Doméstica: Trabalho com Grupos de Adultos – Palestras*. Rio de Janeiro: 1963, p. 39.

Se a I Reunião tentara consolidar a atuação da Economia Doméstica dentro da Extensão Rural, a II Reunião voltou-se para o maior refinamento dos objetivos do trabalho. O objetivo primeiro seria o aumento da produtividade e o desenvolvimento da família apareceria como sua consequência.²⁵³ A partir dos ensinamentos de Nelson, os grupos de trabalho elaboraram diretrizes para o trabalho com grupos de adultos, a ser intensificado, sendo eles divididos em: grupos de homens, de senhoras e moças, mistos, clubes de homens, clubes de senhoras e moças, clubes mistos.

Muitos foram os aspectos previstos para serem desenvolvidos nestes grupos, como horta, preparo de alimentos, higiene e saúde (fonte e tratamento de água, instalações sanitárias combate à mosca doméstica, tratamento de lixo, localização da pocilga e do galinheiro), construção e melhoramento da casa e arredores (construção banheiros, de fogões, e tanques, instalação de privadas), criação de aves para corte, plantio e uso do mamão, pelas participantes organizadas em três grupos da seguinte maneira.

Elaboramos um quadro de participantes da II Reunião Nacional de Economia Doméstica, com vistas a identificar quem eram as economistas domésticas atuantes desde o primeiro encontro da área, como este evento se diversificou em relação ao anterior em termos de membros e a quais entidades estavam ligadas as novas integrantes.

Quadro 4 - Participantes da II Reunião Nacional de Economia Doméstica (1963)

Nome	Entidade
Linda Nelson	IICA
Helen Bjorklund	ETA
Bencion Tiommy	SUPRA
Gladys Oberlin	Junta Geral de Ação Social da Igreja Metodista do Brasil
Luzia C. Alves	ETA
Alice Coriolano (coordenadora)	ABCAR

²⁵³ ABCAR. *Trabalho com Grupos de Adultos. Conclusões dos Grupos de Trabalho*. Rio de Janeiro: 1963, p. 9.

Sybil Bates (observadora)	USAID
Lindete Lustosa	ANCARCE
Laurice Barreto	ANCARCE
Consuelo Gurgel	ANCAR-RN
Edith Bezerra	ANCAR-PB
Asenete Mangueira	ANCAR-PB
Antônio Couto Soares	ANCARPE
Avany Costa	ANCARBA
Áurea Helena S. Andrade (Coord.)	ABCAR
Eugenia Donahue (observadora)	USAID
Irma Westin	ACAR
Dilma P. Maia	ACAR
Terezinha Cunha	ACAR
Maria do C. Andrade	ACAR
Amália Pimentel	ACARES
Pedrina Afonso	ACAR-RJ
Hilda Coimbra	ACAR-Goiás
Gilma G. Ribeiro	ACAR-Goiás
Maria de Lourdes Palmer	ABCAR
Piedade Carvalho	ETA
Osmina Pereira	ACARPA
Maria Inês Martins	ACARPA
Carmen Hamann	ACARESC
Guilhermina Petzhold	ASCAR
Odelta Quadros	ASCAR
Johanna Hahn	ASCAR

Estiveram presentes na I Reunião Nacional de Chefes e Assistentes Técnicas de Economia Doméstica.

Fonte: ABCAR. *II Reunião Nacional de Economia Doméstica: Trabalho com Grupos de Adultos – Palestras*. Rio de Janeiro: 1963.

Parece relevante a presença de observadoras da USAID²⁵⁴, agência norte-americana que passou a atuar no país na década de 1960, marcando uma nova fase do extensionismo brasileiro, de intervenção menos explícita até 1974, ainda que as conexões com os EUA fossem amplas. O protagonismo da representante do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), ministrando as principais palestras do evento, também se fez notar. Tal instituto se converteu, nos anos 1960, em

²⁵⁴ Criada no governo Kennedy (1960-1963), a *United State Agency for International Development*, serviria para efetivar a estratégia de aproximação e ajuda em relação aos países latino-americanos, através da *Aliança para o Progresso*. Esta ajuda se materializaria em empréstimos para a ABCAR.

um dos maiores investidores em pesquisa agropecuária e Extensão Rural no país²⁵⁵, tendo como seu presidente no Brasil o então presidente da ABCAR, José Irineu Cabral (1958-1963)²⁵⁶.

Dentre as atividades relativas à alimentação programadas pelo Grupo de Trabalho do Centro-Leste, com a perspectiva de “atender ao problema” e “motivar solução”, O Quadro 5 propõe o aumento do consumo de certos alimentos, através do incentivo a ser promovido dentro dos grupos.

Quadro 5 – Propostas relativas à alimentação - Grupo de Trabalho do Centro-Leste (1963)

A- Educação Alimentar	Motivar, estimulando o interesse	Desenvolver habilidades
Modificar hábitos alimentares	X	X
Maior consumo de leite	X	X
Valor nutritivo e conhecimento de novas hortaliças e preparo	X	X
Técnicas corretas de preparo		X
Melhor aproveitamento dos alimentos	X	X
Planejamento de refeição da manhã	X	X
Melhorar a alimentação dos empregados das propriedades	X	X
Aumento do consumo de ovos		
Aumento do consumo de frutas	X	X
Uso de soja na alimentação humana	X	X
Conservação de alimentos		X
Melhorar a alimentação da criança em idade escolar		
Melhorar uso de fubá e aipim	X	X
Utensílios e equipamentos de cozinha	X	X
Melhor preparo de carne		X
Higiene no preparo dos alimentos	X	
Armazenamento de alimentos	X	
Preparo do Cardápio	X	X
B- Produção de alimentos	Motivar, estimulando o interesse	Desenvolver habilidades
Produção de hortaliças	X	X
Criação de galinhas	X	X
Aumento da variedade de frutas	X	X
Plantio de soja	X	X
Criação de Suínos	X	X

Fonte: ABCAR. *Trabalho com Grupos de Adultos. Conclusões dos Grupos de Trabalho*. Rio de Janeiro: 1963, p. 43.

²⁵⁵ EMBRAPA. *O mundo rural no Brasil do século 21: A formação de um novo padrão agrário e agrícola*. Brasília: 2014, p.10.

²⁵⁶ Sobre a trajetória de Cabral e sua ligação com as entidades patronais agroindustriais brasileiras ver OLIVEIRA, Op. Cit., p.153.

Dois aspectos chamam a atenção no quadro. Primeiro, o incentivo ao consumo de leite, que parece estar associado à aproximação da empresa *Standart Brands of Brazil Inc*, distribuidora da marca de Leite Glória, inaugurada em Itaperuna em 1960²⁵⁷. Em segundo lugar, a utilização da soja aparecendo pela primeira²⁵⁸ vez nos documentos pesquisados. Isto coaduna com a conjuntura nacional de expansão desta cultura a partir da década de 1960, baseada em um forte suporte do Estado restrito, que se materializou através da oferta de crédito abundante para a compra de máquinas e insumos²⁵⁹. O novo pacto social estabelecido entre as frações das classes dominantes, garantido à custa de muita repressão às classes populares e movimentos sociais, imposto a partir de 1964 viria a garantir sua expansão como carro chefe na pauta de exportações, no entanto, percebe-se pelo documento a construção anterior como produto viável e saudável para o consumo humano. Afinal, a alimentação impulsionada pela Economia Doméstica esteve, desde sua implementação, atrelada à saúde.

A despeito das intenções dos dirigentes da ABCAR em aumentar seus quadros de formação superior, no triênio 1963-65 elevou-se o número de economistas domésticas dotadas de formação secundária, que passaram de um total de 146 para 482 moças, ou seja, 230%, enquanto aquelas dotadas de formação superior passaram de 19 mulheres em 1963, para 22 somente em 1965, revelando um aumento percentual de

257

Disponível em

http://www.itaperunaonline.com.br/Portal/modulos/livrosetextos/o_desenv_de_um_municipio_dulce/part_e_1/cap-06-3-03-fleischmann-e-royal-prod-alimenticios.htm

²⁵⁸ Já havia uma preocupação, desde os anos 1950, de impulsionar o consumo de alguns alimentos, como o leite, frutas e carnes, mas a soja surge em na documentação analisada pela primeira vez somente na década seguinte. GUEDES, Rita. *O ovo e seus aspectos: no comercio, na indústria, no lar*. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola, 1961. Já o leite, vinha aparecendo em documentos desde os anos 1950, junto de outros alimentos, como trigo, milho, arroz, aveia, frutas e verduras. Ver em ABCAR. *Curso de Nutrição e Preparo de Alimentos*. Rio de Janeiro: 1959.

²⁵⁹ CAMPOS, Margarida. “O papel do estado brasileiro na expansão do complexo da soja”. *Anais do XII Congresso internacional de Geocrítica*. Bogotá: 2012, p. 5. Disponível em <http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas/14-M-Campos.pdf>

apenas 15,8%.²⁶⁰ Pode-se perceber uma preocupação dos dirigentes da entidade em atender ao que se pode chamar de diretrizes do Ponto IV para a Extensão.

A avaliação negativa das ACARs que culminou com a criação da ABCAR dava a entender que o problema da Extensão no país relacionava-se à má formação dos extensionistas brasileiros. Para sanar o problema a ABCAR, em parceria com o ETA, contaria com a massiva participação de técnicos estadunidenses em seus treinamentos e cursos. Foi neste contexto que ocorreu a vinda de economistas domésticas norte-americanas para a então Universidade Rural do Estado de Minas Gerais. Ora, uma década depois a ABCAR continuava contando massivamente com mulheres de formação secundária e isto por diversos fatores, dentre eles a escassez de mulheres matriculadas nos recém-fundados cursos superiores de Economia Doméstica; a opção por parte dessas mulheres de seguirem uma carreira dentro da própria disciplina, voltando-se para a docência ou mesmo a evasão ao longo da formação.

Outro aspecto que chama atenção no mesmo documento consiste em um Plano Diretor que avaliava a situação do Extensionismo Rural e propunha diretrizes para os anos seguintes, utilizando-se, por amostragem, de dados oriundos de 168 escritórios locais. Neste sentido, é vultosa a quantidade de justificativas para explicar que não se poderia mensurar os avanços conseguidos ou não com o trabalho das economistas domésticas²⁶¹. Para a elaboração do referido documento foi realizado um Censo do Serviço de Extensão do qual faziam parte, em 1965, 511 escritórios espalhados por 16 Estados brasileiros. Deste total, a amostragem selecionada referiu-se a 168 escritórios locais, dos quais 161 contavam com economistas domésticas espalhadas por 12 Estados. Cabe ressaltar que os escritórios locais desprovidos destas especialistas eram atendidos pelos escritórios regionais, o que significa dizer que se a ABCAR gozasse de

²⁶⁰ ABCAR, *Op. Cit.*, p.48.

²⁶¹ *Idem, ibidem*, pp. 10-11.

mecanismos para avaliar as “benesses” da Extensão no período 1961-1965, o trabalho das Economistas Domésticas estaria presente em cem por cento da avaliação.

A promulgação do Estatuto da Terra, em 1964, acerca da reforma agrária, viria a estabelecer que o problema agrário no Brasil era a baixa produtividade e não a concentração fundiária²⁶², bandeira levantada pelos movimentos sociais que cresceram até o golpe empresarial-militar de março daquele ano. Oliveira afirma que a ABCAR não sofreria rupturas no seu organograma ou nos seus quadros dirigentes no imediato pós-1964, tendo o Plano Diretor de 1965 sido garantido graças ao financiamento da Aliança para o Progresso²⁶³.

Entretanto, seus pressupostos e diretrizes seriam alterados posteriormente. Através do decreto nº 58.382 de 1966 a coordenação da Associação passaria a ser feita pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA), ano em que lança a revista *Extensão Rural* para divulgar, em âmbito nacional, suas atividades. A partir deste momento.

O projeto da ABCAR de inserir melhoramentos técnicos na produção para os pequenos proprietários não era mais o projeto hegemônico das frações da classe dominante agroindustrial. A estratégia era intensificar a industrialização pesada da agricultura dos médios e grandes proprietários que tinham condições de responder rapidamente as novas exigências de produtividade²⁶⁴.

Durante a *III Reunião Nacional de Treinamento* foi definido que as candidatas ao trabalho de economistas domésticas em Extensão deveriam, para ter um conhecimento mínimo de suas funções, fazer um Curso Pré-Serviço²⁶⁵. A UREMG, ligada umbilicalmente ao Extensionismo desde sua fundação, ofereceria os Cursos pelo seu Centro de Ensino de Extensão (CEE), com duração de seis semanas. Os instrutores

²⁶² BRUNO, Regina. “Liberalismo e Reforma Agrária: o governo Castelo Branco”. In: *Senhores da Terra, Senhores da Guerra. A nova face política das elites agroindustriais no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense Universitária/EDUR 1997.

²⁶³ Oliveira, *Op. Cit.*, p. 94.

²⁶⁴ *Idem*, p. 95.

²⁶⁵ UREMG. *Relatório I Curso Pré Serviço em Economia Doméstica*. Centro de Ensino de Extensão. Viçosa: 1966, p. 2.

provinham da ESCD (para disciplinas relativas a Economia Doméstica), da ESA²⁶⁶ (disciplinas como horta e pomar) e das filiadas da ABCAR, principalmente ACAR e ACAR-RJ, referências dentro do Serviço.

Um grande número de cursos passou a ser oferecido pelo CEE desde então. Somente entre janeiro de 1966 e o mesmo mês de 1967, nove turmas já haviam feito o curso naquela universidade. Sua oferta se dava a partir da demanda gerada nas Associações estaduais, que inscreviam candidatas previamente selecionadas e enviavam-nas para estudar em Viçosa, sendo elas, em sua maioria, normalistas. Chama atenção o fato de, em todo o período analisado, os cursos terem recebido apenas três alunas advindas do Ensino Médio em Economia Doméstica. Certamente, não havia um aproveitamento deste o nível de ensino para o trabalho em Extensão, como fora o caso do Ensino Superior. Aquelas alunas técnicas de nível secundário poderiam direcionar-se a outros ofícios ou tornarem-se donas de casa quando de sua conclusão, a julgar pelas setas do gráfico publicado pela SEAV, de que já tratamos neste trabalho.

Quadro 6 - Alunas dos Cursos Pré-Serviço do CEE entre 1966-1967

Curso Pré-Serviço	Total alunas	Nº normalistas	% normalistas
1º	19	11	57,8
2º	17	11	64,8
3º	30	21	70
4º	16	8	50
5º	13	10	76,9
7º	16	9	56,2
8º	18	14	77,7
10º	18	12	66,6
11º	18	17	94,4
13º	27	20	74
Total de alunas	192	133	69,27

FONTE em nota²⁶⁷

²⁶⁶ Escola Superior de Agricultura da Universidade Rural do Estado de Minas Gerais.

²⁶⁷ UREMG. *Relatório I Curso Pré Serviço em Economia Doméstica*. Centro de Ensino de Extensão. Viçosa: 1966; UREMG. *Relatório II Curso Pré Serviço em Economia Doméstica*. Centro de Ensino de Extensão. Viçosa: 1966; UREMG. *Relatório III Curso Pré Serviço em Economia Doméstica*. Centro de Ensino de Extensão. Viçosa: 1966; UREMG. *Relatório IV Curso Pré Serviço em Economia Doméstica*. Centro de Ensino de Extensão. Viçosa: 1966; UREMG. *Relatório V Curso Pré Serviço em Economia Doméstica*. Centro de Ensino de Extensão. Viçosa: 1966; UREMG. *Relatório VII Curso Pré Serviço em Economia Doméstica*. Centro de Ensino de Extensão. Viçosa: 1967; UREMG. *Relatório VIII Curso Pré Serviço em Economia Doméstica*. Centro de Ensino de Extensão. Viçosa: 1967; UREMG. *Relatório X*

A respeito dos “segmentos” de ensino oferecidos por estes cursos, atendem aos pressupostos estabelecidos nas reuniões de economistas domésticas. Com grandes temas como Alimentação, Vestuário, Higiene e saúde e Melhoramento do Lar, os ensinamentos versavam sobre hortas, pomares, avicultura doméstica, preparo e conservação de alimentos, confecção de roupas, prevenção de doenças, puericultura, enfermagem do lar, mobiliário de casas e acessórios de cozinha. A garantia de aptidão para o trabalho viria através de exames aplicados ao final de cada curso, nos quais as alunas deveriam acertar, pelo menos, 60% das questões.

Um exemplo da inserção da USAID junto ao ensino agrícola e de economia doméstica seria o Projeto E – “Assistência à Educação Vocacional Agrícola e de Economia Doméstica”, resultante do convênio entre a entidade, o Ministério da Agricultura e o Conselho de Assistência técnica da Aliança para o Progresso (CONTAP), desenvolvido ao longo de 1976 com a finalidade de fornecer

- a) assistência para continuação das atividades de ensino vocacional agrícola e de economia doméstica;
- b) assistência para a instalação de novas unidades vocacionais agrícola e de economia doméstica;
- c) treinamento de pessoal técnico “em serviço”²⁶⁸.

Atuou junto a colégios e ginásios estaduais nos estados do Paraná, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, Paraíba, Piauí, Bahia e São Paulo. O financiamento viria através do ETA, da CONTAP, da Diretoria de Ensino Agrícola (antiga SEAV) e do Ministério da Educação.

No período estudado, Ecilda Cesconetto fora a responsável pelo setor de Economia Doméstica do *Serviço de Informação Agrícola* (SIA) do Ministério da

Curso Pré Serviço em Economia Doméstica. Centro de Ensino de Extensão. Viçosa: 1967; UREMG. *Relatório XI Curso Pré Serviço em Economia Doméstica*. Centro de Ensino de Extensão. Viçosa: 1967; UREMG. *Relatório XIII Curso Pré Serviço em Economia Doméstica*. Centro de Ensino de Extensão. Viçosa: 1967.

²⁶⁸ BRASIL, Ministério da Agricultura. *Contap II – Projeto E: Assistência à educação vocacional agrícola e de economia doméstica*. Rio de Janeiro: 1967, p. 1.

Agricultura e atuou juntamente com Luzia Matos Cardoso, técnica do ETA, na coordenação deste setor dentro do Serviço de Extensão, ratificando a estreita relação ETA-Ministério da Agricultura-ABCAR na gestão de projetos do programa de Extensão também no que se referia à Economia Doméstica. Para além da supervisão à concessão do crédito e da propaganda e difusão da tecnologia agrícola de ponta, apresentava-se como essencial às atividades do Escritório definir os rumos dos cursos e Clubes de Economia Doméstica e, principalmente, interferir nos saberes por eles propagados.

Assim como as extensionistas mulheres sofriam uma série de restrições ao seu trabalho, no caso das mulheres rurais esse viés se manifestava basicamente na negação do seu papel enquanto agricultoras. A elas era oferecida a possibilidade de organização em grupos (clubes de mães, de senhoras e outros), acompanhados pelas extensionistas de bem-estar social, e orientados, em sua maioria, para os temas considerados "femininos"²⁶⁹.

Juntas, ambas as responsáveis organizaram, por ocasião das comemorações do primeiro centenário do Ministério da Agricultura, o *Encontro de Economia Doméstica*, além de diversas publicações sobre o tema editadas pelo SIA.²⁷⁰ Durante o encontro foram expostos trabalhos elaborados pelo setor, como bebidas e doces derivados de produtos do campo, cristalizando a ideia de que as atividades daquelas mulheres envolvidas no evento e o seu papel social seria dar conta do trabalho doméstico, não deixando dúvidas de que não estavam a administrar as propriedades rurais, articulando seus próprios saberes com noções de finanças, como poderia sugerir o nome do Encontro, mas servir à reprodução de outra economia: a capitalista.

A Economia Doméstica a partir de 1966: o período da revista Extensão Rural

O período iniciado a partir de 1966 marca a ampliação do Extensionismo rural para médios e grandes proprietários, tendo a ABCAR reconfigurado sua atuação graças

²⁶⁹ SILIPRANDI, E. "Desafios para a extensão rural: "o social" na transição agroecológica". *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, Porto Alegre, v.3, n.3, p.38-48, jul./set. 2002, p.40.

²⁷⁰ Correio da Manhã, 07 de agosto de 1960, p.6.

a esta nova perspectiva. Tal mudança contribuiria para a industrialização da agricultura e implantação dos Complexos Agroindustriais (CAIs); o mote da Associação a partir de então seria aumentar a produtividade no campo, secundarizando, assim, o velho lema de melhorar as condições de vida dos produtores²⁷¹. Sob coordenação do INDA, num contexto de expansão da fronteira agrícola e tecnificação da agricultura, o setor “social” perderia espaço para o “econômico”.

Segundo Oliveira os Complexos Agroindustriais se “constituem do intenso desenvolvimento capitalista da agricultura e da divisão social do trabalho e da produção, no qual o campo se torna não somente produtor de matérias-primas, mas consumidor de produtos industrializados alterando a configuração das bases de produção”²⁷². Em meio a estas mudanças uma permanência foi verificada: a desigualdade no acesso a terra, inclusive O aumento do grau de sua concentração²⁷³.

A complexificação das relações sociais vigentes no campo alteraria também a representação patronal, fragmentando-a com o surgimento de novas entidades. As tradicionais SNA e SRB não mais dariam conta de representar as frações da classe dominante agroindustrial. Expressão disso foi o surgimento da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), em 1969, que viria a se tornar a “nova hegemonia ruralista no Brasil”, segundo Mendonça²⁷⁴. A nova entidade atuaria no sentido de difundir o cooperativismo como sinônimo de igualitarismo, promovendo um discurso de nivelamento entre as cooperativas empresariais (sua base) e as de pequenos agricultores.

Diante desse quadro, o setor da Economia Doméstica, considerado “social”, foi perdendo espaço no âmbito do Extensionismo em prol do “econômico”, como pode ser

²⁷¹ Oliveira, *Op. Cit.*, p. 113.

²⁷² *Idem*, p. 110.

²⁷³ PALMEIRA, Moacir. “Modernização, estado e questão agrária”. In: *estudos Avançados*, vol. 3 n.7, set/dez. São Paulo: 1989, p.95.

²⁷⁴ MENDONÇA, Sonia. *O patronato rural no Brasil recente ((1964-1993))*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010, p. 177.

observado a partir da evolução do quadro de pessoal do Sistema Brasileiro de Extensão Rural entre 1956 e 1975. Diante de seus novos convênios, a ABCAR voltar-se-ia para o oferecimento de recursos humanos especializados, disponibilizando principalmente a criação de escritórios, extensionistas e cursos de treinamento²⁷⁵. Enquanto os especialistas da área agropecuária cresceram continuamente no período 1966-1974, as técnicas de bem-estar tiveram seu quadro de pessoal estagnado.

Quadro 7 - Evolução do quadro de pessoal do Sistema Brasileiro de Extensão Rural por atividade

Especificação	1956	1957	1958	1959	1960	1961	1962	1963	1964
Agropec.	138	206	267	287	329	364	413	463	604
Bem-estar	127	179	214	233	245	262	304	327	387
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	265	385	481	520	574	626	717	808	1008
Rel.Tec. A/S ¹	1,08	1,15	1,25	1,23	1,34	1,39	1,36	1,41	1,56
Rel.Tec. A/T ²	0,52	0,53	0,55	0,57	0,57	0,58	0,57	0,57	0,59

Especificação	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974
Agropec.	735	1026	1297	1394	1578	1703	2128	2747	3351	3485
Bem-estar	509	709	858	844	848	836	806	872	887	818
Outros	22	21	28	49	43	63	81	130	121	165
Total	1256	1756	2183	2287	2469	2602	3015	3749	4339	4468
Rel.Tec. A/S	1,44	1,45	1,51	1,65	1,86	2,04	2,64	3,15	3,77	4,26
Rel.Tec. A/T	0,58	0,58	0,59	0,61	0,69	0,65	0,71	0,73	0,77	0,78

1 – Rel. A/S = relação técnicos da área agropecuária sobre técnicos da área social

2 – Rel. A/T = relação técnicos da área agropecuária sobre o total de técnicos

Fonte: RODRIGUES, Cyro. Seletividade das políticas públicas. *Cadernos de Ciência e Tecnologia*. Brasília, v.14, n. 1, p. 136.

²⁷⁵ Oliveira, Op. Cit., p.114.

No ano de 1966, a partir da ACAR-Ceará, em parceria com a Universidade do Ceará, Sudene, USAID, Ministério da Agricultura e Secretaria de Agricultura do Estado, os investimentos se voltaram para questões sanitárias.

Além daqueles melhoramentos, que não implicam apenas em maior conforto doméstico, mas repercutem nas condições gerais de saúde e higiene do grupo familiar, as atividades desenvolvidas neste projeto específico introduziram 16 706 famílias rurais à adoção de certas práticas higiênico-sanitárias, como beber água filtrada (1 586 famílias passaram a dispor de filtro em suas casas) ou evitar doenças pela vacinação, como fizeram 15 120 famílias

Outra atividade expressiva, desenvolvida no ano passado neste setor, consistiu no treinamento de 290 parteiras, que se habilitaram no exercício de sua tarefa nas zonas rurais, dentro de condições mínimas de técnica e higiene²⁷⁶.

Até ser substituída pela Embrater, em 1974, a ABCAR contou com um setor de Economia Doméstica que perderia espaço, progressivamente, na última década de gestão do extensionismo pela entidade. Encarado como social, este campo receberia menos investimentos do que o “econômico”, graças às metas produtivistas dos governos militares que se sucederam após 1964. Em um período no qual o “milagre”²⁷⁷ econômico serviria para aplacar as críticas ao auge da repressão política e violações de direitos humanos perpetrados pela ditadura empresarial-militar, a ordem do dia era o aumento da produtividade, através da utilização de tecnologia agrícolas.

Refutamos, desde o primeiro capítulo desta pesquisa, a noção que separa o trabalho doméstico das relações econômicas, uma vez que este é produtor de valores de uso²⁷⁸, tornando-se essencial para a reprodução capitalista e exploração das famílias rurais. Entretanto, os agentes que atuavam na ABCAR a partir de 1966 priorizaram os investimentos tidos como econômicos, impondo ao setor “respeitar as prioridades do

²⁷⁶ *Idem*, fev. 1966, p. 13.

²⁷⁷ Sobre a legitimação política construída sobre as bases da aparente eficiência econômica ver FONTES, Viginia; MENDONÇA, Sonia. *História do Brasil Recente (1964-1992)*. São Paulo: Ática, 2006, p. 49.

²⁷⁸ São valores de uso quando não colocados à venda no mercado. As fontes revelam, entretanto, que o trabalho doméstico não pago dava sustentação às indústrias caseiras, voltadas para o mercado local.

sistema”²⁷⁹. Em realidade, o trabalho “social” ancorava-se na naturalização de papéis femininos historicamente construídos, tanto na atuação das economistas domésticas, quanto em relação às pequenas produtoras, daí a sua desvalorização. Nesse sentido, as mulheres apareciam como responsáveis pelos trabalhos de cuidados em relação às suas famílias e como consumidoras de produtos promovidos pelo Sistema de Extensão em conexão com as agências internacionais a ele ligadas, como a USAID, o IICA e a AIA.

²⁷⁹ ABCAR. *Reunião sobre diretrizes para o trabalho de Economia Doméstica em Extensão Rural*. Rio de Janeiro: 1967. O documento traz uma severa crítica à ED em Extensão no período anterior a 1966, justificada pela incapacidade de mensurar os avanços obtidos nos trabalhos do setor. A partir de 1966, após um Intercâmbio de Coordenadores de Programas de Economia Doméstica, foram diretrizes para o trabalho, com vistas a melhorar seus resultados.

Capítulo III – A Formação de Economistas Domésticas para Atuar em Extensão Rural

1. Da ESA à UREMG

O surgimento curso superior de Economia Doméstica (ED) remete à fundação da Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa (ESAV), pois foi pela criação da Escola Superior de Ciências Domésticas que aquela Escola adquiriu condições institucionais para se tornar uma universidade. Os motivos que levaram à criação do novo curso se referem a uma diversidade de determinações relacionadas à conjuntura brasileira em geral e mineira, em particular na primeira metade do século XX, aos interesses dos grandes proprietários rurais do estado, às especificidades de sua inserção na política nacional e junto à sociedade política, à conjuntura internacional alterada pelas duas grandes guerras, bem como à progressiva conquista do espaço público pelas mulheres.

Como a ED se configurou em um curso de e para mulheres, a análise dos padrões de gênero socialmente construídos, à época de forma binária – masculino e feminino -, é essencial para a compreensão de sua inserção universitária em um período de consolidação do ensino superior brasileiro e da formação de um *habitus*²⁸⁰ que passaria a ser constituído pelo saber e modo de vida acadêmico.

Idealizada na década de 1920, durante a gestão de Artur Bernardes (1918-1922) como Presidente do estado mineiro, através da Lei nº 761, de setembro de 1920, que autorizava a criação de uma Escola Superior de Agricultura e Veterinária, a ESA foi inaugurada quando ele estava na presidência da República (1922-1926). Uma instituição claramente relacionada ao poder político de Bernardes, que atendia às demandas da

²⁸⁰ Sobre a relação entre indivíduo e estruturas sociais, o conceito de *habitus* utilizado por Bourdieu aparece em diversas obras, aqui estamos nos referindo a BOURDIEU, Pierre. *A Dominação Masculina Rio de Janeiro*: Editora Bertrand Brasil, 2003, p 64.

classe dominante agrária da Zona da Mata mineira no tocante ao ensino agrícola, com as quais esteve comprometido desde a campanha eleitoral. Cabe ressaltar que a ênfase no ensino técnico modernizante, durante a Primeira República, integrava pauta de reivindicações da Sociedade Nacional de Agricultura, entidade patronal atuante a partir do Rio de Janeiro, desde fins do século XIX²⁸¹.

A criação da ESAV serviria para definir e reafirmar uma “vocação agrária” de Minas Gerais na conjuntura nacional, com a tarefa de modernizar as práticas agrícolas a partir da produção e difusão de tecnologias. Cabe ressaltar que se destinava aos filhos dos fazendeiros mineiros, conforme apontava o estatuto da instituição, aprovado em 1929²⁸².

O pacto político firmado entre frações mineira e paulista da classe dominante durante a Primeira República esteve em xeque ao longo dos anos 1920, sendo rompido no final daquela década²⁸³. A Escola serviria para formar os filhos da fração mineira, garantir e exaltar sua “vocação agrária” no momento em que os grandes proprietários estaduais se viam ameaçados por um declínio político diante dos paulistas. Ou seja, uma escola de dirigentes para essa fração mineira da classe dominante agrária em franca disputa política e econômica com segmentos urbanos, notadamente representados pela fração paulista. Não à toa, a história da institucionalização dos saberes agrícolas difundidos pela ESAV e consolidados pela UREMG, revela uma oposição ao saber de memorização livresca, expresso pelos cidadãos bacharéis em Direito e doutores em Medicina. Sua máxima se expressaria na ideia de união entre ciência e prática, um

²⁸¹ Mendonça afirma que na construção do ruralismo brasileiro esta entidade teve papel fundamental no caminho para uma perseguição do modelo americano. MENDONÇA, Sonia Regina de. *O ruralismo brasileiro (1888-1931)*. São Paulo: HUCITEC, 1997.

²⁸² LOPES, Maria de Fátima. *O Sorriso da Paineira: Construção de Gênero em Universidade Rural*. Tese de Doutorado. PPGAS. Museu Nacional. UFRJ. Rio de Janeiro, 1995, pp. 35-36.

²⁸³ A respeito do pacto político vigente à Primeira República, a estrutura de poder nas esferas local, estadual e federal que o sustentava, baseada no fenômeno do coronelismo, ver LEAL, V. N. *Coronelismo, enxada e voto. O município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Alfa-ômega, 1986.

“aprender fazendo”²⁸⁴, inspirado no modelo dos *land-grand colleges*²⁸⁵ norte-americanos. Tratava-se de uma proposta de formação de intelectuais para uma fração classe²⁸⁶, e não de um ensino universalizante. Na medida em que atendia aos anseios dos grandes proprietários mineiros (solucionar os problemas da agricultura através do ensino) garantia, simultaneamente, a difusão dos valores estadunidenses, primeiramente num contexto de deslocamento da influência francesa para a sua, na América Latina (década de 1920) e, num segundo momento, durante a Guerra Fria (inculcação do *american way of life*).

Os Land-Grand Colleges e a Home Economics

Os *land-grand colleges* representaram uma proposta de ensino inovadora naquele país, tida como mais democrática por adaptar-se a distintas realidades, voltando-se para necessidades mais imediatas dos cidadãos²⁸⁷, como a melhoria das condições de vida no meio rural, além de se destinarem a homens e mulheres. Por isso, se tornaram importantes fontes de divulgação dos cursos de *home economics*²⁸⁸

²⁸⁴ LOPES, Maria de Fátima. *O Sorriso da Paineira: Construção de Gênero em Universidade Rural*. Tese de Doutorado. PPGAS. Museu Nacional. UFRJ. Rio de Janeiro, 1995, p.17.

²⁸⁵ Os *land grand colleges* eram universidades norte-americanas criadas em regiões rurais daquele país, voltadas para o ensino científico e técnico, principalmente agrônomo. Buscavam criar soluções para os problemas dos *farmers* americanos, através de práticas agrícolas que racionalizassem a produção, transformando o saber rotineiro em científico. Sua diferença para as demais escolas do ramo, em geral urbanas, era produzir uma ciência na qual a aplicação prática fosse tão valorizada quanto a produção do conhecimento. Contrapunham-se ao ensino eminentemente livresco e sem aplicação prática imediata. Estes moldes - de “aprender fazendo” - serão repetidos pela UREMG. Inclusive em relação à trajetória institucional o modelo aqui desenvolvido repetirá seu inspirador (surtem como *colleges*, passam a escolas de agricultura e, em seguida, a universidades rurais).

²⁸⁶ Gramsci aponta o papel dos intelectuais no exercício e manutenção da classe dominante no capitalismo, bem como a possibilidade das classes subalternas de elaborar projetos contra-hegemônicos. Sobre a formação de intelectuais que cada classe forma para si ver GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Vol. II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 15.

²⁸⁷ LOPES, Op. Cit., 1995, pp. 50-51.

²⁸⁸ O marco de nascimento da *Home Economics* seria a obra *Treatise on domestic economic economy for the use of Young ladies at home*, de Catherine Beecher (1841). Entretanto, o principal nome da *Home Economics*, tida como sua precursora é Ellen Richards, grande defensora da melhoria das condições sociais do espaço doméstico, que deveria ser gerido em bases modernas e não na tradição. Richards estudou no *Massachusetts Institute of Technology* (MIT) ainda no século XIX e não era cobrada por seus estudos pela instituição, em uma relação de não reconhecimento do seu vínculo institucional, como

desenvolvidos lá. Foram criados em meados do século XIX, direcionados para a população do Oeste e também contavam com serviços de extensão. A este respeito, cabe notar a constância dos serviços de extensão nestas instituições, que eram criados pelo Estado e atuavam como mediadores entre as universidades e os *farmers*, na difusão dos conhecimentos destas. Ou seja, esta é uma disciplina que nasce ligada aos produtores agrícolas. No caso brasileiro, embora desde a década de 1930 Anísio Teixeira defendesse uma educação igualitária, para ambos os sexos, a presença feminina não foi expressiva no ensino superior antes dos anos 1950.

O princípio norteador da *Home Economics* era transferir saberes científicos ou derivados do mundo empresarial para o espaço privado. Esta busca por eficiência, que seria conquistada com o emprego do método científico, garantiria o estatuto científico ao trabalho realizado pelas mulheres e um lugar no mercado de trabalho. Paradoxalmente, sua consolidação baseava-se em reforço das características tidas como femininas. Tal contradição será verificada no desenvolvimento da carreira também no Brasil.

A *Home Economics* se destinava ao ensino de mulheres, tendo sido instituída em 1899, pela Conferência *Lake Placid*, realizada em Nova Iorque. Buscava valorizar a casa e, simultaneamente, associá-la ao feminino. Alcançou difusão nos anos seguintes, uma vez que era obrigatória em todos os níveis de ensino e conseguiu uma associação de classe ainda em 1908, a *American Home Economics Association*. Sua

observado por Carolin Hunt, sua biógrafa. A precursora apenas conseguiria reconhecimento como cientista quando direcionou seus estudos para química aplicada ao lar. Ao lado de Isabel Bevier, Marion Talbot, Louise Stanley, Charlotte Gilman e Christine Frederick é considerada uma das precursoras do campo. Stanley participou da organização e foi chefe do *Bureau of Home Economics* do Departamento de Agricultura dos EUA, a partir de 1923.

Alguns princípios teriam norteado as precursoras da *Home Economics* nos EUA, ainda no século XIX. O primeiro deles seriam as ideias de Darwin sobre a evolução e o papel da mulher na sociedade, clivadas de um reducionismo biológico que teria levado à construção da ideia de domesticidade. Este tema foi estudado por Glenna Matthews (1987). Já a sua institucionalização teria sido inspirada pelo modelo de Taylor, que explicam sua ênfase em planejamento, administração e uso eficiente de recursos. A este respeito ver *The Great American Housewife*, de Annete Ogdenn (1987) e *Homework*, de Glazer-Malbin (1976).

institucionalização como campo – na acepção de Bourdieu²⁸⁹ - está no bojo das transformações ocorridas na virada do século XIX para o XX, baseadas em uma cultura de profissionalização que ocorreria no Brasil algumas décadas depois. Neste caso, a profissionalização de um saber rotineiro que passou a obedecer à ordem do mundo empresarial e da academia. A desvalorização de saberes tradicionais e o evolucionismo foram componentes do seu quadro teórico, como fica evidente na matriz brasileira. Matthews²⁹⁰ aponta que gosto e preferências pessoais seriam desqualificados pelas novas cientistas; o paladar seria substituído pela nutrição, por exemplo.

O próximo passo enaltecido pela *Home Economics*, após suas pioneiras americanas do século XIX, seria a mulher como consumidora e responsável por fazê-lo de maneira consciente. Este consumo, como ocorreria posteriormente no Brasil, seria definido pela indústria de bens de consumo em crescimento.

A inserção do modelo norte-americano no Brasil

A fração mineira da classe dominante agrária se manteve como uma das mais atuantes junto ao estado restrito na jovem República brasileira, graças a uma coesão política garantida pela atuação de associações, Sociedades e instituições de agricultura que postularam e garantiram seus interesses durante a Primeira República²⁹¹.

Em 1920, por solicitação do embaixador brasileiro em Washington, José Cochrane de Alencar, o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos indicou Peter Henry Rolfs para organizar, fundar e dirigir uma escola de agricultura moderna no Brasil. Rolfs passou a servir ao estado de Minas em 1921 e permaneceria na direção da

²⁸⁹ BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2007, p. 167.

²⁹⁰ MATTHEWS, Glenna. "Just a Housewife": The Rise and Fall of Domesticity in America. New York: Oxford University Press, 1987, p. 151.

²⁹¹ Sobre a construção do ruralismo brasileiro a partir de entidades de classe da sociedade civil, ver Mendonça, Op, Cit., 1997, p.52.

Escola até 1927. O modelo trazido pelo técnico pode ser percebido na escola nas mais diversas expressões, seja nos níveis previstos, que iam até o doutorado, ou na divisão do ano em dois semestres letivos, num período em que as disciplinas dos cursos superiores brasileiros eram anuais. A ESAV seria a pioneira nacional a oferecer cursos de pós-graduação de ciências agrárias, bem como em fundamentar sua prática pedagógica em três domínios institucionais – Ensino, Pesquisa e Extensão²⁹².

A ESAV valorizaria a aplicação da ciência ao campo, via aperfeiçoamento de técnicas agrícolas em escolas práticas de agricultura, simultaneamente, cultivando o espírito ilustrado dos agricultores a exemplo dos *land-grand colleges* que lhe serviram de inspiração. Assim, gerava-se um modelo ideal de agricultor moderno²⁹³.

As bases para uma universidade rural estavam em formação quando, em 1948, no governo de Milton Campos, a Lei nº 272, de 13 de novembro criava a Universidade Rural do Estado de Minas Gerais, incorporando a ESAV, a Escola Superior de Ciências Domésticas (ESCD), a Escola de Especialização, o Serviço de Experimentação e Pesquisa e o Serviço de Extensão. Esta lei estabelecia a observância dos moldes dos *Land-Grant Colleges* americanos, nos quais também se desenvolvia o ensino feminino através da *Home Economics*²⁹⁴, conforme visto acima. Ou seja, a ESAV somente completaria o modelo americano – complexo de instituições de ensino, pesquisa e extensão – ao se tornar universidade, quando da instalação de serviços de extensão e estações experimentais²⁹⁵, além da ESCD.

²⁹² LOPES, *Op. Cit.*, 1995, p.40. A extensão rural na ESAV teve como sua primeira forma a *Semana do Fazendeiro*, uma atividade anual para difusão de tecnologia e conhecimentos agropecuários. Serviam para forjar o lugar dos agrônomos no mundo dos fazendeiros e legitimar a Escola perante eles. O Mês Feminino seria outra experiência deste tipo, realizado pela primeira vez em 1935, trazia cursos sobre assuntos domésticos.

²⁹³ *Idem*, p.26.

²⁹⁴ *Idem*, p.49.

²⁹⁵ *Idem*, p. 55.

2. A Escola Superior de Ciências Domésticas

O programa Ponto IV²⁹⁶, como parte da política norte-americana de difusão cultural/ideológica, propiciou as condições para a criação da Escola Superior de Ciências Domésticas (ESCD) e, portanto, da UREMIG. A Escola de Ciências Domésticas foi criada pela mesma lei que instituía esta universidade, fazendo parte de um convênio firmado entre os governos brasileiro e americano²⁹⁷. O contexto era de minimização da influência europeia no Brasil por conta da ascensão norte-americana na Segunda Grande Guerra, e, gradativamente, de naturalização do estilo de vida estadunidense. A assistência técnica oferecida através do Ponto IV se configurava um eficaz instrumento de transferência de modelos. Dito de outra maneira, a construção de hegemonia deixava transparecer relações bilaterais simétricas.

A criação da ESCD, prevista desde 1948 por Rockefeller e sua AIA, propunha um saber “moderno” para o período, entretanto, por não ser encarada como objeto legítimo da ciência, ao contrário da Escola da qual se originou, de agronomia - um saber historicamente mais legitimado – acabou por enfrentar em sua constituição como curso um processo de busca por reconhecimento, simultâneo à formação de sua identidade²⁹⁸. É expressiva, nesse sentido, a própria escolha do nome da ESCD, que traria o científico no título, como que a explicar seu caráter. Cabe ressaltar que a presença feminina na ESAV até os anos 1950 fora pontual, marcada pelo mês feminino²⁹⁹, associação de mulheres dos professores e pelas mulheres ocupantes de cargos burocráticos.

²⁹⁶ Chamado assim por ser o quarto ponto de um discurso do então presidente Truman proferido em 1949, objetivava interferir pela melhoria de alguns serviços no Brasil, como educação, agricultura, administração e saúde públicas, através de cooperação técnica. De um conjunto de medidas econômicas, financeiras, culturais, diplomáticas e técnicas, o Ponto IV representava este último setor.

²⁹⁷ LOPES, *Op., Cit.*, 1995, p. 101.

²⁹⁸ *Idem, Ibidem*, p.3.

²⁹⁹ O mês feminino foi uma atividade de extensão desenvolvida pela ESAV a partir de 1935, antes mesmo da fundação da UREMIG. Destinado ao público feminino, constituía-se de treinamento e aulas práticas ligadas à vida doméstica e familiar, e tinha como público alvo as mulheres dos fazendeiros que frequentavam a Semana do Fazendeiro, um evento anual da Escola. Ver COMETTI, Ellen Scopel. *A Extensão na Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa (ESAV): 1926 – 1948*. Dissertação

Os anos 1950 foram marcados pela noção de **desenvolvimento**, debatida no capítulo II e pelas transformações gestadas em torno deste conceito. O desenvolvimentismo brasileiro foi construído sobre uma valorização do saber técnico, sem precedentes na história brasileira. A Economia Doméstica apresentava-se como um destes saberes, na sua incorporação aos afazeres domésticos, na transformação da forma de desempenhá-los. De verniz modernizante, a disciplina dava visibilidade ao doméstico, enquanto associava a domesticidade ao feminino, seguindo o modelo da *Home Economics*.

Nesta década, marcada pela modernização baseada na industrialização de bens de consumo duráveis e pelo crescimento urbano-industrial, houve um vultoso aumento no emprego de mão-de-obra feminina especializada em setores administrativos, financeiros e educacionais. Novas oportunidades surgiram para as mulheres das camadas médias junto a atividades consideradas femininas, marcadas por dois aspectos: eram consideradas extensão das atividades domésticas e permitiam conciliar o trabalho remunerado com o trabalho doméstico. É neste processo que se deu a chamada “feminização do magistério”³⁰⁰.

Enquanto as mulheres das camadas médias urbanas vinham procurando, desde o início do século XX, as profissões de enfermeiras e professoras, às mulheres do campo a Economia Doméstica viria a ser uma opção viável, especialmente a partir dos anos cinquenta. Isso se deve a um período de mudanças no acesso ao ensino superior, iniciado nos anos 1940, quando se tornou possível às normalistas formadas ingressarem no curso de Filosofia. Na década seguinte, o acesso fora ampliado para outros cursos,

de Mestrado. Juiz de Fora: Curso de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora, 2005, p. 147.

³⁰⁰ BRUSCHINI, C.; AMADO, T. Estudos sobre mulher e educação. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, n. 64, fev., 1988.

como Medicina e Direito, aumentando a demanda e, conseqüentemente, a presença feminina nas universidades³⁰¹.

A escolha da ESAV para abrigar tal curso, a partir de estudos de uma comissão bilateral formada por brasileiros e americanos, tem relação com a própria existência da Escola e suas peculiaridades, onde já estava em construção um movimento para transformá-la em universidade, e as exigências legais demandavam a criação de novos cursos. Simultaneamente à ESCD, foram criados o Serviço de Experimentação e Pesquisa e o Serviço de Extensão. Não por acaso, aquele ano foi também de criação da Associação de Crédito Rural de Minas Gerais (ACAR-MG). Embora instituída por lei em 1948, a ESCD iniciaria suas atividades somente em 1952, quando ofereceria o primeiro curso de Administração do Lar, com duração de um ano.

As dificuldades para a consolidação da disciplina, para encontrar alunas e aceitação regional estão ligadas a uma criação legal, precedente a uma demanda ou luta por uma escola deste tipo. A escola nascia no bojo da cooperação internacional e dos interesses de uma fração agrária da classe dominante e não de uma demanda específica da população local por este tipo de ensino. Assim, a carreira era desconhecida no Brasil, como revela a pesquisa de Lopes sobre as alunas e professoras pioneiras da ESCD³⁰². A realidade vivenciada pela ESCD quando de sua fundação informa que a UREMG foi criada para oferecer Extensão Rural, e a Economia Doméstica figuraria em seu quadro de cursos como um apêndice, uma ciência menor.

³⁰¹ MARTINS, Ana Paula V. *“Um lar em terra estranha”*: a aventura da individualização feminina. A casa da estudante universitária de Curitiba nas décadas de 50 e 60. Dissertação de Mestrado. Curitiba: PPGHIS, UFPR, 1992. COELHO, France. *A produção científico-tecnológica para a agropecuária: da ESAV à UREMG, conteúdos e significados*. Dissertação de Mestrado. Viçosa: DER, UFV, 1992

³⁰² Em uma destas entrevistas realizadas pela autora a ex-aluna revela a secundarização do curso em relação à Escola de Agricultura. Inicialmente, o curso não tinha prédio, as disciplinas não tinham sala e as alunas não tinham alojamento. As alunas internas, vindas de fora e que moravam na universidade, contavam com acomodações improvisadas, dormiam em estrados, não dispunham de guarda-roupas ou mesas, revela a entrevista nº 7. A este respeito ver LOPES, Op. Cit., p.121.

O público alvo do curso eram moças, filhas de fazendeiros locais ou noivas dos futuros agrônomos, ou seja, em geral advinham de uma “elite” rural. Um aspecto trazido por Lopes remete aos motivos de criação da ESAV – formar uma elite ilustrada – qual seja, a formação em nível universitário das mulheres dos agrônomos, de forma a equipará-las em capital escolar aos seus cônjuges, ainda que o curso destinado às moças gozasse de menos valorização no âmbito acadêmico³⁰³. Seu ensino seria marcado por algumas características similares ao oferecido aos agrônomos e veterinários, em virtude de pertencerem à mesma instituição. Desta maneira, as moças deveriam ser educadas no “espírito ruralista”³⁰⁴, em oposição ao estilo citadino de inspiração francesa.

Com frequência as publicações dos estudantes mencionavam o chamado espírito esaviano do corpo discente. Referimo-nos aos periódicos *O Bonde*³⁰⁵ e *A Paineira*³⁰⁶. As moças formadas pela ESCD deveriam compor, através da educação desses intelectuais da classe dominante, o que Mendonça³⁰⁷ chamou de “ruralismo” brasileiro, para o período de 1888-1931, uma vez que se formariam como agentes capazes de difundir e recriar um discurso próprio sobre a agricultura nacional em uma dada estrutura de classes e num contexto histórico específico.

Carolyn Sachs, ao analisar o papel das mulheres na produção agrícola dos EUA, afirma que os homens encorajavam a divisão sexual do trabalho no sistema *farmer* para manter seu poder e a continuidade do sistema patriarcal, independentemente das

³⁰³ Lopes, Op. Cit., p. 163.

³⁰⁴ Discurso proferido pelo professor Antônio Secundino de São José, docente da ESAV, para o Diário do Comércio na ocasião de criação da ESCD pela Lei Estadual 272, de 1948. Ver em Lopes, op. cit., p. 100.

³⁰⁵ Jornal publicado a partir de 1945 pelos alunos de agronomia da ESAV.

³⁰⁶ *A Paineira* era um pasquim de publicação mensal, produzido pelas alunas do curso de Economia Doméstica. Paineira é o símbolo do curso e no contexto da universidade, representava um espaço de socialização das alunas entre si e com os demais estudantes. A árvore que ficou eternizada como signo do curso ficava em frente ao alojamento estudantil, e abrigava sob suas sombras um movimentado espaço de interação, conforme descrevem as pioneiras do curso.

³⁰⁷ Mendonça, Sonia. *O Ruralismo Brasileiro (1888-1931)*. São Paulo, Hucitec, 1997.

mudanças tecnológicas. A ideologia da domesticidade³⁰⁸, baseada na ideia de que as mulheres devem estar voltadas para atividades domésticas e familiares, fortalecia a divisão sexual do trabalho, afastando as mulheres rurais da produção agrícola. O que pode ser verificado pelo crescimento das ciências domésticas para mulheres, simultaneamente ao aumento da ciência agrícola para os homens. Ela analisa ainda a transferência do sistema agrícola de dominação masculina, através dos planejadores de políticas americanas, para os países em desenvolvimento, via programas *farming* para homens e de *home economics* para mulheres³⁰⁹.

A autora faz uma contundente crítica destes programas por retirarem das mulheres o acesso igualitário aos recursos agrícolas e ao processo de tomada de decisões, uma vez que as elas sempre haviam participado do processo produtivo. Ela afirma que estas políticas localizavam as mulheres à sua margem, em programas específicos que reforçavam lugares tradicionais – e são os primeiros a serem cortados nos casos de redução orçamentária – ao invés de considera-las parte dos programas como um todo.

Além disso, questiona o modelo de família, composta por pai, mãe e filhos, importado aos países “em desenvolvimento”, nem sempre contemplados neste modelo, tomando-a como uma difusão de padrões idealizados de família. Refere-se também à imposição de uma divisão sexual do trabalho, dada na sociedade norte-americana. Lopes refuta a análise de Sachs com o argumento de que estes modelos não podem ser entendidos como importados, pois já existiam aqui, “tendo sido apenas reforçados”.

³⁰⁸ A respeito da construção da domesticidade no período estudado ver OLIVEIRA SILVA, Alice Inês. *The Discursive Construction of Femininity and Domesticity in the Brazilian 50s*. Tese de doutorado. University of London, 1997.

³⁰⁹ SACHS, Carolyn E. *Gendered Fields: Rural Women, Agriculture, And Environment*. Rural Studies Series. Boulder: Westview Press, 1996. Esta é uma discussão retomada pela autora da obra *"Just a Housewife": The Rise and Fall of Domesticity in America*, escrita e publicada por ela em 1983.

Para esta autora, o que se importou foi um sistema de ensino e não modelos de divisão sexual do trabalho. Entretanto, temos discutido neste trabalho que a importação não fora apenas de um sistema de ensino, mas de modos vida e sua carga simbólica, como revela a imbricação entre a UREMG e o Sistema Brasileiro de Extensão Rural desde a criação da universidade.

Na verdade o que se importou foram os princípios de um sistema de ensino que acaba por cristalizar os modelos de divisão do trabalho intelectual por sexo, cuja corporificação se concretiza na institucionalização da UREMG³¹⁰.

A institucionalização da Economia Doméstica brasileira ocorreu segundo o modelo dos *Land-Grant Colleges* norte-americanos.³¹¹ O que significa dizer que a inserção feminina, marcada por espaços definidos, já estava presente no modelo inspirador. Estas instituições, através de sua produção científica, contribuíram para alterar a produção agrícola após a Guerra de Secessão, tornando-a mais produtiva³¹². Segundo Queda, a agricultura deixou de ser um modo de vida para se tornar uma atividade moderna e comercial naquele país, sob a influência da infraestrutura deste sistema que associava a Extensão à Universidade.

Foi através do Ponto IV, articulado pelo ETA, que a UREMG firmou contrato com a Universidade de Purdue³¹³, em 1951, para a criação de um centro piloto de educação agrícola superior, patrocinado pelo Instituto de Ensino Agrícola de Washington, visando aproximar professores americanos e brasileiros e estes dos agricultores. Essa ação revela um aspecto essencial ao Ponto IV, qual seja, a

³¹⁰ LOPES, Op.Cit, 1995, p. 100.

³¹¹ QUEDA, Oriowaldo. *A Extensão Rural no Brasil: da anunciação ao milagre da modernização agrícola*. Piracicaba: ESALQ/USP, Tese de Livre Docência, 1987, p. 35.

³¹² Os marcos institucionais de tal alteração são a Lei Morrill (1862), que previa a doação de terras federais aos estados para a implantação do ensino agrícola superior; a Lei Hatch (1877), que criou estações experimentais junto aos colégios agrícolas e a Lei Smith-Lever (1914), que instituiu o Serviço de Extensão Rural.

³¹³ As negociações mediadas pelo ETA estabeleceram transações entre a UREMG, a Universidades de Purdue, Lafayette e Indiana, AIA e USAID ao longo do período estudado, conforme revelam as fontes. Purdue forneceu técnicos para o planejamento e instalação do curso no Brasil com mediação da USAID.

administração pública - através de seus administradores – é que seria o responsável por identificar os problemas sociais e combatê-los. No caso do ensino agrícola, o tecnicismo se somaria à administração.

Tal contrato estabelecia o fornecimento de assistência técnica em Economia Doméstica e Extensão Rural para Viçosa, por parte da Universidade de Purdue, o que seria determinante na trajetória do curso em, pelo menos, dois aspectos. Primeiramente, pela vinda de técnicas norte-americanas para fundar e dirigir o curso, em segundo lugar, pela estreita ligação estabelecida com o Extensionismo brasileiro. Assim, o *Curso Intensivo de Extensão em Agricultura e Economia Doméstica – Crédito Rural Supervisionado*, realizado em 1957, foi oferecido para rapazes e moças pela UREMG, no qual as economistas domésticas da ABCAR lecionavam para as futuras extensionistas. Durante um mês, as temáticas variavam entre Nutrição, Melhoramento do Lar, Preparação de Alimentos – departamentos comuns dentro da ESCD e temas voltados para a atuação em extensão, como Seleção de Família Mutuária, Trabalhos com Grupos e Clubes 4S³¹⁴.

A criação do Escritório Técnico de Agricultura Brasil-Estados Unidos (ETA) consolidaria e ampliaria o Ponto IV, passando a mediar as relações entre o Ministério da Agricultura, entidades internacionais e federais, departamentos estaduais agrícolas e grupos municipais. Dentre as suas ações sediadas no Brasil, estava a Economia Doméstica da UREMG, para a qual indicava alunas e concedia bolsas de estudo. Em correspondências emitidas pela escola pode-se identificar o constante diálogo e compromissos financeiros deste tipo, firmados entre a ABCAR e a ESCD.

Comunico-lhe que no dia 12 do corrente foi providenciada a remessa da quantia Cr\$ 136.000,00 (cento e trinta e seis mil cruzeiros) em seu nome, por intermédio do Banco Mineiro da Produção S.A., cujo recebimento solicito seja confirmado.

³¹⁴ ABCAR. *Programa do Curso Intensivo de Extensão em Agricultura e Economia Doméstica – Crédito Rural Supervisionado*. Viçosa: UREMG, 1957.

A importância acima mencionada, destina-se ao pagamento da ajuda de custo dos meses de maio e junho das bolsistas da ABCAR na Escola Superior de Ciências Domésticas no ano em curso, conforme demonstrativo anexo³¹⁵.

Lopes afirma que, no final dos anos 1950, o ETA, lidando diretamente com os escritórios de Extensão Rural espalhados por todo o país, tinha estabelecido 54 projetos, acordado com mais de 70 organizações, nos quais trabalhavam aproximadamente 2500 brasileiros. Neste mesmo período já havia enviado aos EUA 400 profissionais para estudarem com bolsas fornecidas pelo Ponto IV³¹⁶.

Do acordo firmado com Purdue resultaria a vinda de Mr. Orlando Winks³¹⁷, para atuar no Serviço de Extensão e Miss Anita Dickson³¹⁸, para a ESCD, que chegou ao Brasil em fevereiro de 1952 e seria essencial para a inauguração do curso no segundo semestre daquele ano, pois foi responsável pela elaboração do currículo do curso, para ser aprovado pelo Conselho Universitário da UREMG³¹⁹. Chama atenção na trajetória da técnica o fato de não ser previamente vinculada à Universidade de Purdue, ao contrário, ter uma carreira marcada pela atuação como Agente Estadual de Extensão, o que revela o caráter que se queria imprimir ao curso no Brasil, com ênfase para a Extensão. Outro aspecto ponderado por Lopes é o fato de nos EUA não ser comum mulheres ocuparem cargos de professoras universitárias na década de 1940, o que passaria a ocorrer com mais frequência em fins dos anos cinquenta³²⁰. O fato é que não

³¹⁵ Carta de José Irineu Cabral, então diretor executivo da ABCAR, para Maria das Dores Carvalho Ferreira, diretora da ESCD. Rio de Janeiro, 8 de maio de 1961.

³¹⁶ LOPES, op. Cit., p. 61

³¹⁷ Especialista em Extensão Rural

³¹⁸ Dickson era norte-americana do Missouri, onde estudou na universidade de mesmo nome, tornando-se especialista em Economia Doméstica em 1932. Em seu país de origem trabalhou como extensionista. Foi M.A. *teacher's College* na Universidade de Columbia em *cooperative extension*. Lecionou educação para adultos vinculada aos serviços de extensão rural entre 1934 e 1937. De 1937 a 1947 foi agente de Campo de demonstração do lar em *St. François County*, Missouri. No mesmo estado foi *State Extension Agent*, de 1947 a 1951, ano em que se tornou *Associate in Home Economics* na Universidade de Purdue, *assigned to Brazilian Project*. Sua biografia está disponível no site da Universidade Federal de Viçosa (<http://www.personagens.ufv.br/?area=anita> consultado em 10/08/2015) e em Lopes, Op. Cit., p. 108.

³¹⁹ Lopes, Op. Cit., p.110.

³²⁰ Lopes, Op. Cit., p.109.

foi escolhida uma economista doméstica com experiência na produção de conhecimento na área, mas sim, na difusão deste.

Dickson³²¹ ficou encarregada de escolher a primeira diretora do curso, a professora Benedita Mello. As correspondências da norte-americana em seus relatórios para Purdue revelam uma preocupação com a orientação política da futura diretora, utilizada como critério eliminatório. No relatório de maio de 1952 informa não ter feito progressos em encontrar a nova diretora, pois as candidatas mais prováveis tinham fortes tendências comunistas³²². Quando finalmente escolhida, Mello acabaria por desempenhar um papel formal, tendo pouco poder de decisão nos rumos do curso. Isso se evidencia na elaboração de seu currículo, bem como dos conteúdos programáticos das disciplinas, a cargo de mãos americanas³²³. A diretora acabava por representar apenas o atendimento à exigência legal de ter nacionalidade brasileira.

Encarregada de formar mulheres técnicas para atuarem na ACAR – e posteriormente em todo do sistema de Extensão – a ESCD inaugurou em 1952 um curso com duração de um ano. As alunas egressas dessa primeira turma deveriam compor o corpo docente do curso em construção, após treinamento com as professoras americanas, especialmente Miss Dickson. A pressa em formar profissionais se deu também em virtude do crescente mercado oferecido pela Extensão Rural, já em funcionamento e carente por economistas domésticas. Desta maneira, as alunas da primeira turma que não foram contratadas pela ACAR, ficaram na escola para prosseguir com os estudos. Afinal, as exigências para o trabalho em Extensão eram menores do que as da carreira docente.

³²¹ A primeira atividade de Dickson em Viçosa foi um conjunto de encontros nos quais fazia demonstração de vestuário para um grupo de esposas dos professores, período em que ainda trabalhava para divulgar o curso e angariar alunas.

³²² Relatório de maio e junho de 1952 de Miss Dickson.

³²³ Neste período a principal atuação é de Dickson e Cotta. Abaixo apresentamos um quadro das técnicas que atuaram na UREMG durante o período ora analisado.

Nascida em meio à precariedade, a Escola inaugurada em 1952 não contava com prédio próprio para seu funcionamento, corpo docente formado ou mesmo alojamento para alunas, em uma evidente demonstração de que era considerada atividade menor em relação aos demais cursos da mesma universidade. A desvalorização do trabalho ligado ao espaço doméstico começava na formação e se estendia ao Extensionismo, conforme visto no capítulo II.

O corpo docente no primeiro ano era majoritariamente composto por professores da Escola Superior de Agricultura (ESA), pela norte-americana Dickson e por Ernestine Cotta Hagen³²⁴, para as disciplinas específicas de Economia Doméstica. Também contou com uma professora da Escola de Enfermagem Carlos Chagas, para as disciplinas de Enfermagem e Puericultura. Este primeiro curso, intitulado *Administração do Lar*, durou de 1952 a 1953, contando com vinte e oito alunas (das quais vinte e uma conseguiram se diplomar) e já formaria economistas domésticas para atuar no serviço de Extensão, embora tenha se configurado como um curso preparatório para o nível superior, iniciado em 1954³²⁵. Segundo Lopes, as alunas da primeira turma, quando diplomadas, foram fazer treinamento nos Estados Unidos e, voltando no ano seguinte, já se tornaram professoras da Escola. Elas permaneceram um ano naquele país, entrando em contato com os cursos de Economia Doméstica e Serviços de Extensão, retornando para lecionar na ESCD.

Quadro 8 - Corpo docente da ESCD em 1952

Professor	Disciplina	Vínculo/Origem
Anita Dickson		Purdue
Ernestine Cotta Hagen ³²⁶		Purdue
José de Alencar	Microbiologia	ESA
Flávio A. Couto	Horticultura	ESA
Afonso C. Correia	Zootecnia	ESA

³²⁴ Cotta nasceu em Portugal e residia nos EUA, quando fora enviada a Viçosa pelo convênio com Purdue, onde ficou nos anos de 1952 e 1953.

³²⁵ LOPES, Op. Cit., p. 125.

³²⁶ Hagen também atuou como chefe das supervisoras domésticas da ACAR. Ver RIBEIRO, José Paulo. *A saga da extensão rural em Minas Gerais*. São Paulo: Annablume, 2000, p. 175.

Joaquim Campos	Zootecnia	ESA
Edgard V. Barros	Sociologia	ESA
Erly Dias Brandão	Contabilidade	ESA
Aníbal J. A. Tôres	Higiene	ESA
Nestor C. Santos	Matemática	ESA
Lygia de Oliveira	Puericultura e Enfermagem	Escola de Enfermagem Carlos Chagas ³²⁷

FONTE: LOPES, Maria de Fátima. *O Sorriso da Paineira: Construção de Gênero em Universidade Rural*. Tese de Doutorado. PPGAS. Museu Nacional. UFRJ. Rio de Janeiro, 1995, p. 127.

As boas-vindas às alunas recém-chegadas no curso de *Administração do Lar* foram dadas através de uma revista intitulada *Alegria do Lar*, publicada em julho de 1952. A publicação apresentava a Escola, mostrando-a como o espaço que as levaria ao caminho da melhoria das comunidades rurais e as colocava, em tom patriótico, como donas-de-casa ao invés de profissionais. O conteúdo é esclarecedor do título da revista; as jovens apareciam como essenciais à completude da família esaviana.

A Universidade Rural do estado de Minas Gerais apresenta às primeiras alunas da Escola Superior de Ciências Domésticas os seus melhores votos de BOAS VINDAS, esperando que todas elas encontrem em seu meio um “segundo lar”, onde possam desenvolver amplamente as suas aptidões pessoais e as suas habilidades, de modo a se tornarem elementos mais úteis à Família, ao Estado e à Pátria, nesta hora de renovação em que todas as esperanças se acham voltadas para o melhoramento de nossas comunidades rurais.

Abrindo, de par em par, as portas da Escola de Ciências Domésticas a estas jovens, a Universidade nada mais do que demonstrar o seu grande interesse pelos problemas que afetam o desenvolvimento econômico e social da nossa gente, digna, por todos os títulos, de melhor sorte...³²⁸

A publicação traz, ainda, uma foto onde estão reunidos Anita Dickson, a diretora Benedita Melo e Joaquim Fernandes Braga (reitor), em frente ao busto de Peter Rolfs com a legenda “espírito universitário”. O curso se propõe, a partir das duas figuras femininas a construir o “lado moral” da comunidade. Como veremos, tal lado seria moldado por meio de um rigoroso sistema de vigilância sobre os comportamentos das alunas.

³²⁷ Localizada em Belo Horizonte

³²⁸ Revista *Alegria do Lar*. Viçosa: UREMG, 1952. A publicação não especifica autoria.

Sob a inspiração do “espírito universitário”, que provem do cérebro criador de P. H. Rolfs, essas três inteligências se congregam para dar à Escola de Ciências Domésticas uma estrutura indestrutível: Miss Anita Dickson, D. Benedita Melo e Dr. Joaquim Fernandes Braga. As duas primeiras irão construir, como orientadora e diretora da Escola, o lado intelectual, moral e social da comunidade, cabendo ao último, como reitor da Universidade, prover todos os recursos para que o trabalho planejado promova os frutos que ele espera³²⁹.

No ano seguinte, 1953, cinquenta e quatro moças terminaram o curso, um número consideravelmente maior. Neste mesmo ano, passou a ser oferecido um curso técnico na área, com duração de três anos, que também poderia ser acessado pelas egressas do curso de *Administração do Lar*, abatendo-se os créditos já obtidos.

Assim, em 1954, ano de início das atividades do curso superior, estiveram disponíveis as três modalidades (um ano, três anos e os primeiros dois anos do superior) na Escola. Estes primeiros anos de funcionamento foram dedicados a divulgar o curso - seu formato e objetivos - junto às esposas de professores e Escolas Normais, visando captar alunas. A primeira turma a se diplomar, em 1956, contava com apenas quatro formandas e a do ano seguinte com duas. Dentre estas seis alunas, três compuseram o quadro das primeiras professoras do curso superior. Nos primeiros oito anos de funcionamento da ESCD, 217 alunas se diplomaram no curso de Administração do Lar e 13³³⁰ receberam o diploma do curso superior, ou seja, parcela reduzida das alunas que passaram pela Escola. Isso significa dizer que a absoluta maioria das economistas domésticas atuando em Extensão gozava de formação mais básica³³¹.

Todas as ingressantes de 1954 no curso superior provieram do curso de Administração do Lar, por isso foram alocadas para cursar o que corresponderia ao segundo ano da Graduação, aproveitando os créditos daquele primeiro ano de estudos.

³²⁹ *Idem*, s/n.

³³⁰ Sete delas permaneceram na ESCD como professoras, uma foi contratada pela ABCAR e uma pelo Serviço Social Rural, uma foi para a ACAR, que havia pago sua bolsa de estudos.

³³¹ *A Summary of History and Development of the Superior School at Minas Gerais State Rural University*, elaborado por Coradel Hamilton em 1960, economista doméstica da FAO (Nutrition Division, Food and Agricultural Organization).

A nova Escola contaria com os departamentos de Nutrição, Vestuário, Decoração, Puericultura, Arte e Recreação, Educação, Psicologia e Sociologia.

Quadro 9 - Departamentos da ESCD e suas disciplinas (1952)³³²

Departamento	Disciplinas ³³³
1. Nutrição	Nutrição Preparo de Alimentos Bacteriologia Dietética Conservação de Alimentos
2. Vestuário	Têxtil Confecção Drapeados Modelos de Drapeados Tailoring (alfaiataria)
3. Decoração	Habitação Administração do Lar Decoração do Lar Applied Design (desenho técnico)
4. Puericultura	Higiene Anatomia Puericultura Enfermagem do Lar Fisiologia
5. Arte e Recreação	Canto Música Pintura Cerâmica e Escultura
6. Educação	Educação Psicologia
7. Sociologia	Sociologia
Demais disciplinas oferecidas por professores da ESA	Química Matemática Botânica Inglês Criação e cuidado com animais domésticos de fazenda Horticultura Sociologia Economia rural e contabilidade do lar e da fazenda

Fonte: *A Summary of History and Development of the Superior School at Minas Gerais State Rural University*, elaborado por Coradel Hamilton, em 1960.

³³² Algumas alterações foram verificadas ao longo do período em análise, como a disciplina “Artes Aplicadas”, chamada assim de 1954 até 1957, quando passa a ser chamada “Aplicações dos Fundamentos de Arte”, e em seguida desaparece do currículo.

³³³ Estas disciplinas foram obtidas através do documento *A Summary of History and Development of the Superior School at Minas Gerais State Rural University*, elaborado por Coradel Hamilton em 1960, economista doméstica da FAO (*Nutrition Division, Food and Agricultural Organization*). Ver LOPES, *Op. Cit.*, p. 126.

Quadro 10 - Disciplinas e Professores ESCD por ano/semestre em 1954

Ano	1º Semestre	2º Semestre
I	<p>Vestuário – Esmeralda Afonso Decoração do Lar - Helena T. Martins e Zilda Paiva Horticultura – Edwiges Melo³³⁴ Ciências Aplicadas – Casimiro Gabriel da Silva Higiene Rural – Lygia Oliveira Anatomia Humana – Lygia Oliveira Artes Aplicadas Preparo de Alimentos – Hermê Campelo (1) Introdução à nutrição** – M. das Dores Ferreira (2) Handicrafts** – Maria Augusta Bittencourt Ética Geral – Pe. Antonio Mendes</p>	<p>Vestuário – Esmeralda Afonso (1) Decoração e Manejamento do Lar – Zilda Paiva (1) Preparo de Alimentos – M. Hermê Campelo (2) Zootecnia - Enfermagem – Lygia Oliveira Puericultura – Lygia Oliveira Artes Aplicadas – Maria Augusta Bittencourt Ética Profissional – Pe. Antonio Mendes³³⁵ Introdução à Nutrição – M. das Dores Ferreira (2) Poultry – Joaquim Campos</p>
II	<p>Matemática – Casimiro Gabriel da Silva Química – Casimiro Gabriel da Silva Inglês – Edson Potsch Magalhães Vestuário – Katherine Benner³³⁶ Desenho de Vestuário – Katherine Benner Economia de Alimentos – Anita Dickson Eletivas Ética Geral – Pe. Antonio Mendes Pesquisa de Métodos Bibliográficos – Luiz M. de Moura</p>	<p>Matemática – Gonçalves de Oliveira Química – Silvério Viana Inglês - Edson Potsch Magalhães Vestuário – Katherine Benner Tecidos e Fazendas Planejamento de Refeições – Anita Dickson Eletivas Ética – <u>Pe. Antonio Mendes</u> Problemas especiais em nutrição – Anita Dickson Desenho – Katherine Benner Preparação de Ilustrações e Materiais de Pesquisa – Anita Dickson</p>
III	<p>Botânica Inglês Psicologia Infantil Melhoramento da Casa Preparo de Alimentos Vestuário Eletivas</p>	<p>Botânica Inglês Psicologia Infantil Melhoramento da Casa Preparo de Alimentos Vestuário Eletivas</p>
IV	<p>Economia Rural Fisiologia Dietética Administração da Casa Sociologia Geral Metodologia Eletivas</p>	<p>Economia Rural Bacteriologia Dietética Administração da Casa Sociologia Rural</p>

(**) Estas duas disciplinas parecem corresponder a Artes Aplicadas e Preparo de Alimentos, mas aparecem com nomes distintos na fonte.

(1) Sob Orientação de Katherine Benner

(2) Sob Orientação de Anita Dickson

³³⁴ Funcionário no Serviço de Extensão Rural

³³⁵ Então professor na Escola de Agricultura.

³³⁶ Especialista em Vestuário, Artes e Administração do Lar, esteve em Viçosa entre 1953 e 1961.

Boa parte das disciplinas aproveitaram os docentes da ESA para atender às exigências legais quanto à quantidade de créditos. Já as disciplinas técnicas, dentro da área de Economia Doméstica, eram oferecidas pelas professoras oriundas de Purdue, Dickson e Benner ou eram pelo menos supervisionadas por elas, em disciplinas como Vestuário, Preparo de Alimentos e Introdução à Nutrição. Administração do Lar também ficava concentrada nas professoras norte-americanas. Outras professoras provenientes do mesmo convênio lecionaram na ESCD no período estudado, assumindo a coordenação das áreas de suas especialidades, conforme quadro abaixo.

Quadro 11 - Técnicas dos EUA que lecionaram em Viçosa (1952-1965)

Nome	Período em Viçosa
Katherine Benner (especialista em Vestuário, Artes e Administração do Lar).	1953-1961
Coradel Hamilton (técnica em E.D. da FAO, coordenou o curso de 1956 – com a saída de Dickson – até 1961 ³³⁷)	1956-1961
Earline Weddle (especialista em preparo de alimentos)	1959-1963
Mary Louise Foster (especialista em educação secundária e Administração do lar)	1959-1963
Virginia Batie White (nutricionista)	1961-1965
Eva Globe* (consultora em <i>Home Economics</i>)	1953 (fevereiro) 1955 (julho)
Beulah Gillespie* (chefe da escola de <i>Home Economics</i> da Universidade de Purdue)	1959 (julho e agosto)
Gladys Vail* (especialista em alimentação e nutrição neste departamento da universidade de Purdue)	1961 (agosto)

FONTE: LOPES, Maria de Fátima. *O Sorriso da Paineira: Construção de Gênero em Universidade Rural*. Tese de Doutorado. PPGAS. Museu Nacional. UFRJ. Rio de Janeiro, 1995, p. 256.

(*) Estiveram apenas por períodos na UREMG, prestando consultoria.

O contrato firmado com Purdue previa a prestação de assistência técnica em Economia Doméstica e Extensão Rural por parte desta universidade à UREMG. Em 1958, através do Projeto 55 do ETA, o convênio foi renovado. Assim, Viçosa era

³³⁷ RIBEIRO, Maria das Graças M. *A USAID e o ensino agrônomo brasileiro: o caso da Universidade Rural do Estado de Minas Gerais*. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum., Belém, v. 4, n. 3, p. 453-463, set.- dez. 2009, p. 458.

escolhida como a instituição aonde seria implantado o modelo estadunidense, com a Extensão como meio de difundir técnicas agrícolas, em busca da promoção do desenvolvimento. Neste momento surgiria como meta do Projeto a difusão do conceito de Economia Doméstica, além do reconhecimento oficial dos seus diplomas e desenvolvimento de pesquisas na área. A difusão da ED está em sintonia com as metas estabelecidas pelos Encontros da área, estudados no capítulo II deste trabalho.

Sobre Dickson, sua correspondência revela algumas impressões importantes acerca da realidade brasileira, que parecem refletir sobre certas diretrizes do curso, como a marcante preocupação com a higiene. A partir de encontro com Carolina Rolfs, filha do fundador da ESA e chefe do Departamento de Economia Doméstica do Colégio Americano de Porto Alegre, afirmaria que o Rio Grande do Sul seria mais avançado em relação a Minas Gerais graças a uma “melhor mistura de raças”³³⁸, garantida pela imigração europeia. A visão distante e preconcebida da estrangeira, que via o homem rural e o Brasil segundo seus próprios parâmetros, impor-se-ia nos anos de consolidação da disciplina. Havia na profissional uma grande preocupação quanto à utilização de certos alimentos e da água, que lhe parecia impura.

Preocupada com o andamento do Extensionismo, Dickson atuava na ESCD e acompanhava os trabalhos da ACAR. Em seus relatórios informava sobre o acompanhamento próximo das ex-alunas atuando em Extensão e junto aos Clubes 4-S, preocupada com metodologia de divulgação da Extensão.

A difusão do conhecimento aparecia nestes relatórios como a primeira preocupação da economista doméstica, seguida do ensino. Enquanto a ESA era marcada pela pesquisa e produção do conhecimento³³⁹, a ESCD tinha como característica fundante a difusão de um saber trazido dos EUA, através da Extensão. Emblemático

³³⁸ Relatório de maio e junho de 1952 enviados por Dickson. Ver em Lopes, p. 129.

³³⁹ COELHO, France. *A produção científico-tecnológica para a agropecuária: da ESAV à UREMG, conteúdos e significados*. Dissertação de Mestrado. Viçosa: DER, UFV, 1992.

desta condição é o relato de uma das pioneiras sobre os moldes de roupas que já vinham prontos dos EUA, pois as alunas não teriam tempo de traçar seus próprios moldes. Eles eram utilizados nos tamanhos americanos e não adaptados aos brasileiros. O mesmo ocorria com os cardápios das aulas de Dietética, muito distantes da realidade das alunas, quiçá das famílias rurais³⁴⁰.

Outro personagem constante na divulgação do Serviço de Extensão era o padre Antonio Mendes, que viajava junto com as economistas domésticas para estabelecer contato com outros padres e políticos locais. O componente religioso permeou a constituição da Economia Doméstica brasileira enquanto ramo do conhecimento, desde a formação até a atuação junto à população rural. A religião fora o elemento de ligação determinante entre as técnicas norte-americanas e as mulheres rurais.

Isso se evidencia pela presença do Padre Mendes no quadro de professores da Escola, bem como no trabalho de divulgação do Extensionismo. Ele era parte importante do diálogo com os padres e autoridades locais e estabelecia uma relação de confiabilidade sobre o trabalho trazido pelos extensionistas. Essa fora uma fórmula de convencimento para que os membros de uma comunidade participassem das primeiras reuniões, onde seriam apresentados aos trabalhos da Extensão Rural, a moralização que se lhes impunha a presença de um religioso. A ideologia religiosa era utilizada, simultaneamente, para legitimar o tipo de ensino oferecido às mulheres³⁴¹.

Processo parecido ocorreu na própria ESCD com a presença do Padre Mendes logo na fundação do curso. Se as mulheres acessariam a universidade, o fariam sob os rigorosos olhos da Igreja Católica - representada na figura do padre - e através de um

³⁴⁰ LOPES, *Op. Cit.*, p.245.

³⁴¹ Sobre o papel da Igreja Católica na construção da domesticidade ver OLIVEIRA SILVA, Alice Inês. *The Discursive Construction of Femininity and Domesticity in the Brazilian 50s*. Tese de doutorado. University of London, 1997.

rígido regime disciplinar, como revelam as fontes do diretório Ocília Kümme³⁴² do período. O controle exercido sobre as alunas significaria uma reafirmação dos modelos de feminilidade existentes, especialmente da domesticidade e repressão sexual. Tal controle era realizado pelas primeiras professoras do curso, com a justificativa da responsabilidade da escola sobre a moral das alunas e incidia, principalmente, sobre a “sétima”, nome dado ao alojamento onde moravam as alunas vindas de fora de Viçosa³⁴³.

Não à toa as normas sobre o comportamento no alojamento das alunas eram contestadas nas edições d’A *Paineira*. Denunciando a rigidez dos regulamentos, solicitavam mudanças para maior liberdade nos horários e encontros entre as moças e rapazes. As reivindicações, entretanto, não se restringiam a este aspecto. Reclamavam sobre as condições da moradia, do refeitório e das demais instalações universitárias. Todas estas demandas eram apresentadas de forma distante e respeitosa em relação aos poderes instituídos, especialmente à reitoria, não apresentando críticas sociais às estruturas de poder local ou quaisquer valores sociais.

Os elementos biográficos levantados por Lopes - como as dificuldades de escolarização, o preconceito sofrido pelas pioneiras que haviam cursado o científico, a ascensão social proporcionada pela ESCD, os maiores investimentos em capital escolar ou mesmo os afastamentos ocasionados pelos matrimônios - revelam as múltiplas formas de resistência daquelas que ousaram sair de casa para estudar e não, diretamente, para casar. Entretanto, não nos esqueçamos de que elas dirigiram-se para um curso feminino que, apesar de inserido na universidade – espaço tipicamente masculino – não promovia rupturas em relação aos espaços sociais até então destinados às mulheres. O paradoxo da profissão, aliás, parece ter sido este. Nesse sentido iam os relatos sobre a

³⁴² Diretório Acadêmico das docentes da Escola Superior de Ciências Domésticas.

³⁴³ Posteriormente ocorreria uma mudança de local do alojamento feminino, quando a disciplina passou a ser responsabilidade da diretora da ESCD e de um padre católico.

desvalorização do curso dentro da universidade, documentada na revista *O Bonde*, escrita por alunos de Agronomia.

Não foi sem resistência que se deu a entrada das mulheres na UREMG. Ainda que reforçando estereótipos atribuídos à natureza feminina, uma feminilidade inscrita no doméstico, o curso representava uma extensão das atividades já colocadas às mulheres. Nesse sentido, quando as estudantes tinham atitudes que as “equiparavam” aos homens, em termos de produção de conhecimento ou comportamento, enfrentavam as críticas de seus colegas da ESA. Assim ocorreu com o anúncio da redação d’*A Paineira*. “Dizem que as pica-couves vão fundar um pasquim “A Paineira”. Aguardem... Sentados!”³⁴⁴. Ou mesmo quando as alunas foram contempladas com uma piscina, chamada de forma desdenhosa de “banheira” em *O Bonde*³⁴⁵. Se elas estavam no mesmo espaço acadêmico, que respeitasse a hierarquia entre os cursos e entre os gêneros, pareciam querer dizer os rapazes. As publicações do periódico dos alunos oscilavam entre a intolerância e a condescendência para com as estudantes da ESCD.

Em relação ao anticomunismo, ele não se restringia ao corpo docente. As alunas também eram monitoradas e sofriam as sanções reservadas àquelas pouco simpáticas ao projeto americano. Uma das pioneiras entrevistadas por Lopes informou que de sua turma a única aluna que não fora convidada a permanecer na escola como professora, em virtude de suas posições políticas, era a colega com participação ativa no movimento estudantil da universidade³⁴⁶. Tratava-se da primeira turma formada pela ESCD, então todas as alunas foram convidadas e a única que não recebeu o convite tinha sido presidente do Diretório Acadêmico. Como a escolha era feita por Dickson e, depois,

³⁴⁴ “Venenos”. *O Bonde*, 5 de maio de 1956. Dentre os apelidos criados pelos e para os alunos da “família esaviana”, pica-fumo se referia aos alunos da agronomia, pica-pau aos de Engenharia Florestal e às da Economia Doméstica. Chama atenção o fato de este último ter sobrevivido no tempo, ao contrário dos outros, conforme Lopes. A couve é uma hortaliça amplamente utilizada na culinária mineira e a referência a ela esclarece a percepção dos contemporâneos sobre o que aprendiam as mulheres da ESCD.

³⁴⁵ *O Bonde*, 29 de setembro de 1956. Viçosa: nº 180.

³⁴⁶ Lopes, *Op. Cit.*, p.135.

submetida à Congregação, uma aluna com militância política não cabia nos planos estadunidenses para o curso.

Passados os ajustes dos primeiros anos, tão logo começou a oferecer os cursos de Extensão e as modalidades de Economia Doméstica – e não apenas através delas – a UREMG tornou-se grande parceira do Extensionismo, especialmente da ACAR. O acesso às correspondências trocadas entre a universidade e a entidade permite inferir uma relação que ultrapassava as formalidades institucionais, uma complementaridade de atuação.

À: diretoria da Escola Superior de Agricultura
De: Escritório Local

Nesta ocasião gostaríamos de agradecer o empréstimo do caminhão que gentilmente nos foi cedido por V. S. para uma excursão de jovens de Clubes 4-S.

A viagem foi normal e entregamos o carro reabastecido. Agradecemos vossa cooperação e oferecemos nossos préstimos.

Sem mais para o momento subscrevo-nos.
Miguel D. A. Murta³⁴⁷

O Centro de Ensino de Extensão (CEE)³⁴⁸, criado em 1958, passou a ser a entidade que oferecia pela UREMG cursos de Extensão, Economia Doméstica e Crédito Supervisionado para os agentes das associações promovidas pelo ETA ao longo dos anos 1950 e 1960. O Projeto 55 do ETA, também em 1958, formalizava a participação do Escritório junto a ações educacionais nos níveis de ensino primário e secundário no campo da agricultura, pecuária e Economia Doméstica. No que se refere à Economia Doméstica os objetivos específicos do Projeto junto à ESCD reforçavam o atendimento às necessidades do Extensionismo. Eram eles

³⁴⁷ Carta do supervisor local dos Clubes 4-S à direção da ESA agradecendo o empréstimo de um automóvel da Escola para ser utilizado pela ACAR, datada de 2 de outubro de 1961. Disponível no acervo do Arquivo Central e Histórico da UFV.

³⁴⁸ O Centro de Ensino de Extensão (CEE) da UREMG foi criado por um convênio com a ABCAR e o ETA, o Projeto 39. A partir de então, o CEE passou a oferecer diversos cursos de extensão, economia doméstica e crédito supervisionado. A este respeito ver RIBEIRO, Maria das Graças M. *A USAID e o ensino agrônomico brasileiro: o caso da Universidade Rural do estado de Minas Gerais*. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum., Belém, v. 4, n. 3, p. 453-463, set.- dez. 2009, p. 7.

1. Promover o estabelecimento e expansão do conceito de economia do lar no Brasil.
2. Dar uma assistência técnica para tornar possível o a obtenção do reconhecimento oficial dos diplomas e títulos universitários expedidos pela ESCD.
3. Dar uma assistência técnica para o desenvolvimento de programas de treinamento das professoras na economia do lar.
4. Preparar pessoal, fornecer informações e oferecer outros meios para o desenvolvimento no setor doméstico no campo da extensão rural.
5. Promover o desenvolvimento real do programa de pesquisa eminentemente aplicada à economia do lar³⁴⁹.

Na prática, tal convênio se materializaria na vida de doze especialistas em Agronomia e Economia Doméstica para atuar na ESCD.

Assim, em 1960 a ABCAR³⁵⁰, juntamente com o ETA era uma das entidades patrocinadoras da ESCD, oferecendo inclusive bolsas a alunas³⁵¹. O documento que firma o contrato não especifica o tipo de exigência feita pela Associação às alunas bolsistas, mas pode-se inferir que o investimento significava formação de especialistas para seu quadro de funcionários. No documento analisado, a instituição que tinha o maior número de bolsistas era o Serviço Social Rural, com 22 (vinte e duas), enquanto o ETA tinha 5 (cinco). Não foi possível identificar o número de bolsistas da ABCAR, entretanto, em outro documento da ESCD, datado de 1962, pode-se saber que a entidade

³⁴⁹ Objectives for the proposed Vicoça-Purdue-ETA *Contract*. March 18, 1958. Localizado no Arquivo Histórico da UFV.

³⁵⁰ Somente nos meses de maio e junho de 1961 a ABCAR destinou Cr\$ 136.000 (cento e trinta e seis mil cruzeiros) para custear suas bolsistas junto à ESCD. Embora o documento não especifique quantas alunas eram beneficiárias, calculando pelo a partir dos dados contidos no documento *Patrocinadores de Bolsas de Estudo*, ou seja, Cr\$ 4.600,00 por aluna, conseguimos saber que a ABCAR tinha, pelo menos 14 bolsistas naquele ano. Fonte: Carta de José Irineu Cabral, então diretor executivo da ABCAR, para Maria das Dores Carvalho Ferreira, diretora da ESCD. Rio de Janeiro, 8 de maio de 1961. Acervo do arquivo Histórico da UFV.

³⁵¹ Os patrocinadores de bolsas de estudo na ESCD em 1960 eram ABCAR, ETA, ACAR, ACARES, Serviço Social Rural, Associação Rural de Muriaé, Secretaria de Agricultura do Estado de Minas Gerais, Secretaria de Agricultura do Estado do espírito Santo e Associação de Senhoras Norte-americanas. Segundo o documento o valor das bolsas, por aluna, era de Cr\$ 4.600,00 e o custo anual de manutenção de uma estudante era Cr\$ 60.000,00. Fonte: *Patrocinadores de bolsas de estudo*. Viçosa: 28 de dezembro de 1960. Localizado no Arquivo Central e Histórico da UFV.

custeava 24 (vinte e quatro) alunas no curso superior e 3 (três) do de Administração do Lar³⁵².

O primeiro curso na área de ED oferecido pelo CEE teria início em 1961, graças aos recursos da AIA.

Senhor Diretor,

Está sendo realizado neste Centro o 1º curso para pessoal de Economia Doméstica, parte do Treinamento Tecnológico Especializado que a ABCAR vem promovendo com recursos fornecidos pela AIA.

Tendo em vista que êste treinamento é de responsabilidade da ABCAR, vimos solicitar a V. Sa. que, a exemplo do que ocorreu com o Curso de Habitação Rural, sejam coordenadas por êsse Centro as medidas necessárias que o curso ora em andamento alcance as suas finalidades.

Para esse fim, formulo ainda apêlo para que V. Sa. forneça à representante da ABCAR, D^a Alice Coroliano, tôdas as facilidades necessárias ao bom desempenho de sua missão, solicitando, ainda, seja verificada a possibilidade de aproveitar, ao máximo, a cooperação que a Escola Superior de Ciências Domésticas puder prestar, com o mesmo objetivo³⁵³.

O CEE teve um papel destacado na promoção do associativismo e do espírito comunitário, bandeiras do ETA³⁵⁴ e da ABCAR no período, ministrando cursos para agentes de associações vindos de diversos estados. O ensino superior agrícola e os convênios de assistência técnica entre as universidades brasileiras e norte-americanas passariam a contar com a coordenação da USAID a partir de 1962³⁵⁵. Sob a influência da agência norte-americana, a UREMG se destacou nacionalmente nas atividades de pesquisa e extensão, tornando o CEE uma referência nacional.

³⁵² Escola Superior de Ciências Domésticas. *Bolsistas em 1962*. Viçosa: UREMG, s/n. Localizado no Arquivo Central e Histórico da Universidade Federal de Viçosa.

³⁵³ ABCAR. Carta de José Irineu Cabral, diretor executivo da ABCAR, para José de Alencar, diretor executivo do Centro de Ensino de Extensão. Rio de Janeiro, 14 de abril de 1961. Arquivo Central e Histórico da UFV.

³⁵⁴ MENDONÇA, Sonia Regina. *As políticas de educação rural do Ministério da Agricultura (1945-1961)*. In: Congresso Brasileiro de História da Educação, 5., 2008, Sergipe. *Anais*. Sergipe: SBHE, 2008. p. 1-14.

³⁵⁵ RIBEIRO, *Op. Cit.*, p. 459.

A ESCD nos “anos de chumbo”

A partir de 1964 algumas mudanças foram verificadas na UREMG e na ESCD, como a atuação do Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas (IICA), o aprofundamento da atuação da USAID, conforme verificado no Capítulo II em relação ao Extensionismo e metas produtivistas que se materializariam na expansão dos cursos de pós-graduação.

Em um *Relatório da Escola Superior de Ciências Domésticas*, elaborado pela diretora da instituição em 1965, endereçado à Reitoria da universidade, dá conta do patrocínio do IICA no aperfeiçoamento de docentes fora do país, além das primeiras medidas para a realização de cursos de Pós-Graduação na área de Ciências Domésticas³⁵⁶.

Visando a federalização, que ocorreria em 1969, quando a UREMG se transformaria em Universidade Federal de Viçosa, a universidade e o curso passaram por um processo de reestruturação, iniciado por uma diversificação ocorrida em 1972. O título concedido pela Escola passou de Bacharelado a Licenciatura Plena, garantindo atuação profissional no ensino de primeiro e segundo graus e um novo currículo pleno, com o acréscimo de disciplinas pedagógicas³⁵⁷.

O processo de federalização e diversificação dos cursos afetaria o então Departamento de Economia Doméstica – que mudou de nome quando foi criada a UFV – diante do caráter generalizante do curso desde sua fundação, com a criação de novas unidades de ensino. A diversificação acabaria por significar um problema acerca da identidade do curso de Economia Doméstica e, concomitantemente, novas oportunidades para a inserção feminina em outros cursos, como o de Nutrição. Não

³⁵⁶ UREMG. Relatório da Escola Superior de Ciências Domésticas para a reitoria. Viçosa: 1965, s/n. Acervo do Arquivo Central e Histórico da Universidade Federal de Viçosa.

³⁵⁷ SIMONINI, Maria Lúcia. In: *II Encontro de Diretores e ou Coordenadores de Curso de Economia Doméstica*. Anais, maio de 1984. s/n.

apenas alunas, mas professoras com maior nível de formação – como mestrado e doutorado – migraram para este curso, inclusive algumas pioneiras estudadas por Lopes. Ainda amplamente referenciada na *Home Economics*, a Economia Doméstica de Viçosa enfrentaria dificuldade de se integrar em âmbito nacional.

Neste período, os convênios com Purdue trouxeram técnicos desta Universidade que enalteceriam as virtudes do plantio da soja em suas demonstrações. Os testes em solo mineiro, desenvolvidos mediante a cooperação entre UREMG e ACAR – com financiamento da USAID – consolidariam seu cultivo no estado e o impulsionariam no país.

Não por acaso, a UREMG teve papel destacado no cultivo de soja no cerrado brasileiro, sendo pioneira nos estudos sobre a soja transgênica no Brasil, contribuindo de forma significativa para a chamada revolução verde, na década de 1970. Atuando na disseminação do cultivo de soja no país, a instituição oferecia a contrapartida a um dos principais objetivos dos convênios de assistência técnica coordenados pela USAID, o aumento da produção alimentícia no Brasil³⁵⁸.

Enfim, sob a orientação da USAID, as atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas pela UREMG no período ora estudado, contribuíram, sobremaneira, para garantir o papel do Brasil como produtor de matérias-primas e alimentos para os Estados Unidos e consumidor de suas tecnologias, enquanto tentava diminuir os conflitos sociais no campo, difundindo o valores do cooperativismo. Toda esta estrutura de relações assegurou, ainda, o êxito da aliança com o Brasil no contexto da Guerra Fria, motivo fundante da extensão implantada em 1948.

Em relação à Economia Doméstica, as mudanças institucionais propiciadas por uma nova ordem instaurada pelo golpe empresarial-militar, não significaram rupturas profundas com o modelo de ensino da instaurado pela ESCD. O modelo de ensino feminino importado junto com padrões de divisão sexual do trabalho vigoraria no curso

³⁵⁸ RIBEIRO, *Op. Cit.*, p. 461.

sintetizando papéis femininos conservadores, uma vez que se tratava de uma naturalização do lugar doméstico atribuído às mulheres.

A normatização de técnicas modernas de fazer o doméstico, em meio à naturalização dos papéis femininos, inviabilizou uma produção de conhecimento que criticasse a divisão sexual do trabalho. Ou seja, a ideia de modernização estava restrita à técnica, a localização do curso na sociedade era conservadora.

Finalmente, o surgimento da Economia Doméstica como profissão esteve intimamente ligado às demandas da Extensão Rural e, por isso, o curso se consolidou com um forte caráter técnico, via transferência de modelos de ensino norte-americanos. Sob o signo da modernidade, o curso recebia mulheres saídas do âmbito do privado, ao mesmo tempo em que as formava para serem difusoras de valores que associavam as mulheres ao doméstico. Bem como no Sistema Brasileiro de Extensão Rural, os “modernos” saberes ensinados às alunas da ESCD, posteriormente Departamento de Economia Doméstica, pautados em paradigmas industriais, traziam consigo uma série paradigmas a se imporem sobre as mulheres do campo de maneira genérica, fossem elas professoras da ESCD, alunas ou “beneficiárias” da prática extensionista. Não é de se estranhar que, em depoimento concedido à pesquisa de Lopes, uma das pioneiras informasse que as mulheres locais sentiam vergonha de receber as técnicas estadunidenses em suas casas por crerem que não estavam de acordo com o alto nível de exigência das mesmas. No que se refere aos saberes ensinados na Escola, as tais exigências se converteriam em demandas por consumo, agora sob responsabilidade das mulheres.

Abaixo trazemos as fotos do curso conseguidas junto ao Arquivo Central e Histórico da Universidade Federal de Viçosa.



Figura 1 - Aula prática de Corte e Costura.



Figura 2 - Aula de Vestuário - Professora Nelza Gava (década de 1960).



Figura 3 - Aula prática de Puericultura (década de 1950).

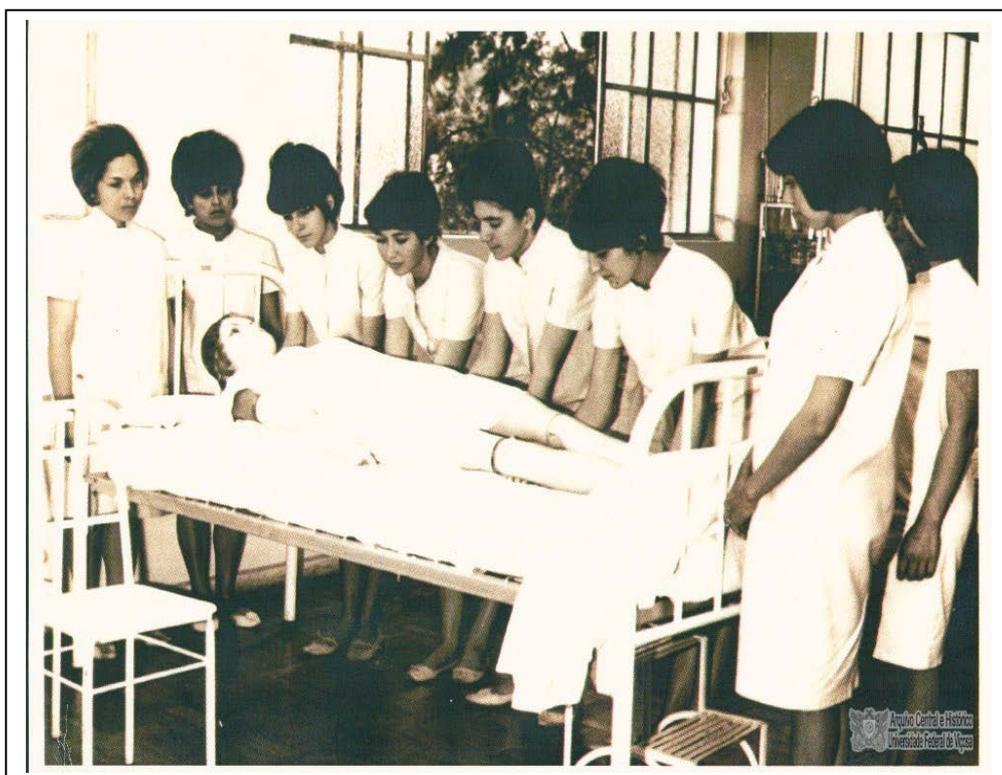


Figura 4 - Aula prática de Enfermagem.



Figura 5 - Aula prática de Fisiologia (1961).



Figura 6 - Aula prática de Vestuário (década de 1950).



Figura 7 - Aula prática de Nutrição (década de 1960).



Figura 8 - Aula prática de Planejamento de Refeições (sem data).



Figura 9 - Aula prática de Puericultura (década de 1960).



Figura 10 - Aula prática de Vestuário (década de 1950).



Figura 11 - Aula prática de Decoração (sem data).



Figura 12 - Aula prática de Botânica (sem data).

Considerações Finais

Baseamos esta pesquisa na ideia do Estado como relação social e não como um sujeito, agente de vontade uníssona em suas práticas políticas. Esta perspectiva, proveniente do pensador sardo Antonio Gramsci, que une Sociedade Civil e Sociedade Política na compreensão de um Estado maior do que um simples aparelho burocrático enseja uma metodologia de mapeamento das agências e agentes que compõem este Estado ampliado, na compreensão das políticas públicas emanadas do mesmo.

Assim, para o caso da história agrária, utilizamos bibliografia voltada para a compreensão dos interesses colocados no campo brasileiro – e junto à Pasta da Agricultura – que foram projetados nas agências estatais perpetradoras da Extensão Rural no período de 1948 a 1974, como a ABCAR e as ACARs (Associações de Crédito Rural estaduais). Emergia da sociedade civil, especialmente da Sociedade Nacional de Agricultura – entidade patronal hegemônica na Pasta na década de 1950 - a demanda por produção de gêneros alimentícios para o mercado interno, com baixos custos, além da preocupação com a mobilização dos pequenos produtores rurais via movimentos sociais.

Iniciada em 1948, a Extensão Rural brasileira tinha relação com as demandas supracitadas e com o contexto de construção da hegemonia estadunidense nas Américas durante a Guerra Fria. Seu modelo e *slogan* “um agrônomo, uma professora e um jipe” provinham dos EUA e selavam uma parceria bilateral duradoura e essencial para a influência norte-americana na região. O discurso e as práticas do desenvolvimento tornaram-se operadores das políticas de representação e identidade em boa parte do chamado Terceiro Mundo após a Segunda Guerra Mundial, este fora o caso do Brasil.

A prioridade dada pelo Ministério da Agricultura aos acordos bilaterais de “cooperação técnica” com os Estados Unidos, consagrou uma concepção específica de

educação rural, como demonstrou Sonia Mendonça. Esta perderia sua dimensão escolar, voltada para a infância e juventude, para efetivar práticas extraescolares qualificadoras do trabalhador adulto e analfabeto, como é o caso da Extensão Rural.

Vimos que a Extensão Rural brasileira foi uma política pautada por práticas estatais que auxiliaram a penetração do capitalismo no campo. Através de conhecimento “especializado”, foram reproduzidos no país paradigmas importados, que além de expropriarem os trabalhadores rurais de seus próprios saberes, os deixavam a mercê da fácil disciplinarização pelo capital. Simultaneamente, fortaleciam-se as agências produtoras de especialistas e novos mecanismos econômicos, impostos a eles sob o signo de modernização. Assim, os conflitos de classe eram deslocados do primeiro plano em prol da dicotomia “arcaico” *versus* “moderno”. Inserida nesse contexto de especialização surgira a Economia Doméstica como saber especializado, como profissão, uma disciplina do desenvolvimento.

Pautado em acordos de cooperação e na atuação de agências internacionais, o Estado brasileiro desenvolveu um projeto de “modernização” do campo no qual o extensionismo conformou um conceito de família baseado na divisão sexual do trabalho. Segundo este modelo, o homem aparecia como chefe da família, e a mulher como esposa, mãe e dona-de-casa, sendo responsabilizada por uma dupla jornada composta pelo trabalho na lavoura e pela execução racional do trabalho doméstico e, assim, pela reprodução da força de trabalho. Enquanto as mulheres eram convencidas que sua função na família era o trabalho doméstico, não pago, o valor necessário para a sobrevivência das famílias rurais mantinha-se mínimo, garantindo baixos preços para sua produção e a exploração dos pequenos produtores.

O extensionismo separava o trabalho do agrônomo, considerado econômico, do da economista doméstica, tido como social. A demanda por economistas domésticas

culminou com a institucionalização deste saber e a formação de profissionais para atuarem como extensionistas. No trabalho em Extensão Rural verificamos um alargamento do que era considerado doméstico, que passou a incluir pomares, hortas, criação de animais e até indústrias caseiras. Além disso, a função última atribuída às mulheres seria a de consumidora de produtos advindos de uma crescente indústria de bens de consumo, enquanto as exigências sobre os padrões de organização e racionalização do trabalho doméstico colocadas a elas se acirravam ao longo dos anos de consolidação da profissão.

Assim, o modelo de ensino feminino importado – dos *land-grant colleges* – já trazia consigo paradigmas sobre divisão sexual do trabalho e conjugava papéis femininos socialmente construídos, sintetizados nos currículos da Escola Superior de Ciências Domésticas. A Economia Doméstica era procurada dentro de uma perspectiva conservadora que identificava nela um curso condizente com a “natureza feminina”. Simultaneamente, graças a sua ligação com o doméstico, seria desvalorizada enquanto saber. Sua prática fora marcada por um reordenamento do jeito de fazer o doméstico a partir de padrões tidos como modernos. Embora se tratasse de uma reprodução em nível universitário da divisão sexual do trabalho, previamente existente na sociedade, o paradoxo da disciplina estava na coragem das moças ingressantes no curso de enfrentar novos ideais femininos que uma vida acadêmica e profissional poderia significar. Outras formas de resistência foram verificadas no cotidiano da Escola, especialmente no que se refere à repressão sexual.

Embora carregassem na sua prática, como profissionais que frequentaram o ensino superior, uma experiência inovadora para mulheres brasileiras à década de 1950, a subversão de lugares sociais limitadores das possibilidades femininas não avançou para muito além disso. O pequeno aparato conceitual do curso limitou uma reflexão

sobre a divisão sexual do trabalho e o papel do curso na sociedade brasileira, naturalizando os paradigmas de feminilidade. E, apesar de voltado para a Extensão, o conteúdo programático não se aplicava à realidade das famílias rurais, pois não havia uma preocupação com seus saberes construídos, passados de geração em geração, mas em impor normas novas, segundo princípios técnicos racionais.

O desenvolvimento tecnológico e a racionalização impostos na execução dos trabalhos domésticos, em tese deixariam mais tempo livre para as mulheres dedicarem a outras tarefas e aspectos da vida. Entretanto, o lar administrado como uma empresa, ao compasso fordista do relógio, gerou uma maior exigência sobre as mulheres em relação ao trabalho doméstico, já que estava sendo feito com a contribuição de equipamentos e planejamento. Outro aspecto deste aumento de exigências foi a tentativa de separação das mulheres das atividades produtivas e da gestão da produção. Com isto queremos dizer que, se a Extensão Rural serviu para subordinar o trabalho ao capital e fazer avançar o capitalismo sobre o campo, a garantia da subordinação das mulheres teve papel essencial na completude dos “feitos” extensionistas.

Em suma, a Economia Doméstica ligada à Extensão Rural exerceu uma função moral em relação às populações do campo brasileiro. O conjunto de suas atividades e modos de vida difundidos através delas, seja no ambiente universitário ou junto às famílias rurais refere-se à forte normatização de valores morais direcionados às famílias e às mulheres, em especial. Ao lado do avanço capitalista sobre o campo e da subordinação dos trabalhadores rurais, é essencial à nossa análise a consideração do poder simbólico emanado dessas nessas normas de comportamento.

Finalmente, se as perguntas das quais partiu esta pesquisa foram feitas - todas marcadas pelo século XXI - elas foram possíveis graças aos avanços dos movimentos feministas, especialmente da chamada segunda onda, que impulsionaram os estudos

sobre família e desnaturalizaram modelos vigentes no ocidente. Pensada em sua variabilidade, a família foi passível de críticas e, sobretudo a opressão das mulheres no âmbito do trabalho produtivo e reprodutivo. O feminismo deu visibilidade ao trabalho doméstico, valorizando-o.

Bibliografia

FONTES PRIMÁRIAS

- ACAR. *Alimentação e preparo de alimentos*. Belo Horizonte, publicado depois de 1962.
- ACAR-PA. *Guia de educação alimentar*. Belém, 1972.
- ACAR-SC. *Economia domestica no serviço de extensão rural*. Florianópolis, 1961.
- ACAR-SC. *Alimentação e preparo de alimentos*. Florianópolis, 1965.
- ABCAR. *Programa do Curso Intensivo de Extensão em Agricultura e Economia Doméstica – Crédito Rural Supervisionado*. Viçosa: UREMG, 1957
- ABCAR. *Extensão Rural e Crédito Supervisionado*. Rio de Janeiro, 1958.
- ABCAR. *Curso de Nutrição e Preparo de Alimentos*. Rio de Janeiro: 1959.
- ABCAR. *Reunião Nacional de Técnicos em Extensão Rural e Crédito Supervisionado. Conclusões*. Recife: ABCAR, 1959.
- ABCAR. *Projeto de Economia Doméstica 4-S. 3ª divisão*. Rio de Janeiro: 1960.
- ABCAR. Carta de José Irineu Cabral, diretor executivo da ABCAR, para José de Alencar, diretor executivo do Centro de Ensino de Extensão. Rio de Janeiro, 14 de abril de 1961.
- ABCAR. *I Reunião Nacional de Chefes e Assistentes Técnicas de Economia Doméstica*, 13 a 16 de janeiro de 1959. Rio de Janeiro, 1962
- ABCAR. *III Reunião de Treinamento, 15 a 16 de Outubro de 1962*. Rio de Janeiro, 1962.
- ABCAR. *Guia para projeto de Economia doméstica*. Divisão de Clubes 4-S. Belo Horizonte: s/d.
- ABCAR. *O Sistema Brasileiro Cooperativo de Extensão Rural*. Rio de Janeiro, s/d.
- ABCAR. *Reunião Nacional de Economia Doméstica*. Congresso realizado em Turrialba, Costa Rica. Rio de Janeiro, 1963.
- ABCAR. *II Reunião Nacional de Economia Doméstica; Trabalho com Grupos de Adultos: Conclusões dos Grupos de Trabalho*. Miguel Pereira, 22 a 27 de abril de 1963. Rio de Janeiro: 1963.
- ABCAR. *II Reunião Nacional de Economia Doméstica: Trabalho com Grupos de Adultos – Palestras*. Rio de Janeiro: 1963.
- ABCAR. *Sistema brasileiro de extensão rural*. Rio de Janeiro, ABCAR, 1965.

- ABCAR. *Revista de Extensão Rural*. Rio de Janeiro: ABCAR, 1966-1974.
- ABCAR. *Reunião sobre diretrizes para o trabalho de Economia Doméstica em Extensão Rural*. Rio de Janeiro: 1967.
- ABCAR. *Planejamento em extensão rural: diretrizes*. Rio de Janeiro, ABCAR, 1968.
- ABCAR. Sistema Cooperativo de Extensão Rural. *Avaliação do Plano Diretor 1961-65*. Rio de Janeiro, 1968.
- AFONSO, Pedrina. “A Economia Doméstica em Extensão no estado do rio de Janeiro”. In: BRASIL, Sistema de Informação Agrícola. *Encontro de Economia Doméstica*. Série Documentária nº 13. Rio de Janeiro: SIA, 1961.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. *Campanha Nacional de Educação Rural*. Rio de Janeiro, 1954.
- BRASIL, Serviço de Informação Agrícola. Problemas Agrícolas em foco. Rio de Janeiro, 1959
- Serviço de Informação Agrícola. *Economia Doméstica*. Rio de Janeiro, 1958, série clubes agrícolas, no. 20.
- BRASIL. Serviço de Informação Agrícola. *Encontro de Economia Doméstica*. Encontro realizado em 22 de julho de 1960. Série documentária, no. 13. Rio de Janeiro, 1961.
- BRASIL, Ministério da Agricultura. *Contap II – Projeto E: Assistência à educação vocacional agrícola e de economia doméstica*. Rio de Janeiro: 1967.
- BRASIL, Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário. *Economia Doméstica*. Sessão de Administração do Ensino de Economia Doméstica Rural. Rio de Janeiro: SEAV, 1967.
- BRASIL, Ministério da Educação. *Contribuição à construção de políticas para o Ensino Agrícola da rede Federal vinculada ao MEC/SETEC*. Versão para discussão. Brasília: maio, 2007
- BRASIL. *Diário Oficial da União*, 31 de maio de 1973.
- BRASIL. *Diário Oficial da União*, 12 de junho de 1987.
- CABRAL, J. I. Carta de José Irineu Cabral, então diretor executivo da ABCAR, para Maria das Dores Carvalho Ferreira, diretora da ESCD. Rio de Janeiro, 8 de maio de 1961.
- CÂNFORA, Elza. “O E.T.A. e a Economia Doméstica no Brasil”. In: BRASIL, Sistema de Informação Agrícola. *Encontro de Economia Doméstica*. Série Documentária nº 13. Rio de Janeiro: SIA, 1961

- CARDOSO, Roberval. “Valores da população, da família e da mulher rural”. BRASIL, Sistema de Informação Agrícola. *Encontro de Economia Doméstica*. Série Documentária nº 13. Rio de Janeiro: SIA, 1961
- CESCONETTO, Ecilda. *Economia Doméstica*. Rio de Janeiro: SIA, 1958. Série Clubes Agrícolas nº20
- CESCONETTO, Ecilda. “A Mulher na Direção do Lar”. In: BRASIL, Sistema de Informação Agrícola. *Encontro de Economia Doméstica*. Série Documentária nº 13. Rio de Janeiro: SIA, 1961
- Correio da Manhã, 24 de maio de 1959.
- Correio da Manhã, 07 de agosto de 1960.
- DICKSON, A. Relatório de maio e junho de 1952 para a Universidade de Purdue. 1952.
- EMBAIXADA DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Nota do Governo dos Estados Unidos da América. In: Coleção Atos Internacionais: Renovação do acordo sobre a vinda de técnicos americanos para a Universidade Rural do Estado de Minas Gerais. Rio de Janeiro, 1962.
- Escola Superior de Ciências Domésticas. *Bolsistas em 1962*. Viçosa: UREMG.
- GUEDES, Rita. *O ovo e seus aspectos: no comercio, na indústria, no lar*. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola, 1961.
- HAMILTON, C. *A Summary of History and Development of the Superior School at Minas Gerais State Rural University*. 1960.
- LIMA, Zail Gama. “A Economia Doméstica na Escola Secundária”. In: BRASIL, Sistema de Informação Agrícola. *Encontro de Economia Doméstica*. Série Documentária nº 13. Rio de Janeiro: SIA, 1961.
- KÜMMEL, Ocília. “Economia Doméstica em Extensão Rural”. In: BRASIL, Serviço de Informação Agrícola. *Encontro de Economia Doméstica*. Rio de Janeiro: SIA, 1961
- MINAS GERAIS. ACAR. *Relatório 1954/1955*.
- MURTA, M. Carta do supervisor local dos Clubes 4-S à direção da ESA agradecendo o empréstimo de um automóvel da Escola para ser utilizado pela ACAR, datada de 2 de outubro de 1961.
- NELSON, Linda. “Fundamentos do trabalho com grupos de adultos em Extensão Rural”. ABCAR. *II Reunião Nacional de Economia Doméstica: Trabalho com Grupos de Adultos – Palestras*. Rio de Janeiro: 1963.
- O Bonde*, 5 de maio de 1956.

- PURDUE UNIVERSITY. *Objectives for the proposed Vicoça-Purdue-ETA contract*.
March 18, 1958.
- PETZOLD, Guilhermina. “A Economia Doméstica tem extensão no Estado do rio Grande do Sul”. *In*: BRASIL, Sistema de Informação Agrícola. *Encontro de Economia Doméstica*. Série Documentária nº 13. Rio de Janeiro: SIA, 1961.
- Revista *Alegria do Lar*. Viçosa: UREMG, 1952
- SILVA, Noemi Correia. “Economia Rural doméstica: uma realidade na SEAV”. *In*: BRASIL, Sistema de Informação Agrícola. *Encontro de Economia Doméstica*. Série Documentária nº 13. Rio de Janeiro: SIA, 1961.
- UREMG. *Relatório I Curso Pré Serviço em Economia Doméstica*. Centro de Ensino de Extensão. Viçosa: 1966,
- UREMG. *Relatório I Curso Pré Serviço em Economia Doméstica*. Centro de Ensino de Extensão. Viçosa: 1966;
- UREMG. *Relatório II Curso Pré Serviço em Economia Doméstica*. Centro de Ensino de Extensão. Viçosa: 1966;
- UREMG. *Relatório III Curso Pré Serviço em Economia Doméstica*. Centro de Ensino de Extensão. Viçosa: 1966;
- UREMG. *Relatório IV Curso Pré Serviço em Economia Doméstica*. Centro de Ensino de Extensão. Viçosa: 1966;
- UREMG. *Relatório V Curso Pré Serviço em Economia Doméstica*. Centro de Ensino de Extensão. Viçosa: 1966;
- UREMG. *Relatório VII Curso Pré Serviço em Economia Doméstica*. Centro de Ensino de Extensão. Viçosa: 1967;
- UREMG. *Relatório VIII Curso Pré Serviço em Economia Doméstica*. Centro de Ensino de Extensão. Viçosa: 1967;
- UREMG. *Relatório X Curso Pré Serviço em Economia Doméstica*. Centro de Ensino de Extensão. Viçosa: 1967;
- UREMG. *Relatório XI Curso Pré Serviço em Economia Doméstica*. Centro de Ensino de Extensão. Viçosa: 1967;
- UREMG. *Relatório XIII Curso Pré Serviço em Economia Doméstica*. Centro de Ensino de Extensão. Viçosa: 1967.
- UREMG. *Patrocinadores de bolsas de estudo*. Viçosa: 28 de dezembro de 1960.
- UREMG. Relatório da Escola Superior de Ciências Domésticas para a reitoria. Viçosa: 1965.

BIBLIOGRAFIA SECUNDÁRIA

- AMARAL JÚNIOR, José Carlos. Educação para mulheres: *análise histórica dos ensinamentos de Economia Doméstica no Brasil*. Revista HISTEDBR On-line, v. 13, p. 275-285, 2013.
- ARMSTRONG, P. & ARMSTRONG. “Beyond Sexless Class and Classless Sex: Towards Feminist Marxism”. *Studies in Political Economy*. 10. Inverno, 1983.
- ÁVILA, Eliana; COSTA, Claudia de L. C. “Gloria, a consciência mestiça e o ‘feminismo da diferença’”. *Estudos Feministas*, Florianópolis, vol. 13, nº 3, pp. 691-703, set./dez 2005.
- ÁVILA, Maria Betânia de Melo. *O tempo do trabalho das empregadas domésticas: tensões entre dominação/exploração e resistência*. Tese de Doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco. Recife: 2009
- BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. (2 volumes). São Paulo, Difusão Européia do Livro, 2ª Edição, 1960.
- BIANCHI, Álvaro. *O Laboratório de Gramsci. Filosofia, História e Política*. São Paulo: Alameda, 2008.
- BOTTOMORE, Tom & OUTHWAITE, William (Edits). *Dicionário do Pensamento Social do Século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.
- BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.
- BOURDIEU, P. *Razões Práticas*. São Paulo: Papyrus, 1996.
- BOURDIEU, Pierre. *A Dominação Masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- BRUNO, Regina. “Liberalismo e Reforma Agrária: o governo Castelo Branco”. In: *Senhores da Terra, Senhores da Guerra. A nova face política das elites agroindustriais no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense Universitária/EDUR, 1997.
- BRUSCHINI, C.; AMADO, T. Estudos sobre mulher e educação. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, n. 64, fev., 1988.
- CAMPOS, Margarida. “O papel do estado brasileiro na expansão do complexo da soja”. *Anais do XII Congresso internacional de Geocrítica*. Bogotá: 2012.
- CARRASCO, Cristina. “A sustentabilidade da vida humana: um assunto de mulheres?” In: FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam (orgs.). *A produção do viver: ensaios de economia feminista*. São Paulo: SOF, 2003.

- CARDOSO, C. F.: “Camponês, campesinato: questões acadêmicas, questões políticas”.
IN: CHEVITARESE, André Leonardo (Org). *O campesinato na História*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ, 2002.
- CARDOSO, C. F. *Escravo ou camponês? O protocampesinato negro nas Américas*. São Paulo: Brasiliense, 2004.; FORMAN, S. Camponeses, sua participação no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- CARVALHO, J. M de. *Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: uma discussão conceitual*. Rio de Janeiro: Dados vol. 40 nº2, 1997.
- COELHO, France. *A produção científico-tecnológica para a agropecuária: da ESAV à UREMG, conteúdos e significados*. Dissertação de Mestrado. Viçosa: DER, UFV, 1992
- COLBY, Gerald & DENNET, Charlotte. *Seja Feita a Vossa Vontade*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1998.
- COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Antonio L. (orgs.). *Dicionário crítico de gênero*. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2015
- COMETTI, Ellen Scopel. *A Extensão na Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa (ESAV): 1926 – 1948*. Dissertação de Mestrado. Juiz de Fora: Curso de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora, 2005
- COSTA, Ana Alice. “O movimento feminista no Brasil. Dinâmicas de uma intervenção política”. *Labrys Estudos Feministas*. Jan/Jul. 2005.
- EMBRAPA. *O mundo rural no Brasil do século 21: A formação de um novo padrão agrário e agrícola*. Brasília: 2014.
- ENGELS, Friedrich. *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- ESCOBAR, A. *Encountering Development – the Making and Unmaking of the Third World*. New Jersey: Princeton University Press, 1995.
- EVANGELISTA, Ana Maria. “O Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS): trabalhadores e políticas públicas de Alimentação”. *In: Anais do XIV Encontro Regional da ANPUH-Rio*. Rio de Janeiro: 2010.
- FONSECA. M. T. L. da. *A extensão rural no Brasil, um projeto educativo para o capital*. São Paulo: Loyola, 1985.
- FONSECA, Pedro Cezar D. “Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil”.
In: BASTOS, Pedro Paulo Z. & FONSECA, Pedro Cezar D. (orgs.). *A Era*

- Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade*. São Paulo: Editora Unesp, 2012.
- FONTES, Vigiânia; MENDONÇA, Sonia. *História do Brasil Recente (1964-1992)*. São Paulo: Ática, 2006.
- FORMAN, S. Camponeses, sua participação no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- FOUCAULT. *História da Sexualidade*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- FREIRE, Maria Martha de Luna. *Mulheres, mães e médicos: discurso maternalista em revistas femininas (Rio de Janeiro, década de 1920)*. Tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro: 2006.
- FREYRE, G. *Casa-Grande & Senzala*. São Paulo: Global Editora, 2003.
- FREYRE, G. *Sobrados & Mucambos*. São Paulo: Global Editora, 2006.
- FRIEDAN, Betty. *Mística Feminina*. Petrópolis: Vozes, 1971.
- GIULANI, P.. “Os Movimentos de Trabalhadoras e a Sociedade Brasileira”. In: DEL PRIORE, M. (Org.). *História das Mulheres no Brasil*. Contexto, 1997.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Vol. II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Vol. V. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- HIRATA, Helena; ZARIFIAN, Philippe. “Trabalho (o conceito de)”. In: HIRATA, Helena et al. *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.
- HIRATA, Helena. “Teorias e práticas do *care*: estado sucinto da arte, dados de pesquisa e pontos em debate”. In: FARIA, Nalu; MORENO, Renata (orgs.). *Cuidado, Trabalho e Autonomia das mulheres*. São Paulo: SOF, 2010.
- HIRATA, Helena; GUIMARÃES, N. A (Orgs.). *Cuidado e Cuidadoras. As várias faces do trabalho do care*. São Paulo: Atlas, 2012.
- IANNI, Octávio. Relações de produção e proletarização rural. In: *Vida Rural e mudança social*.
- JENSON, Jane. “Gender and Reproduction: Babies and the State”. *Studies in Political Economie*. 20. Inverno, 1986.

- KERGOAT, Danièle. “Relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho”. In: LOPES; MEYER e WALDOW (orgs.). *Gênero e Saúde*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
- KOBAYASHI, Elizabete. *Higiene e consumo: novas sensibilidades para um Brasil moderno (décadas de 1940 a 1960)*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em história das Ciências e da Saúde. Rio de Janeiro: 2012.
- LATTA, M. Point Four: a Modest Program. *Education*. Gilman: vol. 71: pp. 276-281, 1951.
- LEAL, V. N. *Coronelismo, enxada e voto. O município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Alfa-ômega, 1986.
- LEAVITT, H U. S. Technical Assitance to Latin American Education. *Phi Delta Kappa*. Gilman: vol. 45, pp. 220-25, 1964.
- LIMA, Lana Lage G. & SOUZA, Suellen André de S. “Patriarcado”. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Antonio L. (orgs.). *Dicionário crítico de gênero*. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2015.
- LINDEN, Marcel van der. *Trabalhadores do mundo. Ensaio para uma História Global do Trabalho*. Campinas: Edunicamp, 2013.
- LOPES, Maria de Fátima. *O Sorriso da Paineira: Construção de Gênero em Universidade Rural*. Tese de Doutorado. PPGAS. Museu Nacional. UFRJ. Rio de Janeiro, 1995
- LOPES, Maria de Fátima. *A história de um campo acadêmico feminino no Brasil*. In: Memórias IX Congresso Iberoamericano de Ciencia, Tecnologia y Género. Sevilha, 2012.
- MARSHALL, T.H. *Cidadania, Classe Social e Status*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987.
- MARTINS, J. S. *Os camponeses e a política no Brasil. As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. Petrópolis: Vozes, 1983.
- MARTINS, Ana Paula V. “Um lar em terra estranha”: a aventura da individualização feminina. *A casa da estudante universitária de Curitiba nas décadas de 50 e 60*. Dissertação de Mestrado. Curitiba: PPGHIS, UFPR, 1992.
- MARX, Karl. *O Capital*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- MATTHEWS, Glenna. "Just a Housewife": The Rise and Fall of Domesticity in America. New York: Oxford University Press, 1987.

- MATTOS, H. *Ao sul da história. Lavradores pobres na crise do trabalho escravo*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- MATOS, Maria Izilda; BORELLI, Andrea. Espaço feminino no mercado produtivo. In: PINSKY, Carla Bassanezi & PEDRO, Joana Maria (orgs.). *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012.
- MCINTOSH, Mary. “The State and the Oppression of Women”. In: KUHN, Annete & WOLPE, Annmarrie. *Feminism and Materialism. Women and Modes of Production*. Londres e Nova York: Routledge, 1978.
- MELO, Hildete; CONSIDERA, Claudio; SABBATO, Alberto. *Os afazeres domésticos contam*. Texto para discussão no curso de Economia. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2005.
- MELO E SOUZA, L. *Os desclassificados do ouro. A pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- MENDONÇA, Sonia. *Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- MENDONÇA, Sonia Regina de. *O ruralismo brasileiro (1888-1931)*. São Paulo: HUCITEC, 1997.
- MENDONÇA, Sonia Regina. *Estado, Educação Rural no Brasil: alguns escritos*. Vício de Leitura, 2007.
- MENDONÇA, Sonia Regina. *As políticas de educação rural do Ministério da Agricultura (1945-1961)*. In: Congresso Brasileiro de História da Educação, 5., 2008, Sergipe. *Anais*. Sergipe: SBHE, 2008.
- MENDONÇA, S. R. *A questão agrária no Brasil: a classe dominante agrária – natureza e comportamento 1964-1990*, São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- MENDONÇA, Sonia. “Ensino Agrícola e Influência Norte-Americana no Brasil (1945-1961)”. *Tempo* [online]. 2010, vol.15, n.29, pp. 139-165.
- MENDONÇA, Sonia Regina de. *Estado, Educação Rural e Influência Norte-Americana no Brasil (1930-1961)*. Niterói: UFF, 2010.
- MENDONÇA, Sonia. *O patronato rural no Brasil recente ((1964-1993)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.
- MOTTA, G. O. & VIEIRA I. R. História do serviço de Extensão Agrícola no Brasil. In: *Trabalhos de Extensão*. Itabuna/BA, CEPLAC, 1970, p.20.
- MOTTA, M. M.; MENDONÇA, S. R. “Continuidades nas rupturas: legislação agrária e trabalhadores rurais no Brasil no início da República”. In: *Revista Brasileira de*

- Pós-Graduação em Ciências Sociais*. Ano VI, Brasília: Instituto de Ciências Sociais, 2002.
- OLIVEIRA, Mauro Márcio. As circunstâncias da criação da extensão rural no Brasil. In: Caderno de Ciência e Tecnologia, Brasília, v. 16, n. 2, maio/ago, 1999.
- OLIVEIRA, Pedro Cassiano Farias de. *Extensão rural e interesses patronais no Brasil: uma análise da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural – ABCAR (1948-1974)*. Dissertação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.
- OLIVEIRA SILVA, Alice Inês. *The Discursive Construction of Femininity and Domesticity in the Brazilian 50s*. Tese de doutorado. University of London, 1997.
- PEDRO, Joana Maria. O feminismo de “Segunda Onda”. In: PINSKY, Carla Bassanezi & PEDRO, Joana Maria (orgs.). *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012.
- PICCHIO, Antonella. “Visibilidad analítica y política del trabajo de reproducción social”. In: CARRASCO, Cristina (org.). *Mujeres y Economía; nuevas perspectivas para viejos e nuevos problemas*. Barcelona: Icaria, 1999.
- PALMEIRA, Moacir. “Modernização, estado e questão agrária”. In: *estudos Avançados*, vol. 3 n.7, set/dez. São Paulo: 1989,
- PINSKY, Carla. “As Mulheres dos Anos Dourados”. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.
- PINTO, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012.
- PLANK, D N. *The Means of Our Salvation*. Colorado: Westview Press, 1996.
- PRADO JR., C. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- PRIORE, Mary Del. *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004.
- QUEDA, Oriowaldo. *A A Extensão Rural no Brasil: da anunciação ao milagre da modernização agrícola*. Piracicaba: ESALQ/USP, Tese de Livre Docência, 1987.
- QUEIROZ, M. I. P. *O campesinato Brasileiro. Ensaio de civilização e grupos rústicos no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1976.
- RIBEIRO, José Paulo. *A saga da extensão rural em Minas Gerais*. São Paulo: Annablume, 2000, p. 175.

- RIBEIRO, Maria das Graças M. *A USAID e o ensino agrônômico brasileiro: o caso da Universidade Rural do Estado de Minas Gerais*. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum., Belém, v. 4, n. 3, p. 453-463, set.- dez. 2009.
- RIBEIRO, Maria das Graças M. *Caubóis e Caipiras. Os land grant colleges e a Escola Superior de Agricultura de Viçosa*. História da Educação, ASPHE/FaE/UFPEL, Pelotas, n. 19, p. 105-120, abr. 2006.
- RODRIGUES, Cyro. Estado e seletividade das políticas públicas: uma abordagem teórica e evidências empíricas ao nível da política de extensão rural no Brasil. Tese de doutorado, UnB., 1994.
- SACHS, Carolyn E. *Gendered Fields: Rural Women, Agriculture, And Environment*. Rural Studies Series. Boulder: Westview Press, 1996.
- SAFFIOTI, Heleieth I. B. *A Mulher na sociedade de Classes: mito e realidade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1976.
- SAFFIOTI, Heleieth I. B. “Feminismos e seus frutos no Brasil” IN: SADER, Emir (coord.). *Movimentos Sociais na Transição Democrática*. São Paulo: Cortez Editora, 1987.
- SAFFIOTI, Heleieth I. B. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.
- SAID, E W. *ORIENTALISMO: O Oriente como Invenção do Ocidente*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.
- SCHWARCZ, L. M. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SCHWEBEL, Dominique F. “Trabalho doméstico”. In: HIRATA, Helena *et al.* *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009
- SILIPRANDI, E. “Desafios para a extensão rural: "o social" na transição agroecológica”. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, Porto Alegre, v.3, n.3, p.38-48, jul./set. 2002, p.40.
- SILVA, Maria Aparecida Moraes. De colona a boia-fria. In: DEL PRIORE, Mary. *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012.
- SILVA, Paulo Machado da. *Um agrônomo, uma professora e um jipe. Memórias da Extensão*. Rio de Janeiro: Edições Galo Branco, 2010.
- SIMÃO, Fábio. Tornar-se mulher: a Escola Superior de Ciências Domésticas, feminilidade, doutrina e representações de gênero. In: *Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos)*, Florianópolis, 2013.

- SOIHET, Rachel. Movimento de mulheres: a conquista do espaço público. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi & PEDRO, Joana Maria (orgs.). *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012.
- SOUZA, Flavia Fernandes de. *Para casa de família e mais serviços: o trabalho doméstico na cidade do Rio de Janeiro no final do século XIX*. Dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 2010.
- TILLY, Louise. “Gênero, História das Mulheres e História Social”. *Cadernos Pagu*. N. 3. 1994. pp. 29-62.
- WOOD, Ellen. *Democracia contra Capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- United Nations. Department of Social and Economics Affairs. *Measures for the Economic Development of Underdeveloped Countries*, Washington: 1951.